

**UEM**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**CAMILA TECLA MORTEAN MENDONÇA**

**O ESTADO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A  
DISTÂNCIA E A INTERVENÇÃO DOS ORGANISMOS  
INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS (2001 A 2014)**

**CAMILA TECLA MORTEAN MENDONÇA**

**MARINGÁ  
2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O ESTADO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A  
DISTÂNCIA E A INTERVENÇÃO DOS ORGANISMOS  
INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS (2001 A 2014)**

**CAMILA TECLA MORTEAN MENDONÇA**

**MARINGÁ  
2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O ESTADO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA E A  
INTERVENÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS (2001 A 2014)**

Dissertação apresentada por CAMILA TECLA MORTEAN MENDONÇA ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:

Prof.<sup>(a)</sup> Dra. Maria Luisa Furlan Costa

**MARINGÁ  
2016**

Colar a ficha catalográfica no verso da folha de rosto

CAMILA TECLA MORTEAN MENDONÇA

**O ESTADO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA E A  
INTERVENÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS (2001 A 2014)**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Maria Luisa Furlan Costa (Orientadora) – UEM

---

Prof. Dra. Fátima Aparecida de Souza Francioli – Unespar – Paranavaí

---

Prof. Dra. Neusa Altoé – UEM

MARINGÁ, 09 DE MARÇO DE 2016.

Dedico este trabalho a minha mãe **Laide Tecla Perna Morteau** e a meu pai **Antonio Morteau**. Obrigada pelo incentivo, empenho, tempo dedicado à minha educação, pelo exemplo de família e de pessoas que são. **Amo vocês!**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela vida, discernimento e sabedoria em todos os momentos;

Aos meus pais, Antonio e Laide, exemplos de vida, honestidade, de caráter, sabedoria, força de vontade, carinho, amor e compreensão. Minha eterna gratidão pela formação moral, intelectual e espiritual. Nunca pouparam esforços para a minha criação e formação, sempre acreditaram em mim, passaram-me confiança e, com muita convicção, fizeram-me seguir em frente, até nos momentos em que eu mesma não acreditava ser capaz. Muito obrigada por estarem sempre ao meu lado, renunciando, em muitos momentos, aos próprios sonhos para que eu pudesse realizar os meus. Eu os amo muito!;

Ao meu marido, Fabio, amigo e confidente, que em todos os momentos soube estar presente com carinho, paciência e dedicação;

A meus familiares, especialmente a meu irmão Alexandre pelo amor, carinho, companheirismo, apoio, confiança e compreensão. Obrigada por participarem dos meus sonhos e me apoiarem para realizá-los. Com vocês aprendi o verdadeiro significado da palavra cumplicidade;

A minhas colegas de mestrado, Taissa e Maria Lucia, pelo companheirismo, conversas e troca de conhecimento nesses dois anos de convivência;

À amiga Helaine, pelo impecável trabalho de formatação e adequação das normas técnicas, apoio e incentivo, paciência e carinho dispensado nos momentos difíceis, amiga muito querida. Essa conquista também é sua!

Às colegas de trabalho, especialmente a Renata, obrigada pela amizade, pelos conselhos e pela ajuda constante nos momentos em que precisei;

Às professoras doutoras Fátima Aparecida de Souza Francioli e Neusa Altoé, pela seriedade com que apreciaram e contribuíram com o meu trabalho no Exame de Qualificação;

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Luisa Furlan Costa, orientadora dedicada e comprometida que me auxiliou na construção desta pesquisa, sou muito grata pelo exemplo de competência, paciência, conhecimento e determinação e pela forma com que me acolheu: de portas abertas. Sua dedicação, convivência, além do apoio e incentivo constantes trouxeram influências marcantes em minha conduta profissional, científica e pessoal. É uma líder, além de exemplo de pesquisadora e defensora da Educação a Distância. Expresso meu orgulho, agradecimento e minha felicidade por ter sido sua orientanda. Meu sincero respeito e minha gratidão.

MENDONÇA, Camila Tecla Morteau. **O ESTADO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA E A INTERVENÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS (2001 A 2014)**. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof. Dra. Maria Luisa Furlan Costa. Maringá, 2016.

## RESUMO

O presente estudo está inserido na linha de pesquisa de História e Historiografia da Educação e seu objetivo é identificar, nos periódicos publicados na ferramenta de busca *Jurn* e no portal de periódicos da Capes, no período de 2001-2014, os artigos que discutem a influência direta ou indireta dos organismos internacionais nas políticas públicas para a educação superior na modalidade a distância. Para isso, optamos pela realização de uma pesquisa do tipo Estado do Conhecimento, pois nesta dissertação utilizamos somente um setor das publicações: os periódicos. A metodologia escolhida é a bibliográfica, exploratória e de cunho qualitativo por acreditarmos que é a que melhor atende à pesquisa proposta. Nesse sentido, discutimos sobre a Reforma do Estado Brasileiro e as políticas públicas implantadas na última década do século XX e início do século XXI, que incluem as recomendações do Banco Mundial para a educação, bem como o crescimento e a expansão do Ensino Superior na modalidade a distância. Descrevemos o estado do conhecimento em pesquisas acadêmicas, dissertamos sobre o banco de dados utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa e acerca dos artigos selecionados para a análise. Por fim, mostramos o resultado da análise dos artigos selecionados a fim de identificar de que forma as discussões relativas às intervenções dos organismos internacionais nas políticas públicas para a educação superior na modalidade a distância são tratadas nos artigos publicados no período escolhido para este estudo: 2001-2014.

**Palavras-chave:** Educação a Distância. Ensino Superior. Organismos Internacionais. Estado do Conhecimento.

MENDONÇA, Camila Tecla Mortean. **O STATE OF KNOWLEDGE IN HIGHER EDUCATION DISTANCE AND THE INTERVENTION OF INTERNATIONAL ORGANIZATIONS IN PUBLIC POLICY (2001-2014)**. 137 f. Dissertation (Master of Education) – State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dra. Maria Luisa Furlan Costa. Maringa, 2016.

## **ABSTRACT**

This study was part of the research line History and Historiography of Education and its aim is to identify, in published journals in *Jurn* search engine and CAPES periodical portal in the period 2001-2014, the articles that discuss the influence directly or indirectly from international organizations in public policy for higher education in the distance. For this, we chose to perform a search of the Knowledge State type, as in this work we use only one sector of the publications: Periodicals. The chosen methodology is bibliographical, exploratory and qualitative nature because we believe it best serves the research proposal. In this sense, we discussed the Brazilian State Reform and public policies implemented in the last decade of the twentieth century and early twenty-first century, which include the World Bank's recommendations for education, as well as the growth and expansion of higher education in the form the distance. Describe the state of knowledge in academic research, we talk about the database used for the development of this research and about the articles selected for analysis. Finally, we show the result of the analysis of the items selected in order to identify how the discussions relating to the interventions of international organizations in public policy for higher education in the distance area ddressed in articles published in the period chosen for this study: 2001-2014.

**Key-words:** Distance Learning. Higher education. International Organizations. Knowledge of state.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b>	Evolução das IES, cursos e matrículas presenciais da educação superior brasileira, com respectivos percentuais de crescimento (Brasil: 1996 e 2007).....	40
<b>Gráfico 2:</b>	Comparação do número de instituições públicas e privadas nos anos de 1996 e 2013 (Brasil: 1996/2013).....	42
<b>Gráfico 3:</b>	Comparação do número de matrículas nas instituições públicas e privadas nos anos de 1996 e 2013 (Brasil: 1996/2013).....	43
<b>Gráfico 4:</b>	Evolução do número de matrículas nos cursos de graduação presenciais, nas instituições públicas e privadas nos anos de 1996 e 2013 (Brasil: 1996/2013).....	43
<b>Gráfico 5:</b>	Evolução do número de matrículas nos cursos de graduação, modalidade a distância, nas instituições públicas e privadas nos anos de 1996 a 2013 (Brasil: 1996/2013).....	45
<b>Gráfico 6:</b>	Número de Instituições de educação superior que ofertam cursos de graduação, modalidade a distância, Sistema UAB no Brasil.....	49
<b>Gráfico 7:</b>	Número de polos de apoio presencial do Sistema UAB, por região do país.....	49
<b>Gráfico 8:</b>	Número de artigos publicado por ano no período que compreende 2001-2014.....	71
<b>Gráfico 9:</b>	Quantidade de publicações por região do Brasil, no período que compreende 2001-2014.....	72
<b>Gráfico 10:</b>	Temática dos artigos selecionados, no período que compreende 2001-2014.....	73
<b>Gráfico 11:</b>	Concentração das publicações na categoria Formação de professores, no período que compreende 2001-2014.....	74
<b>Gráfico 12:</b>	Concentração das publicações na categoria Trabalho docente, no período que compreende 2001-2014.....	74
<b>Gráfico 13:</b>	Concentração das publicações na categoria Políticas públicas, no período que compreende 2001-2014.....	75

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b>	Agências e organismos internacionais criados a partir do final da Segunda Guerra Mundial.....	27
<b>Quadro 2:</b>	Evolução do número de Instituições de Ensino Superior, número de cursos ofertados e número de matrículas nos cursos de graduação presenciais (Brasil: 1996/2013).....	41
<b>Quadro 3:</b>	Comparação do número de Instituições de Ensino Superior e do número de matrículas nos cursos de graduação públicos e privados (Brasil: 1996/2013).....	41
<b>Quadro 4:</b>	Evolução do número de ingressos no Ensino Superior, modalidade a distância, instituições públicas e privadas (Brasil: 1996/2013).....	44
<b>Quadro 5:</b>	Indicativo de qualidade dos artigos selecionados na ferramenta de busca <i>Jurn</i> .....	61
<b>Quadro 6:</b>	Quantidade de artigos selecionados em cada revista classificada pelo Qualis.....	62
<b>Quadro 7:</b>	Indicativo de qualidade dos artigos selecionados na ferramenta de busca <i>Jurn</i> atualizado.....	66
<b>Quadro 8:</b>	Quantidade de artigos selecionados em cada revista classificada pelo Qualis.....	67
<b>Quadro 9:</b>	Artigos selecionados com a ferramenta de busca <i>Jurn</i> .....	126
<b>Quadro 10:</b>	Artigos selecionados no portal de periódicos da CAPES – QUALIS A1.....	129
<b>Quadro 11:</b>	Artigos selecionados no portal de periódicos da CAPES – QUALIS A2.....	130
<b>Quadro 12:</b>	Artigos selecionados no portal de periódicos da CAPES – QUALIS B1.....	134
<b>Quadro 13:</b>	Artigos selecionados no portal de periódicos da CAPES – QUALIS B2.....	135

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b>	Artigos selecionados por meio da ferramenta de busca <i>Jurn</i> .....	61
<b>Tabela 2:</b>	Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – A1.....	63
<b>Tabela 3:</b>	Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – A2.....	63
<b>Tabela 4:</b>	Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – B1.....	65
<b>Tabela 5:</b>	Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – B2.....	65
<b>Tabela 6:</b>	Artigos selecionados por meio da ferramenta de busca <i>Jurn</i> atualizado.....	66
<b>Tabela 7:</b>	Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – A1 atualizado.....	67
<b>Tabela 8:</b>	Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – A2 atualizado.....	68
<b>Tabela 9:</b>	Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – B1 atualizada.....	69
<b>Tabela 10:</b>	Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – B2 atualizada.....	69
<b>Tabela 11:</b>	Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – B5 atualizada.....	70
<b>Tabela 12:</b>	Organização dos artigos por número.....	76
<b>Tabela 13:</b>	Dados do artigo 1 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca <i>Jurn</i> .....	114
<b>Tabela 14:</b>	Dados do artigo 2 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca <i>Jurn</i> .....	114

<b>Tabela 15:</b>	Dados do artigo 3 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca <i>Jurn</i> .....	115
<b>Tabela 16:</b>	Dados do artigo 4 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca <i>Jurn</i> .....	115
<b>Tabela 17:</b>	Dados do artigo 5 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca <i>Jurn</i> .....	116
<b>Tabela 18:</b>	Dados do artigo 6 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca <i>Jurn</i> .....	116
<b>Tabela 19:</b>	Dados do artigo 7 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca <i>Jurn</i> .....	117
<b>Tabela 20:</b>	Dados do artigo 1 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A1.....	117
<b>Tabela 21:</b>	Dados do artigo 2 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A1.....	118
<b>Tabela 22:</b>	Dados do artigo 3 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A1.....	118
<b>Tabela 23:</b>	Dados do artigo 1 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A2.....	119
<b>Tabela 24:</b>	Dados do artigo 2 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A2.....	119
<b>Tabela 25:</b>	Dados do artigo 3 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A2.....	120
<b>Tabela 26:</b>	Dados do artigo 4 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A2.....	120
<b>Tabela 27:</b>	Dados do artigo 5 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A2.....	121
<b>Tabela 28:</b>	Dados do artigo 1 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B1.....	121

<b>Tabela 29:</b>	Dados do artigo 2 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B1.....	122
<b>Tabela 30:</b>	Dados do artigo 1 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B2.....	122
<b>Tabela 31:</b>	Dados do artigo 2 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B2.....	123
<b>Tabela 32:</b>	Dados do artigo 3 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B2.....	123
<b>Tabela 33:</b>	Dados do artigo 4 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B2.....	124
<b>Tabela 34:</b>	Dados do artigo 5 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B2.....	124
<b>Tabela 35:</b>	Dados do artigo 1 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B5.....	125

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAE	–	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
BM	–	Banco Mundial
CAPES	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	–	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNE	–	Conselho Nacional de Educação
DED	–	Diretoria de Educação a Distância
EAD	–	Educação a Distância
EJA	–	Educação de Jovens e Adultos
ENADE	–	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	–	Exame Nacional de Cursos
EPT	–	Educação Profissional e Tecnológica no Brasil
FHC	–	Fernando Henrique Cardoso
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
FNDE	–	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEF	–	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
FURB	–	Universidade Regional de Blumenau
IES	–	Instituição de Ensino Superior
LDBEN	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	–	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MEC	–	Ministério da Educação
NTICs	–	Tecnologias da Informação e Comunicação
OCDE	–	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	–	Organização Mundial do Comércio
OMC	–	Organização Mundial do Comércio

ONU	–	Organização das Nações Unidas
PARFOR	–	Plano Nacional de Formação de Professores
PCNs	–	Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica
PDF	–	Portable Document Format
PDI	–	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PEC	–	Programa de Educação Continuada
PIB	–	Produto Interno Bruto
PNP	–	Programa Nacional de Publicização
PPC	–	Projeto Político de Curso
PPP	–	Projeto Político Pedagógico
PROCAP	–	Programa de Capacitação de Professores
ProUni	–	Programas Universidade para Todos
PUCPR	–	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Qualis	–	Indicativos de Qualidade
RBPAE	–	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
REDD	–	Revista Espaço de Diálogo e Desconexão
SEED	–	Secretaria de Educação a Distância
Sinaes	–	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
UAB	–	Sistema Universidade Aberta do Brasil
UEM	–	Universidade Estadual de Maringá
UFBA	–	Universidade Federal da Bahia
UFRN	–	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	–	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	–	Universidade Estadual Paulista
Unicesumar	–	Centro Universitário Cesumar
URLs	–	Uniform Resource Locator

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
2	<b>A REFORMA DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI</b> .....	20
2.1	A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NO CONTEXTO NEOLIBERAL.....	20
2.1.1	<b>A Reforma do Aparelho do Estado e a Intervenção dos Organismos Internacionais</b> .....	23
2.1.2	<b>As Recomendações do Banco Mundial para a Educação</b> .....	27
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	32
2.2.1	<b>Crescimento e expansão da Educação Superior a Distância no Brasil</b> .....	39
2.2.2	<b>Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB</b> .....	45
3	<b>ESTADO DO CONHECIMENTO DOS PERIÓDICOS DA <i>JURN</i> E DA CAPES PUBLICADOS NO PERÍODO ENTRE 2001-2014</b> .....	51
3.1	“ESTADO DA ARTE” OU “ESTADO DO CONHECIMENTO”?.....	51
3.2	O BANCO DE DADOS.....	54
3.2.1	<b><i>Jurn</i></b> .....	54
3.2.2	<b>Portal de Periódicos da Capes</b> .....	55
3.3	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	56
3.4	CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO.....	59
4	<b>EAD E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS: ANÁLISE DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO PERÍODO DE 2001-2014</b> .....	71
4.1	CATEGORIA: TRABALHO DOCENTE.....	76

4.2	CATEGORIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	79
4.3	CATEGORIA: POLÍTICAS PÚBLICAS.....	86
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação insere-se na linha de pesquisa de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e tem como principal finalidade investigar, nos artigos publicados entre os anos de 2001 e 2014, de que forma aparece nessas publicações a intervenção dos organismos internacionais nas políticas públicas para a educação superior na modalidade a distância.

O interesse por essa temática surgiu em decorrência dos cinco anos de trabalho como tutora da Educação a Distância do Centro Universitário Cesumar (Unicesumar) e também por meio das discussões desenvolvidas nas disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) sobre as políticas públicas para o Ensino Superior e a expansão que esse nível de Ensino Superior na modalidade a distância apresentou nas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI por meio da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 que regimentou a oferta de cursos em nível superior na modalidade a distância.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: a) apresentar a reforma do Estado e as políticas públicas para a educação superior no final do século XX e início do século XXI; b) mapear os artigos publicados no período de 2001-2014 que tratam da intervenção dos organismos internacionais nas políticas públicas para a educação superior a distância no Brasil; c) identificar, nas discussões dos artigos mapeados, em que medida aparece a intervenção dos organismos internacionais nas políticas públicas para a educação superior a distância no Brasil.

A promulgação da LDBEN é reflexo da implantação de uma política neoliberal<sup>1</sup> que resultou na reforma do aparelho do Estado, que possuía como objetivo o estabelecimento de diretrizes para a reforma da administração pública, fator indispensável para a consolidação e estabilização da economia (BRASIL, 1995).

---

<sup>1</sup> Relativa ao neoliberalismo ou adepto dessa doutrina. Neoliberalismo: corpo de doutrina que admite a intervenção do Estado para equilibrar os interesses sociais com os interesses privados no jogo econômico-político (MICHAELIS, 1998).

À luz desse contexto, a premissa que norteia esta discussão é a de que os organismos internacionais exercem influência na elaboração e consolidação das políticas públicas para a educação superior na modalidade a distância. Nesse sentido, nossa discussão tem como base teórica autores como Bresser Pereira (1991; 1999); Dourado (2002); Cardoso (2007); Carinhato (2008); Giolo (2010) e Loureiro (2010).

Para atingir os objetivos propostos, organizamos a dissertação em cinco seções. Na introdução, apresentamos o tema da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos que norteiam o trabalho desenvolvido.

Na segunda seção, intitulada “A reforma do estado e políticas públicas para a educação nas últimas décadas do século XX e início do século XXI”, discutimos sobre as políticas públicas para a educação na modalidade a distância. Para isso, apresentamos considerações pontuais acerca do processo político que se desenvolveu no país no final do século XX e que culminou na implantação de políticas públicas no século XXI no campo educacional. A finalidade desta seção foi realizar a retomada histórica sobre a Reforma do Estado brasileiro no contexto neoliberal e as intervenções dos organismos internacionais, as quais contribuíram para que o país se desenvolvesse e adotasse uma política com caráter gerencial, deixando de lado o protecionismo que o Estado possuía até então. Discutimos ainda sobre as recomendações do Banco Mundial (BM) para a educação, visto que após a Reforma do Estado brasileiro o país passou a adotar políticas internacionais. Ainda nesta seção, tratamos das políticas para a educação superior no Brasil na modalidade a distância, e do crescimento e da expansão da educação superior a distância no Brasil. Para finalizar, discorreremos sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), um programa implementado pelo governo federal para ampliar as vagas e o acesso da população ao Ensino Superior, beneficiando prioritariamente professores e funcionários públicos. Vale ressaltar que o Sistema UAB é um projeto que contribuiu para o crescimento e a expansão do Ensino Superior público e de qualidade na modalidade a distância.

A terceira seção, intitulada “Estado do conhecimento dos periódicos da *Jurn* e da Capes publicados no período entre 2001-2014”, aborda o Estado do Conhecimento dos periódicos selecionados na ferramenta de busca *Jurn* e no portal de periódicos da Capes, publicados no período de 2001 a 2014, com o descritor “*EAD e os organismos internacionais*”. A partir desses artigos, descrevemos os

aspectos metodológicos da pesquisa. Esse levantamento caracterizou-se como “estado do conhecimento” por tratar da sistematização de uma produção acadêmica de uma determinada área abordando apenas um setor das publicações, conforme afirmam Romanowski e Ens (2006).

Na quarta seção, “EAD e os organismos internacionais: análise dos artigos publicados no período de 2001-2014”, procuramos verificar nos artigos selecionados para esta pesquisa de que forma a intervenção dos organismos internacionais nas políticas públicas para o Ensino Superior, modalidade a distância, aparece nos artigos. Empreendemos uma análise de cada artigo selecionado considerando as características gerais das publicações, objetivos, problemática e aspectos metodológicos. Nessa análise, os artigos foram divididos por categorias: (1) Trabalho docente; (2) Formação de professores; (3) Políticas públicas.

Na quinta seção, empreendemos as considerações finais desta investigação, em que realizamos uma retomada das discussões realizadas, assim como, apontamos as conclusões encontradas nas publicações e nos posicionamos em relação as conclusões dos artigos analisados.

## 2 A REFORMA DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Nesta seção, discorreremos sobre a intervenção dos organismos internacionais nas políticas públicas brasileiras para a educação a distância em nível superior. Discutimos a Reforma do Estado Brasileiro no contexto neoliberal abordando em que momento político a Reforma se insere no país. Também citamos a Reforma do Aparelho do Estado e as intervenções internacionais nas políticas públicas, mais especificamente as recomendações do Banco Mundial para a educação. Por fim, investigamos as políticas públicas implantadas na década de 1990 para o Ensino Superior que se mantêm até os dias atuais.

### 2.1 A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NO CONTEXTO NEOLIBERAL

A Reforma do Estado Brasileiro teve seu marco inicial com o governo de Fernando Collor de Mello<sup>2</sup> na década de 1990. Suas propostas estavam fundamentadas em um pensamento neoliberal que tinha como objetivo “a reorientação do desenvolvimento brasileiro na redefinição do papel do Estado” (CARINHATO, 2008, p. 39). As políticas dos organismos internacionais evidenciavam, em seus discursos, a intenção em promover, no Brasil e na América Latina, a transição de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo moderno, tendo como base a eficiência e a competitividade.

A crítica ao Estado intervencionista, efetivada pelos partidários do neoliberalismo, e a busca de minimização da atuação do Estado no tocante às políticas sociais, pela redução ou desmonte das políticas de proteção, são prescritas como caminho para a retomada do desenvolvimento econômico por meio da reforma do Estado. A defesa ideológica dessa reforma é implementada pelo discurso de modernização e racionalização do Estado, objetivando, desse modo,

---

<sup>2</sup> Fernando Collor de Mello foi eleito o 32º Presidente da República, cujo mandato foi de 1990 a 1992. Foi o presidente mais jovem a ser eleito no Brasil, na época com 40 anos de idade, o primeiro a ser eleito por voto direto, após a Ditadura Militar (1964-1985) e o único presidente a ser deposto pelo processo de *impeachment* no país.

a superação das mazelas do mundo contemporâneo (desemprego, hiperinflação, redução do crescimento econômico...) e de adaptação às novas demandas pelo processo de globalização em curso (DOURADO, 2002, p. 235).

No entanto, foi somente com a eleição de Fernando Henrique Cardoso<sup>3</sup> e a implantação do Plano Real, em 1994, constituído anteriormente na administração de Itamar Franco<sup>4</sup>, que a política neoliberal se aplicou ao Estado Brasileiro (CARINHATO, 2008).

Segundo Carinhato (2008), o Brasil adotou de forma tardia a política neoliberal, considerando que em 1975 o Chile já havia se alinhando a essa política sob o governo de Augusto Pinochet. O mesmo ocorreu em 1979 na Inglaterra, com a política de governo de Margaret Thatcher. Os Estados Unidos também apoiaram essa mesma política sob o governo de Ronald Reagan, em 1980, assim como a Alemanha, em 1982, com o governo de Helmut Kohl, e o México em 1988, com Carlos Salinas de Gortari, e por fim Argentina e Venezuela, em 1989, sob as lideranças de Carlos Saúl Menem e Carlos Andrés Pérez, respectivamente.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi viabilizada a fim de que o Brasil pudesse ser capaz de sustentar a permanência dos programas de estabilização do Fundo Monetário Internacional (FMI), assim como tornar efetivas as reformas implementadas pelo Banco Mundial.

O FMI, diante da crise vivenciada pelos países da América Latina, com hiperinflações que ultrapassaram 50% mensais<sup>5</sup>, organizou um plano de ajuste econômico, obtendo apoio das agências multilaterais, do tesouro nacional, do ministério das finanças, do G-7 e dos presidentes dos 20 principais bancos internacionais (BRESSER PEREIRA, 1991). Podemos destacar, no Brasil, o Plano Real implantado em 1994, que se encaixa na série de medidas adotadas para a estabilização da moeda e o fim da hiperinflação, sendo parte do pacote de medidas

---

<sup>3</sup> Fernando Henrique Cardoso foi eleito o 34º Presidente da República, o primeiro a ser eleito por dois mandatos consecutivos, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002.

<sup>4</sup> Itamar Franco foi o 33º Presidente da República, cujo mandato ocorreu no período de 1992 a 1994, assumindo interinamente o governo após o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, de quem era vice-presidente.

<sup>5</sup> “Em alguns momentos, na Bolívia (1985), no Peru (1988/1990), na Nicarágua (1988/1989), na Argentina (1989/1990) e no Brasil (1990) a inflação superou a taxa de 50% mensais, configurando-se a hiperinflação. Antes isto nunca havia acontecido na América Latina” (BRESSER PEREIRA, 1991, p. 1).

do plano de estabilização para o continente latino-americano derivado do Consenso de Washington<sup>6</sup> (FIORI, 1997).

Bresser Pereira (1991) pontua que, de acordo com o Consenso de Washington, a crise latino-americana possui duas causas: o tamanho do Estado e o protecionismo, ou seja, o excesso de empresas estatais e sua ineficiência e a falta de capacidade de gerenciar a máquina pública e de manter o controle salarial dos setores privado e público.

Na perspectiva de Williamson (1990 apud BRESSER PEREIRA, 1991, p. 6), o Consenso de Washington é constituído por 10 reformas que visam diminuir a causa da crise latino-americana:

a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positiva; e) as taxas de câmbio deveriam ser determinadas pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deverá ser tornado mais seguro.

A aplicação das políticas neoliberais para a Reforma do Estado elaboradas pelo Consenso de Washington significaria, aos organismos internacionais, que o Brasil estaria apto para o crescimento econômico. Diante disso, as intervenções realizadas mudariam o país nos aspectos econômicos, políticos e sociais, havendo grandes expectativas quanto ao crescimento e aos investimentos do capital internacional.

---

<sup>6</sup> O Consenso de Washington, formulado em novembro de 1989, formou-se a partir da crise do consenso keynesiano e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborado nos anos 1940 e 1950. Constitui um conjunto de medidas planejadas por instituições financeiras de Washington D.C. com base em um texto do economista Jhon Williamson. O Consenso de Washington se tornou a política do Fundo Monetário Internacional – FMI, no ano de 1990, momento em que passou a ser aplicado nos países que enfrentavam dificuldades financeiras, a fim de promover o ajuste econômico.

### 2.1.1 A Reforma do Aparelho do Estado e a Intervenção dos Organismos Internacionais

A reforma do Estado tem sido pauta de discussões desde a década de 1980. No Brasil, esse debate se intensificou no ano de 1995, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, que de maneira processual e contínua, implantou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, cujo objetivo era “transformar a administração pública burocrática em administração pública gerencial, atendendo, assim, aos postulados da ideologia neoliberal, que se volta basicamente ao mercado como regulador de ações” (SANTOS, 2011a, p. 54).

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado foi desenvolvido pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE)<sup>7</sup>, que após muitos debates e discussões acabou por ser aprovado em 21 de setembro de 1995 pela Câmara da Reforma do Estado, sendo sancionado, posteriormente, pela Presidência da República. Esse documento “define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira, instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia” (BRASIL, 1995).

Desta forma, a administração gerencial adotada pelo governo teve como finalidade reduzir custos e tornar mais eficiente a administração das imensas tarefas que cabem ao Estado. A reforma apresenta as seguintes características: descentralização, delegação de autoridade e de responsabilidade ao gestor público e extremo controle de desempenho. Esta forma de administrar é voltada para obtenção de resultados (SANTOS, 2011b, p. 54).

A reforma do Estado brasileiro foi um processo abrangente que buscava “criar um novo modelo econômico fundamentado no neoliberalismo” e no Consenso de Washington. De acordo com os defensores da Reforma, esta seria “uma alternativa capaz de liberar a economia para uma nova etapa do crescimento” (CARINHATO, 2008, p. 41).

---

<sup>7</sup> Foi a partir do Ministério da Administração Federal da Reforma do Estado (1995-1998) que teve o início a Reforma Gerencial do Estado Brasileiro. Após 1998, o Ministério foi extinto por sugestão do Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira. A Reforma passou então para o Ministério do Planejamento e Gestão. A Reforma Gerencial do Estado Brasileiro é considerada a segunda grande reforma do Estado Moderno.

Há, contudo, uma grande diferença nas relações entre a economia centro/periferia, principalmente em um país de economia periférica como o Brasil. O ingresso em uma economia globalizada não ocorre da mesma forma para todos os países e é por isso que essa questão é tratada como um mito para muitos pesquisadores. Esse discurso neoliberal criado pelos países que detinham a hegemonia do sistema capitalista internacional também contemplava a ideia de que “o modelo do Estado das últimas décadas era o agente responsável pela emergência da crise econômica mundial, devido à forte intervenção na economia e aos consideráveis gastos sociais” (CARINHATO, 2008, p. 42). Nesse contexto, a única forma de reverter a crise seria reformar o Estado.

Conforme Silva (2001, p. 85), para que houvesse a reconstrução do Estado o governo deveria enfrentar quatro grandes problemas: “o tamanho do Estado; a necessidade de redefinição do papel regulador do Estado; a recuperação da governança<sup>8</sup> e da governabilidade<sup>9</sup>”.

Com o objetivo de sanar estes problemas de infra-estrutura foram realizados em parceria com a iniciativa privada; os programas sociais foram descentralizados administrativamente para as esferas subnacionais e em parceria com o terceiro setor, e o controle das políticas sociais tem ocorrido através das agências reguladoras. Assim, o projeto de reforma do Estado brasileiro está ancorado sob três eixos básicos: a privatização, a publicização e a terceirização (SILVA, 2001, p. 85).

Nesse sentido, o então Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira propõe o Estado Social-Liberal<sup>10</sup>, que de forma diferenciada atende a população, oferecendo-lhe

---

<sup>8</sup> “[...] a governança pode ser entendida como a outra face de um mesmo processo, ou seja, como os aspectos adjetivos/instrumentais da governabilidade. Em geral, entende-se a governança como a capacidade de um determinado governo para formular e implementar suas políticas. Essa capacidade pode ser decomposta analiticamente em financeira, gerencial e técnica, todas importantes para a consecução das metas coletivas definidas” (ARAÚJO, 2002, p. 6).

<sup>9</sup> “[...] governabilidade refere-se às próprias condições substantivas/materiais de exercício do poder e de legitimidade do Estado e do seu governo derivadas da sua postura diante da sociedade civil e do mercado (em um regime democrático, claro). Pode ser concebida como a autoridade política do Estado em si, entendida como a capacidade que este tem para agregar os múltiplos interesses dispersos pela sociedade e apresentar-lhes um objetivo comum para os curto, médio e longo prazos. Essas condições podem ser sumarizadas como o apoio obtido pelo Estado às suas políticas e à sua capacidade de articular alianças e coalizões/pactos entre os diferentes grupos sociopolíticos para viabilizar o projeto de Estado e sociedade a ser implementado” (ARAÚJO, 2002, p. 6).

<sup>10</sup> O Estado Social-liberal se reporta à terceira via, ou seja, a terceira via é um híbrido do social-liberal. O social significa que o Estado continuará responsável pelos serviços, mas isso não garante que é o governo quem oferecerá os serviços. É nesse momento que surgem as ONGs, amigos da escola, a terceirização, as autarquias. O liberal se refere à introdução da competitividade, das licitações e da livre concorrência.

serviços que lhe são de direito por meio das organizações públicas não-estatais, ou seja, segundo Bresser Pereira e Grau (1999), por meio das organizações que produzem serviços sociais como, por exemplo, escolas, museus, hospitais e orquestras, que não são empresas estatais, o Estado Social-burocrático supõe uma mudança no perfil do Estado, uma vez que não contrata os profissionais que irão trabalhar nessas instituições, ou do Estado Neoliberal, que propõe um estado que renuncia a sua responsabilidade social.

Dessa forma, o Estado Social-Liberal:

[...] ou que por sua vez proteja os direitos sociais ao financiar as organizações públicas não-estatais que defendem direitos ou prestam os serviços de educação, saúde, cultura, assistência social, e seja mais eficiente ao introduzir a competição e a flexibilidade na provisão desses serviços. Um Estado que além de social e liberal seja mais democrático, pelo fato de que suas atividades sejam diretamente submetidas ao controle social (BRESSER PEREIRA; GRAU, 1999, p. 17).

Portanto, foi por intermédio do Programa Nacional de Publicização (PNP) que ocorreu a transferência das atividades desenvolvidas pelo governo para o setor público não-estatal, isto é, foi delegado ao terceiro setor, ou à terceira via, a “produção dos serviços competitivos ou não, exclusivos do Estado<sup>11</sup>, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle” (CARINHATO, 2008, p. 42).

A terceirização, outra forma de delegação das atividades que competem ao Estado, é pela qual, segundo Carinhato (2008, p. 42), “o governo transfere para o setor privado, mediante licitação pública e contratos, serviços auxiliares ou de apoio, como a limpeza, o processamento de dados e o transporte”. Uma alternativa à terceirização das atividades é a privatização das empresas públicas, conforme aponta Silva (2001, p. 85):

A privatização foi apresentada como uma grande oportunidade do Governo para promover a arrecadação de recursos a fim de equilibrar a economia; no entanto, tem-se mostrado muito eficiente para formar novos monopólios privados, principalmente nos setores de água, de saneamento, de energia elétrica e de telecomunicações [...].

---

<sup>11</sup> Serviços exclusivos do Estado: saneamento público, telecomunicações, radiodifusão, energia elétrica.

Bresser Pereira e Grau (1999) afirmam que as organizações da sociedade responsáveis pela aplicação das atividades nas áreas sociais não ficariam livres da fiscalização, seriam controladas por meio da administração gerencial, especificamente pelo controle social, e também pela constituição do quase-mercados<sup>12</sup>. “Eles são ‘mercados’ que substituíram os prestadores de monopólio do Estado por provedores independentes que atuam em competência. Eles são ‘quase’ porque diferem dos mercados convencionais em vários aspectos” (BRESSER PEREIRA; GRAU, 1999, p. 20). Com relação aos “vários aspectos”, salientamos a competição entre instituições por contratos ou recursos públicos.

Le Grand (1996 apud SILVA, 2001, p. 86) pontua:

Uma das particularidades da recepção dos quase-mercados foi o apoio social que tiveram tanto da esquerda como da direita, em virtude, principalmente, dos problemas detectados no sistema de prestação de serviço do Estado-providência. Enquanto a direita criticava o volume de recursos disponibilizados para o sistema de proteção, o corporativismo da burocracia, a qualidade e a falta de liberdade dos usuários em escolher os serviços, a esquerda, o criticava principalmente pela ineficiência, pelo não atendimento dos interesses dos mais pobres e marginalizados e pela falta de alternativa na escolha dos serviços pelo usuário. Ambos os setores concordam que as medidas de quase-mercados podem garantir o aumento da oferta de serviços e a respectiva liberdade de escolha; a competição pode evitar o desperdício de recursos e aumentar a eficiência; os pobres e marginalizados podem receber mais recursos considerando que as medidas serão diferenciadas para os interesses e necessidades de cada segmento.

Na perspectiva de Le Grand (1996 apud SILVA, 2001), é possível assinalar que no governo de Fernando Henrique Cardoso foram articuladas ações governamentais e medidas legislativas com o intuito de regular e reordenar o papel desempenhado pelo Estado, pois se acreditava que sob essa nova ótica o mercado seria impulsionado, aumentando a competitividade econômica. Para que tal fato se concretizasse, o governo transformou o mercado em aliado, mudando a relação estabelecida entre Estado, mercado e sociedade, transferindo o patrimônio público

---

<sup>12</sup> Os quase-mercados é uma expressão criada por Le Grand em um momento em que se realizavam análises das modificações das políticas sociais na Inglaterra em 1988, em meio ao governo de Thatcher. O conceito se dedica a explicar as relações existentes entre o Estado e o Mercado. De acordo com o autor, os quase-mercados “*son ‘mercados’ porque sustituyen a los provedores estatales monopolísticos por provedores independientes que actúan em competência. Son ‘cuasi’ porque se diferencian de los mercados convencionales em vários aspectos*” (LE GRAND, 1996 apud SILVA, 2001, p. 6).

para as iniciativas privadas por meio das privatizações. Nas medidas adotadas pelo governo também estão incluídas as mudanças no modelo de educação recomendadas pelo Banco Mundial e por organismos internacionais.

### 2.1.2 As Recomendações do Banco Mundial para a Educação

Em virtude da grave crise do capitalismo, sofrida em 1930, e do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve a necessidade de uma nova organização mundial a fim de que o capitalismo não ruísse. No período pós-guerra, corroborando Cardoso (2007, p. 90), “os Estados Unidos da América, em razão do seu poderio militar, econômico e tecnológico, passaram a exercer um processo hegemônico em relação aos países centrais, principalmente, os da América Latina”.

Conforme o quadro econômico mundial apresentado, vários organismos e agências internacionais foram criados a fim de “definir diretrizes da política externa dos Estados Unidos voltadas para um modelo de desenvolvimento econômico, saneamento das finanças e controle inflacionário dos países sob sua influência” (CARDOSO, 2007, p. 94).

As agências e os organismos internacionais criados nesse período estão relacionados no Quadro 1.

**Quadro 1:** Agências e organismos internacionais criados a partir do final da Segunda Guerra Mundial

Ano	AGÊNCIAS
1944	Fundo Monetário Internacional (FMI)
1944	Banco Mundial (BM)
1944	Organização Mundial do Comércio (OEA)
1945	Organização das Nações Unidas (ONU)
1948	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
1948	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)

**Fonte:** elaborado pela autora (2016).

Como pontuamos, em julho de 1944 ocorreu a reunião na qual foi constituído o Banco Mundial, cujo objetivo consistia em “definir as características de ordem

político-econômica mundial pós-Segunda Guerra”. Desse encontro resultou a definição de um conjunto de diretrizes denominado Acordos de *Bretton Woods*<sup>13</sup>. Segundo Loureiro (2010, p. 17), o seu objetivo primeiro era “contribuir para o processo de reconstrução do continente europeu assolado pela guerra”. Entretanto, após alguns anos de sua existência, o BM passou a administrar funções que até então não lhe cabiam.

Na acepção de Cardoso (2007), o conjunto de diretrizes aprovado com o Acordo de Bretton Woods incluía o estabelecimento de uma nova ordem econômico-financeira, assim como o livre comércio e o livre fluxo de capitais, a fim de que pudessem alcançar a estabilização da economia e das relações internacionais. Também foram adotadas “taxas de câmbio fixas e lastreado em ouro. O dólar foi admitido como moeda de troca global, com exceção da União Soviética que, na época, não admitia essa globalização da moeda norte-americana” (CARDOSO, 2007, p. 95).

Com a aproximação do Banco Mundial dos países que estavam passando pela crise, busca-se a autorização para que as recomendações do BM e dos organismos internacionais sejam implantadas, conforme Loureiro (2010, p. 17):

O BM se aproxima da América Latina, Leste europeu, África e Ásia, principalmente, por meio de um discurso que tem na chamada globalização os argumentos para a obtenção do consentimento dos países devedores no que tange às recomendações. Recomendações que também refletem a lógica de privatização de serviços públicos, liberalização financeira, abertura comercial e equilíbrio do orçamento, principalmente por meio de corte nos gastos públicos. Nesse sentido, o BM passa a representar importante peça no processo de resposta do capital à sua crise, tanto ajustando as estruturas macroeconômicas dos países membros quanto inserindo novas prioridades e referências no cotidiano das populações assistidas.

O autor ressalta ainda que as funções desempenhadas pelo BM se modificam levando em consideração as necessidades históricas que o capital exige. De uma instituição que possui como objetivo “contribuir para o processo de reconstrução do continente europeu assolado pela guerra” (LOUREIRO, 2010, p. 17) o BM passa a intervir em diversos setores dos países periféricos.

---

<sup>13</sup> Nas conferências de *Bretton Woods*, ocorridas em julho de 1944, foi definido o Sistema *Bretton Woods* ou Acordos de *Bretton Woods* de gerenciamento econômico internacional, que estabeleceram as regras das relações financeiras e comerciais entre os países industrializados do mundo. Esse sistema se firmou como o primeiro, na história, a se constituir como uma ordem monetária que seria totalmente negociada, possuindo ainda como objetivo governar as relações monetárias entre as Nações-Estado independentes.

Os países da América Latina, na década de 1980, estavam com as suas economias em colapso, pois além de apresentarem grandes endividamentos e pouca perspectiva de pagamento dessas dívidas, enfrentavam uma superinflação, o que ocasionou a crise econômica. Cardoso (2007) assevera que as dívidas que esses países apresentavam eram resultados de empréstimos realizados em bancos particulares, suspensos por falta de pagamento, restando-lhes a necessidade de contar somente com os empréstimos dos organismos multilaterais.

A partir de então, o Banco Mundial passou a estabelecer regras mais rígidas para os empréstimos, ou seja, a viabilização desses empréstimos seria possível somente com a autorização do BM e do FMI, o que, segundo Cardoso (2007), seria uma oportunidade para que as agências internacionais passassem a ter o poder de interferência na política interna e na legislação do país.

Para que os países endividados pudessem obter empréstimos ou renegociar dívidas com as agências multilaterais, teriam que aceitar as exigências impostas, as quais consistiam, na maioria das vezes, na submissão gerencial dos países aos organismos responsáveis pelas esferas econômica, financeira e fiscal. Soares (2000) pontua que as regras dos contratos firmados eram severas e concentradas em cinco eixos:

- 1- equilíbrio orçamentário, com redução de gastos públicos;
- 2- abertura comercial, com redução de tarifas na importação de produtos estrangeiros e não aplicação de barreiras não tarifárias;
- 3- liberalização financeira, com eliminação de problemas para a entrada de capital estrangeiro;
- 4- desregulamentação dos mercados internos com a não intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos etc.;
- 5- privatização das empresas estatais e dos serviços públicos. Enfim, impunham todas as condições para que se garantissem os recursos para o pagamento da dívida e os juros (SOARES, 2000, p. 23).

Após a aplicação dessas políticas nos países periféricos, verificou-se que estas não estavam culminando nos resultados esperados e com isso as agências multilaterais foram obrigadas a desenvolver outras estratégias tendo em vista que os países da América Latina caminhavam para um verdadeiro declínio, havendo prejuízo na economia e aumento da dívida, ocasionados pela incapacidade de pagamento, “sem possibilidade de competitividade e crescimento, aumento dos *déficits* públicos, aumento da pobreza e a anulação dos serviços sociais” (CARDOSO, 2007, p. 97).

Neste contexto apresentado e críticas recebidas, o BM passou a dar atenção, a partir de 1992, para o combate à pobreza, instituindo, em consonância com Soares (2000, p. 27-28), “programas sociais compensatórios voltados para as camadas mais pobres da população, destinados a atenuar as tensões sociais geradas pelo ajuste”. A partir de 1994, o BM institui uma política intitulada “reforma de segunda geração” ou “era pós-ajuste”, quando pela primeira vez foram incluídas determinadas ações voltadas à educação.

De maneira geral, as diretrizes do BM recomendam prioridade dos governos para a educação básica e privatização dos níveis secundário e superior. Além disso, maior eficiência na administração educacional, participação da comunidade na administração e nos custos escolares, descentralização das instituições escolares, análise econômica dos resultados e criação de sistemas de avaliação nacional figuram como metas da reforma educacional proposta (LOUREIRO, 2010, p. 18).

Loureiro (2010) sustenta que o BM apresenta algumas diretrizes para a gestão dos Estados no que se refere à realização das políticas educacionais. Tais diretrizes estão registradas no documento intitulado “*Prioridades y estrategias para la educación*” (BANCO MUNDIAL, 1996). O autor ressalta que o foco desse documento são as discussões para o desenvolvimento econômico e a erradicação da pobreza. Dessa forma, o BM convoca os Estados “a reformarem seus sistemas educacionais de modo a sintonizá-los com as transformações econômicas que vinham ocorrendo desde 1980” (LOUREIRO, 2010, p. 18).

O documento do BM mencionado destaca os pontos essenciais para a erradicação da pobreza, o crescimento econômico e o acesso à educação:

*La educación es crucial para el crecimiento económico y la reducción de la pobreza. La evolución de la tecnología y las reformas económicas están provocando cambios extraordinarios en la estructura de la economías, la industrias y los mercados de trabajo de todo el mundo. El rápido aumento de los conocimientos y el ritmo de cambio de la tecnología plantean la posibilidad de lograr un crecimiento económico sostenido concambios de en pelo más frecuentes durante la vida de las personas* (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 1).<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> O crucial para o crescimento econômico e a redução da pobreza e a educação. A evolução da tecnologia e as reformas econômicas causam mudanças extraordinárias nas estruturas econômicas, indústrias e no mercado de trabalho em todo o mundo. O rápido aumento do conhecimento e o ritmo de mudança na tecnologia levantam a possibilidade de alcançar um crescimento econômico tomado com mudanças de emprego mais frequentes ao longo da vida das pessoas (tradução nossa).

O pacote de medidas estabelecido pelo BM para a reforma da educação, como meio para a redução da pobreza, incluía prioridade para a educação básica, com mais investimentos do governo; a melhoria na qualidade da oferta desse nível de ensino, sendo estabelecidos critérios para avaliação do rendimento; reforma dos aspectos financeiros e administrativos; e a descentralização, o que levaria à autonomia das instituições.

Maroneze e Lara (2009) alegam que o Brasil se comprometeu a seguir as orientações da Conferência Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990 e as disposições contidas nos documentos. Assim, no ano de 1993, foi elaborado o Plano Decenal de Educação para Todos dando prioridade aos investimentos na Educação Básica, realizando-se, nesse período, as reformas educacionais.

Com base nessas orientações, o MEC passou a elaborar mecanismos legais, expressos em programas e projetos educacionais, com o propósito de implantar uma ampla reforma educacional, envolvendo várias dimensões do sistema de ensino, como: gestão educacional, financiamento, currículos escolares, legislação, planejamento, avaliação, entre outras. A implantação dessas reformas atribuiu nova configuração à política educacional com a introdução de parâmetros economicistas que subsumem o próprio direito à educação (MARONEZE; LARA, 2009, p. 3290).

Dourado (2002) afirma que na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) a orientação das políticas públicas era realizada por meio da reforma do Estado, o que modificou a forma de gestão e os padrões de intervenção estatal, ocasionando mudanças nas políticas públicas e nas políticas educacionais. Na perspectiva do autor, “tais ações na arena educacional expressam-se no processo que resultou na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96” (DOURADO, 2002, p. 241), que apresentava alterações da LDB, Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 e da LDB, Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.

A partir da década de 1990, as políticas educacionais brasileiras foram postas em prática levando em consideração os documentos das agências multilaterais, e desta forma o país se ajustou às exigências do neoliberalismo. Também foram incorporadas as orientações pertinentes quanto à reforma educativa, a fim de que o Estado refletisse sobre a necessidade da adoção dessa ação. As

reformas foram implantadas com a reafirmação dessa necessidade, concretizando-se na forma de documentos escritos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica (PCNs), os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil, as conferências, seminários e fóruns realizados pelos órgãos<sup>15</sup>.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL

A Educação Superior no Brasil apresenta-se como marco inicial de uma política de expansão da educação a partir da promulgação da LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, momento em que várias medidas foram tomadas a fim de garantir o ensino obrigatório<sup>16,17</sup>. A LDBEN estabelece as diretrizes que regem a educação no país, de todas as modalidades e níveis de ensino, dedicando um capítulo especialmente ao Ensino Superior.

Em seu capítulo IV, artigo 43, cita as finalidades da educação, sendo estas:

- I- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização,

---

<sup>15</sup> Nesses documentos não há menção ao Ensino Superior a Distância.

<sup>16</sup> A oferta do ensino obrigatório no Brasil abrange somente a Educação Básica que compreende a Educação Infantil (a partir dos 4 anos), Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), Anos Finais do Ensino Fundamental (5º ao 9º ano) e Ensino Médio (1º ao 3º ano).

<sup>17</sup> Giolo (2010, p. 1272) destaca que nesse momento foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), por meio da “Emenda Constitucional n. 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996”.

- integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
  - VII- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Além das finalidades da educação, o documento destaca os cursos e programas que poderão ser ofertados, estabelece a quantidade mínima de dias letivos, as regras para reconhecimento dos cursos, a expedição e o registro de diplomas e a quantidade de vagas ofertadas. Apesar de não realizar distinção entre instituições privadas e públicas, o documento assegura a autonomia que as universidades possuem.

Dourado (2002) sublinha que a LDBEN prevê, para a educação em nível superior, um conjunto de princípios que, de um lado, preconizam a flexibilização, a descentralização e, de outro, a implantação de novas formas de controle, padronização e avaliação.

A referida Lei também proporcionou a abertura do Ensino Superior a distância, pois em seu texto sancionado em 1996 apresenta a oferta dessa modalidade de ensino. Em suas disposições gerais, no artigo 80, a LDBEN atribui que o “poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada” (BRASIL, 1996). O artigo 80 prevê ainda, em seu parágrafo §1º, que a educação a distância será ofertada somente por instituições credenciadas pela União, de maneira que esse ensino seja organizado com abertura e regime especial.

O § 2º do artigo 80 da LDBEN determina que é de responsabilidade da União a regulamentação dos requisitos necessários para a realização dos exames e dos registros dos diplomas expedidos pelos cursos na modalidade a distância. O § 3º do artigo 80 da LDBEN estabelece que “As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino” (BRASIL, 1998a). O documento ainda destaca que o controle, a produção e avaliação poderão ser realizados por meio de cooperação e integração de diferentes sistemas de ensino. No parágrafo § 4º do

artigo 80 determina-se que a educação a distância irá receber tratamento diferenciado no que tange: I – aos custos de transmissão; II – à concessão de canais com finalidade educacional; III – à reserva de tempo mínimo, sem prejuízo para o Poder Público (BRASIL, 1998a).

O Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998<sup>18</sup> foi sancionado a fim de que pudesse regulamentar o artigo 80, que advinha de uma normatização desenvolvida e sancionada por meio da Lei nº 9.394/96. De acordo com Zanatta (2014, p. 24), o referido Decreto “possibilitou a criação de novas modalidades de cursos que incorporassem novos conteúdos, práticas pedagógicas inovadoras e procedimentos de avaliações” e também determinou, no decorrer de 13 artigos, as normas operativas dos programas ofertados.

Posteriormente ao Decreto nº 2.494/98 (BRASIL, 1998a), houve a publicação do Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998<sup>19</sup> (BRASIL, 1998b), que também teve por finalidade regulamentar o artigo 80 da LDBEN, Lei nº 9.394/96. No entanto, esse Decreto alterou as redações dos artigos 11 e 12 do Decreto nº 2.494/98 (BRASIL, 1998a), que faziam menção ao credenciamento das instituições. Por esse Decreto ficou estabelecido que as “[...] instituições vinculadas ao sistema federal de Ensino Superior, da educação profissional em nível tecnológico, e do Ensino Superior dos demais sistemas (disposto no artigo 11) passou a ser de competência do Ministério de Estado da Educação e do Desporto” (ZANATTA, 2014, p. 25).

Desta forma, o Decreto nº 2.561/98 também provocou a alteração do artigo 12, que dissertava sobre o credenciamento das instituições para a oferta dos cursos na modalidade a distância, destacando que passaria a ser de competência das autoridades desse sistema o credenciamento das instituições que ofertam os cursos em nível médio, técnico ou Educação de Jovens e Adultos (ZANATTA, 2014).

Contudo, em 2005, houve a necessidade de alteração de alguns dispositivos dos decretos que regulamentavam e normatizavam a LDBEN, Lei nº 9.394/96. Dessa forma, em 19 de dezembro de 2005 foi promulgado o Decreto nº 5.622 que revoga os Decretos nº 2.494/98 e nº 2.561/98 e passa a regulamentar os artigos 80 e 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional nas questões relacionadas ao credenciamento e

---

<sup>18</sup> Decreto revogado pelo Decreto nº 5.622/05.

<sup>19</sup> Idem, ibidem.

funcionamento dos cursos na modalidade a distância. O Decreto nº 5.622/05, em seu artigo 1º, prevê:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 1998b).

O referido documento mantém o que já fora anteriormente estabelecido no artigo 80 da LDBEN por meio do artigo 9º, o qual define que as instituições solicitantes da oferta da educação a distância já deverão ser credenciadas no sistema federal, estadual e Distrito Federal (ZANATTA, 2014). Conforme o artigo 12, o pedido de credenciamento deverá ser encaminhado ao órgão competente junto aos documentos que comprovem o funcionamento da instituição, a estrutura física adequada, os recursos tecnológicos, a habilitação jurídica e os documentos para o funcionamento dos cursos, como Projeto Político de Curso (PPC), Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Pedagógico (PPP), qualificação docente, biblioteca, laboratórios e polo de apoio presencial equipado (BRASIL, 2005).

O Decreto nº 5.622/05 define os níveis e modalidades que serão ofertados na modalidade a distância, como, por exemplo, educação básica, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional em nível técnico, médio, tecnológico, superior, em programas sequenciais, graduação, especialização, mestrado e doutorado. Também traz especificações sobre o sistema de avaliação para promoção, conclusão e obtenção de certificação, enfatizando que tais processos deverão ser realizados em consonância com a legislação vigente (BRASIL, 2005), e sobre o credenciamento e reconhecimento das instituições, autorização e reconhecimentos, esclarecendo que o atendimento a esses procedimentos será realizado mediante as orientações pautadas nos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, definidas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo de competência desse ministério o credenciamento das instituições para a oferta de cursos na modalidade a distância (BRASIL, 2005).

O credenciamento das instituições para a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), educação especial, educação profissional na modalidade a distância

é de responsabilidade das autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal, conforme estabelece o artigo 11 do Decreto nº 5.622/05. Se identificadas irregularidades nos cursos e nas instituições credenciadas, o Decreto prevê algumas medidas como suspensão, desativação, descredenciamento, desativação. As duas últimas penalidades também se aplicam às instituições que apresentarem desempenho insatisfatório no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), conforme prevê a Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2005).

O artigo 19 do Decreto ainda estabelece as diretrizes para a matrícula nos cursos ofertados na modalidade a distância para a educação de jovens e adultos. A matrícula “poderá ser feita independentemente de escolarização anterior, obedecida a idade mínima e mediante avaliação do educando, que permita sua inscrição na etapa adequada, conforme normas do respectivo sistema de ensino” (BRASIL, 2005).

O quarto capítulo do Decreto nº 5.622/05 faz menção à oferta dos cursos em nível superior na modalidade a distância, declarando que as instituições que possuem autonomia universitária poderão criar, organizar e extinguir cursos na modalidade a distância, conforme estabelece a Lei nº 9.394/96. Já as instituições que não possuem autonomia universitária<sup>20</sup> deverão solicitar junto ao MEC a autorização da abertura de cursos e programas na modalidade a distância. O quarto capítulo ainda trata do processo de reconhecimento, estabelecendo que as instituições de ensino deverão solicitar o reconhecimento de seus cursos de acordo com a legislação em vigor.

O artigo 23 do Decreto nº 5.622/05 traz especificações para a “criação e autorização de cursos de graduação a distância” (BRASIL, 2005); para a criação e autorização de alguns cursos é necessária a manifestação dos respectivos conselhos de cada um deles, como, por exemplo, os cursos de Direito, que deverão passar pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e os cursos de Medicina, Odontologia ou Psicologia, que deverão passar pelo Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2005).

---

<sup>20</sup> Somente as universidades gozam de autonomia universitária, que de acordo com a LDBEN, Lei nº 9.394/96 em seu Artigo 207 estabelece “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1996).

Já os cursos e programas de pós-graduação na modalidade a distância são mencionados no capítulo cinco do Decreto nº 5.622/05, que trata da legislação e normatização pertinente à criação desses cursos. O artigo 25 estabelece a autorização, reconhecimento e normatização dos cursos de mestrado e doutorado na modalidade a distância, esclarecendo que esses cursos deverão cumprir igualmente o que estabelece a legislação em vigor, e que “caberá à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, editar as normas complementares a este Decreto, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*” (BRASIL, 2005), ou seja, caberá à CAPES normatizar de que forma esses cursos serão regulamentados.

As disposições gerais do Decreto nº 5.622/05 preveem o credenciamento dos cursos na modalidade a distância que poderão ser ofertados em países distintos da sede. De acordo com o que consta no artigo 26, essa oferta poderá ser realizada mediante a “formação de consórcios, parcerias, celebração de convênios, acordos, contratos ou outros instrumentos similares” (BRASIL, 2005), sempre atendendo à regulamentação dos órgãos responsáveis.

O artigo 27 estabelece que as instituições de Ensino Superior públicas brasileiras poderão revalidar diplomas expedidos por instituições estrangeiras desde que atendam à legislação vigente. O contido no artigo 28 esclarece que os diplomas de pós-graduação expedidos por instituições estrangeiras deverão ser revalidados por instituições que oferecem programas reconhecidos pela Capes, “[...] em mesmo nível ou em nível superior na mesma área ou equivalente, preferencialmente com a oferta correspondente em educação a distância” (BRASIL, 2005).

Nas disposições finais ou transitórias do Decreto, há especificações sobre a oferta do ensino fundamental e médio na modalidade a distância. O artigo 30 estabelece que as instituições privadas poderão solicitar junto aos órgãos responsáveis a autorização da oferta do ensino nesse nível e modalidade. O mesmo documento, no artigo 33, determina que em todos os documentos ou materiais da instituição deverá aparecer o credenciamento, autorização ou reconhecimento dos cursos na modalidade a distância. Por fim, o artigo 35 prevê que as instituições poderão solicitar reconhecimento para os seus cursos que possuem turmas com mais da metade do curso concluída, em um prazo máximo de oitenta dias.

Em 2007, constatou-se a necessidade de alteração de alguns dispositivos do referido documento, por meio da promulgação do Decreto nº 6.303 de 12 de

dezembro de 2007, que altera alguns dos dispositivos do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96, bem como o Decreto nº 5.773 de 19 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulamentação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e cursos superiores de graduação, sequenciais no sistema federal de ensino (BRASIL, 2006a).

A LDBEN, Lei nº 9.394/96 estabelece que todos os professores que atuam na educação básica devem ter Ensino Superior. Tal exigência resultou da divulgação de dados do MEC que revelaram o número de professores que não possuíam Ensino Superior, número este que ultrapassava 800.000 no ano de 1996. Dessa forma, foi determinado o prazo de cumprimento do Ensino Superior pelos professores que não possuíam esse nível de ensino: o ano de 2007 (BRASIL, 1996).

Como a demanda de professores era muito superior ao número de vagas disponíveis nas instituições que ofertavam cursos presenciais, o MEC deu prioridade para a aprovação e certificação dos cursos de pedagogia na modalidade a distância. Para Zanatta (2014, p. 35):

Em 1997, o Brasil tinha apenas um curso de licenciatura em EAD aprovado pelo MEC. Já em 1998, foram oito solicitações para credenciamento de cursos. Em 1999, mais catorze cursos foram solicitados. E até janeiro de 2002, havia 67 solicitações, que correspondiam ao total de 75 cursos de graduação.

Tendo em vista a crescente demanda por cursos de nível superior na modalidade a distância, o número de pedidos de credenciamento de instituições cresceram junto ao MEC. Segundo Zanatta (2014), a modalidade de educação a distância que antes era discriminada, tendo sua qualidade questionada, passa a ser uma modalidade de educação que tem quebrado o preconceito e reduzido a discriminação, pois se apresenta como uma alternativa às mudanças sociais ocorridas pela difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs), pela oferta de cursos, atendendo à demanda crescente de profissionais que necessitam da formação em nível superior, impulsionada pela proposta da LDBEN.

Sem dúvida, a educação a distância é uma alternativa viável para a oferta de cursos no Ensino Superior, de forma a atender tanto a demanda de profissionais que

precisam de formação em nível superior quanto as pessoas que residem em áreas isoladas e que não possuem acesso ao campus presencial das instituições de ensino.

### **2.2.1 Crescimento e expansão da Educação Superior a Distância no Brasil**

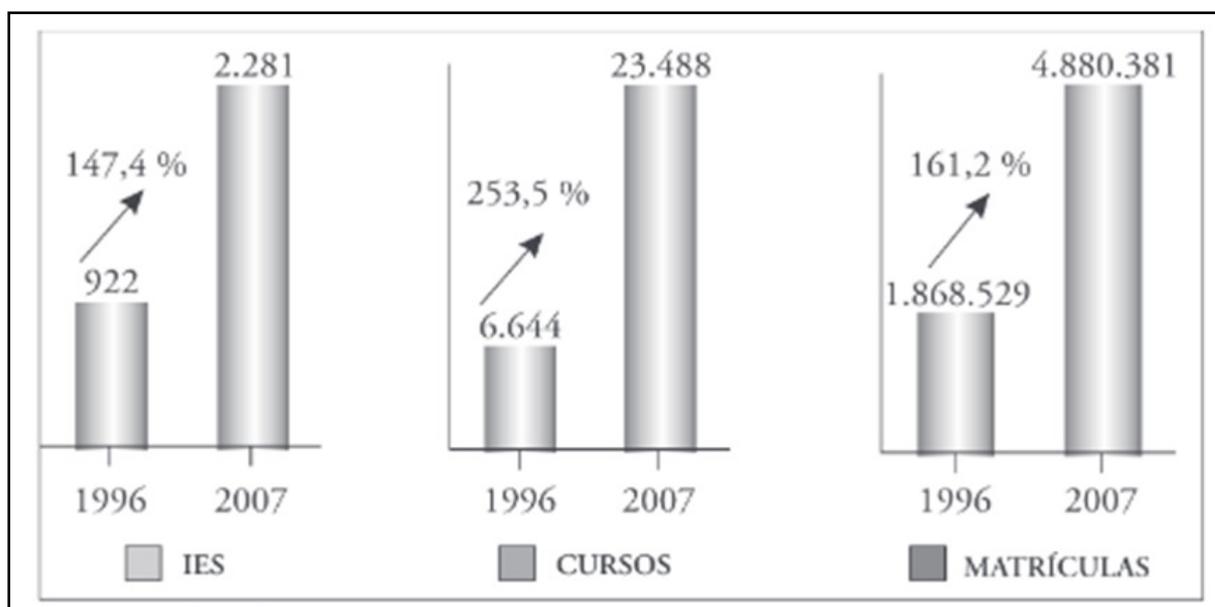
O crescimento e a expansão da educação superior estão em destaque nos debates promovidos por vários eventos. Dourado, Catani e Oliveira (2003) sublinham que os temas mais significativos que compõem as mesas internacionais de discussão são com relação à educação superior. Nessas ocasiões, evidenciam-se muitas problemáticas que afligem a educação, tais como: preocupação demasiada com a expansão, interiorização e ampliação da educação em nível superior; os objetivos da educação superior e sua função no século XXI; qual o papel e o lugar das universidades na era virtual.

Na “era” FHC (1995-2002), no entanto, constituiu-se período marcante como movimento expansionista e de reconfiguração do campo universitário brasileiro, assumindo feição nitidamente privada. Adotou-se o modelo de diversificação e diferenciação, em contraposição ao modelo único pautado na defesa da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão que vinha sendo constituído no país. Desse modo, a materialização de tais políticas resultou na criação de formatos institucionais diferenciados, oferta de novos cursos pós-médios e ênfase e, novas modalidades de educação, tais como educação a distância e educação profissional (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2003, p. 24).

Os autores destacam que a expansão acelerada das matrículas é resultado dos oito anos de governo que estabeleceram como meta que as instituições particulares matriculassem mais de 70% do total de estudantes nesse período. O governo de FHC e a reforma implementada em seu governo propiciaram a “[...] mercantilização da produção do trabalho acadêmico e da gestão das universidades públicas, e pela redução dos recursos dos fundos públicos para a manutenção e o desenvolvimento das universidades federais” (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2003, p. 24).

Estabelecido esse marco regulatório da educação brasileira, por meio da LDBEN, Lei nº 9.394/96 a expansão do ensino era inevitável. Giolo (2010) realizou um levantamento dos números de instituições em funcionamento, número de cursos cadastrados e número de matrículas dos alunos no Ensino Superior entre os anos de 1996, ano de promulgação da LDBEN, e 2007. Esses dados revelaram uma grande disparidade e acentuaram a expansão que o Ensino Superior obteve nesse período, principalmente o Ensino Superior na modalidade a distância.

**Gráfico 1:** Evolução das IES, cursos e matrículas presenciais da educação superior brasileira, com respectivos percentuais de crescimento (Brasil: 1996 e 2007)



**Fonte:** Giolo (2010, p. 1273).

Zanatta (2014) informa que, no final do século XX e início do século XXI, houve uma acentuada demanda de ingresso em curso de nível superior devido ao disposto na LDBEN, Lei nº 9.394/96, que prevê a formação em nível superior de todos os profissionais da educação, o que causou a expansão da EaD e a acentuação do preconceito criado em torno deste nível de ensino.

Atualizando os dados apresentados e discutidos por Giolo (2010) para o ano de 2013, podemos visualizar, em longo prazo, o grande salto de instituições credenciadas, de cursos ofertados e de matrículas que a promulgação da LDBEN, Lei nº 9.394/96, propiciou ao Ensino Superior brasileiro, sendo esses números apresentados no Quadro 2.

**Quadro 2:** Evolução do número de Instituições de Ensino Superior, número de cursos ofertados e número de matrículas nos cursos de graduação presenciais (Brasil: 1996/2013)

<b>ESTATÍSTICA BÁSICA</b>		
Total geral de instituições públicas e privadas		
Ensino Superior – Graduação presencial		
	<b>1996</b>	<b>2013</b>
IES	922	2.391
CURSOS	6.644	30.791
MATRÍCULA	1.868.529	6.152.405

**Fonte:** Censo (1996/2013 – elaborado pela autora, 2016).

De acordo com os dados do Quadro 2, após a promulgação da Lei nº 9.394/96 houve um grande aumento em todas as categorias analisadas, ou seja, ocorreu a abertura de 1.359 instituições de Ensino Superior, um aumento de 147, 4%; foram abertos 16.844 cursos de graduação, um aumento de 253, 5%, assim como foram matriculados 3.011.852 alunos, um aumento de 161, 2%.

A promulgação da Lei nº 9.394/96 acarretou também um crescimento na oferta e na procura pelo Ensino Superior. Como as instituições públicas não possuíam estrutura para receber todos esses alunos, as instituições privadas passaram a receber muitos deles. No Quadro 3, podemos verificar essa expansão e a presença marcante das instituições privadas.

**Quadro 3:** Comparação do número de Instituições de Ensino Superior e do número de matrículas nos cursos de graduação públicos e privados (Brasil: 1996/2013)

<b>ESTATÍSTICA BÁSICA</b>	<b>PÚBLICO</b>		<b>PRIVADO</b>	
	<b>1996</b>	<b>2013</b>	<b>1996</b>	<b>2013</b>
IES	211	301	711	2.090
MATRÍCULA	735.427	1.777.974	1.133.102	4.374.431

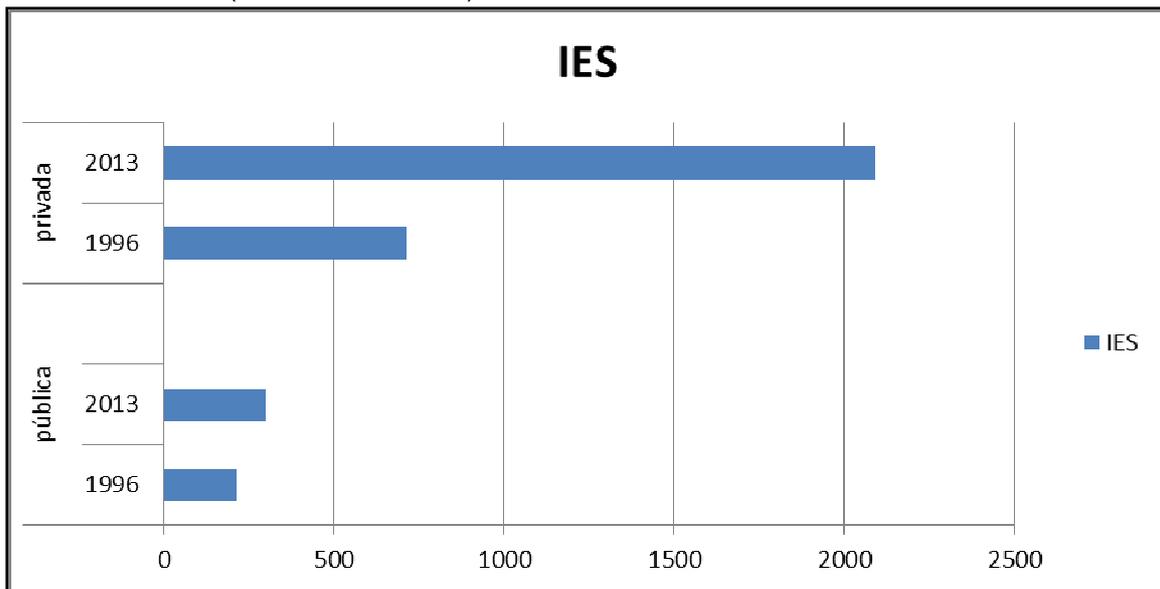
**Fonte:** Censo (1996/2013 – elaborado pela autora, 2016).

Conforme os dados apontados no Quadro 3, observamos que a evolução do número de matrículas entre os anos de 1996 e 2013, nas instituições públicas e privadas, é bem significativo. Em 2013, o número de matrículas nas instituições públicas era de 1.777.974, o aumento dessas matrículas foi de 241, 76% comparando-se com o ano de 1996, ano de promulgação da LDBEN, Lei nº 9.394/96. No setor privado, o número de matrículas foi de 4.374.431 no ano de

2013. O aumento das matrículas foi de 386, 05% em comparação com o ano de 1996. O número de instituições também aumentou, tendo o acentuado crescimento na rede privada de 293, 95%.

O Gráfico 2 ilustra de forma dinâmica a comparação dos números de instituições públicas e privadas entre os anos de 1996 e 2013.

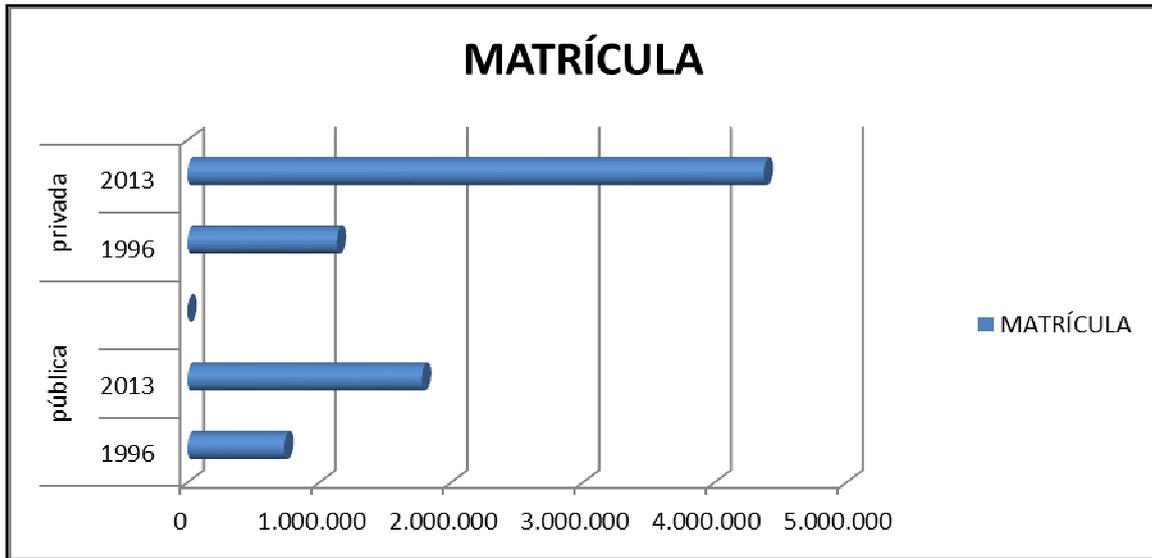
**Gráfico 2:** Comparação do número de instituições públicas e privadas nos anos de 1996 e 2013 (Brasil: 1996/2013)



**Fonte:** Censo (1996/2013 – elaborado pela autora, 2016).

O Gráfico 3 ilustra a comparação dos números de matrículas realizadas nos anos de 1996 e 2013 em instituições públicas e privadas no território brasileiro. É visível a diferença entre do número de matrículas entre as instituições privadas e públicas.

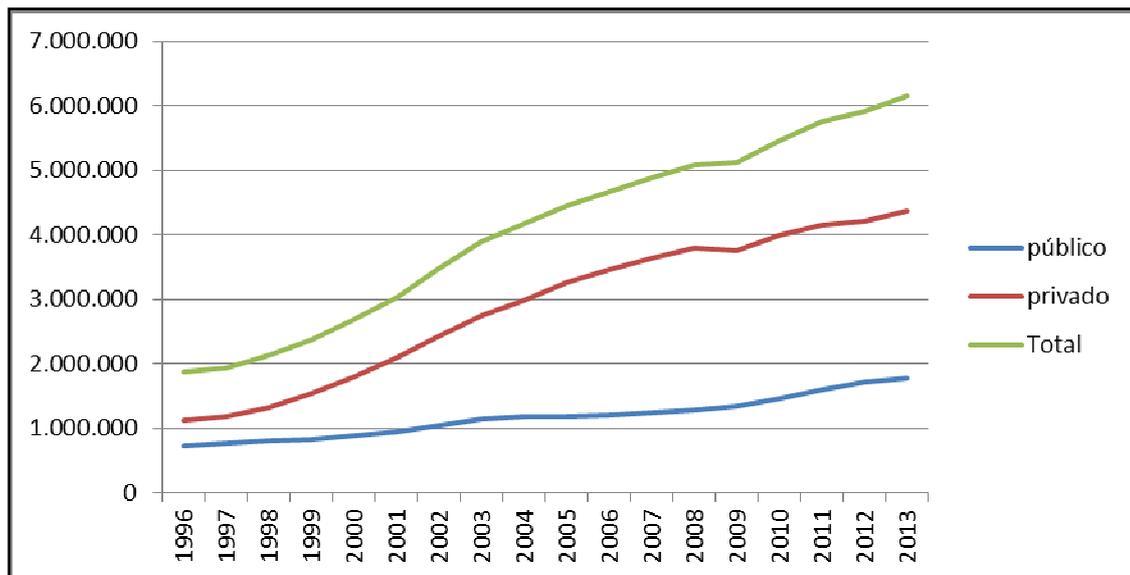
**Gráfico 3:** Comparação do número de matrículas nas instituições públicas e privadas nos anos de 1996 e 2013 (Brasil: 1996/2013)



**Fonte:** Censo (1996/2013 – elaborado pela autora, 2016).

No Gráfico 4 apresentamos a evolução do número de matrículas dos alunos das instituições públicas e privadas, assim como a evolução do número total de matrículas. É possível observar que há uma evolução considerável a partir de 2001.

**Gráfico 4:** Evolução do número de matrículas nos cursos de graduação presenciais, nas instituições públicas e privadas nos anos de 1996 e 2013 (Brasil: 1996/2013)



**Fonte:** Censo (1996/2013 – elaborado da autora, 2016).

O aumento do número de matrículas é ainda mais significativo quando analisamos os dados do Censo, no período que compreende 1996-2013, dos alunos que ingressaram na educação a distância nas instituições públicas e privadas.

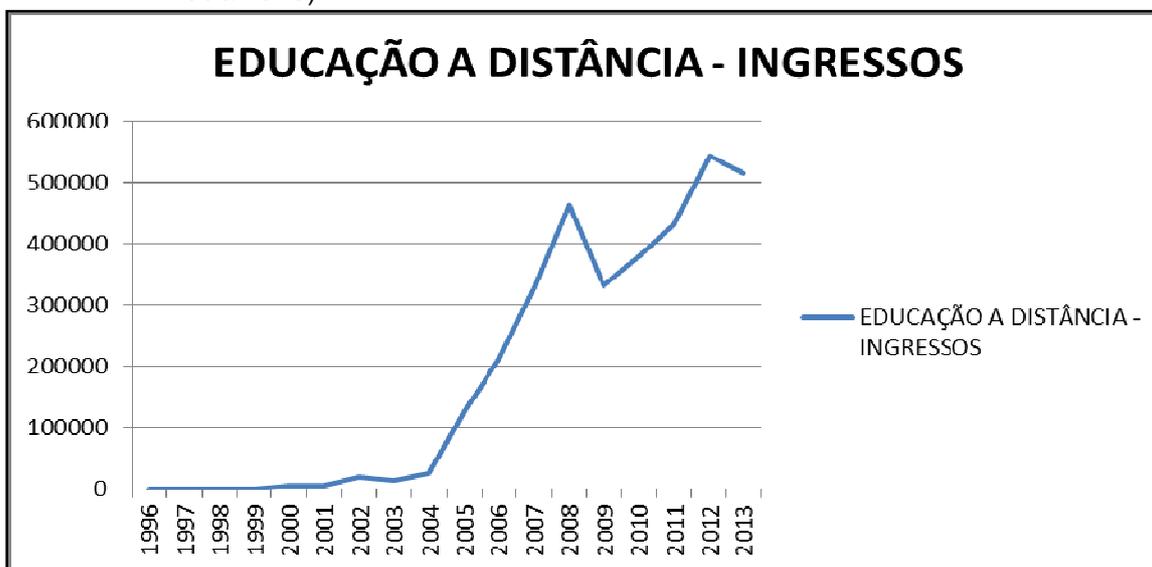
**Quadro 4:** Evolução do número de ingressos no Ensino Superior, modalidade a distância, instituições públicas e privadas (Brasil: 1996/2013)

ANO	ALUNOS INGRESSOS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
1996	0
1997	0
1998	0
1999	0
2000	5.287
2001	6.618
2002	20.685
2003	14.233
2004	25.006
2005	127.014
2006	212.246
2007	329.271
2008	463.093
2009	332.469
2010	380.328
2011	431.597
2012	542.633
2013	515.405

**Fonte:** Censo (1996/2013 – elaborado pela autora, 2016).

No Quadro 4, podemos observar que não há registro de ingresso de alunos no Ensino Superior, modalidade a distância, entre os anos de 1996 e 1999. O registro no censo de informações referentes ao Ensino Superior, modalidade a distância, inicia-se somente no ano 2000, ainda com poucas informações. Destarte, ao analisarmos os dados, verificamos que houve um aumento no ingresso de alunos de 9748, 53% quando comparados os anos de 2000 e 2013.

**Gráfico 5:** Evolução do número de matrículas nos cursos de graduação, modalidade a distância, nas instituições públicas e privadas nos anos de 1996 a 2013 (Brasil: 1996/2013)



Fonte: Censo (1996/2013 – elaborado pela autora, 2016)<sup>21</sup>.

Também podemos perceber que no ano de 2008 tivemos um pico na quantidade de ingressos, com 463.093 alunos, que não se manteve nos anos seguintes, e esse número só foi ultrapassado no ano de 2012, quando verificamos um ingresso de 542.633 alunos. No ano de 2013 há uma nova queda no ingresso, quando o número caiu para 512.405 alunos, significando uma queda de 94,42%.

O crescimento e a expansão da educação a distância foram possíveis somente porque houve a implementação de alguns programas do governo, em níveis federal, estadual e municipal, visando ao aumento da oferta de cursos e ao acesso da população à educação em nível superior. Nesse contexto, cabe destacar a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, por meio do Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006, sobre o qual tratamos no próximo item.

### 2.2.2 Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB

O Sistema Universidade Aberta do Brasil foi criado por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. O programa tem como objetivo a ampliação e a

<sup>21</sup> Foram utilizados os dados do Censo até o ano de 2013, pois é os últimos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

interiorização das ofertas de curso superior, utilizando modalidade de educação a distância. Possui como prioridade a oferta de cursos de graduação em nível superior aos professores que estão atuando em sala de aula na educação básica, mas que ainda não possuem curso de graduação em nível superior. Também possibilita que ingressem nesses cursos os gestores das instituições públicas que ofertam a educação básica. Algumas de suas metas são a redução das desigualdades na oferta dos cursos em nível superior e a formação de professores (BRASIL, 2006b).

O objetivo é a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil (BRASIL, 2006b).

Esses objetivos estão explícitos no artigo 1º do Decreto nº 5.800/2006, os quais são elencados em parágrafo único.

- I- oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II- oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III- oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV- ampliar o acesso à educação superior pública;
- V- reduzir as desigualdades de oferta de Ensino Superior entre as diferentes regiões do País;
- VI- estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII- fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de Ensino Superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006b).

O artigo 2º do referido Decreto trata do cumprimento dos objetivos estabelecidos em colaboração com a União e os entes federativos. Consta no documento que os cursos serão ofertados em instituições públicas de nível superior em conjunto com os polos de apoio presencial. Já o seu artigo 3º apresenta os convênios que serão firmados com as instituições públicas de Ensino Superior a fim de que os cursos sejam ofertados.

O artigo 4º do Decreto nº 5.800/2006 prevê os acordos de cooperação técnica que deverão ser firmados com os interessados em manter os polos de apoio presencial. O artigo 5º estabelece que os cursos de graduação serão ofertados nas instituições públicas de Ensino Superior contempladas no processo realizado mediante edital público. O mesmo ocorre com os polos de apoio presencial.

O artigo 6º trata das despesas que serão decorrentes da dotação orçamentária referentes ao MEC e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No artigo 7º fica estabelecido que é o Ministério da Educação que irá realizar a “implantação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos cursos do Sistema UAB” (BRASIL, 2006b). O Decreto entrou em vigor na data da sua publicação, conforme estabelece o artigo 8º.

Costa (2013) afirma que após a promulgação do Decreto nº 5.800/2006, uma das primeiras ações realizadas para a efetiva oferta de cursos no Sistema UAB foi a implantação de cursos de graduação em Administração como projeto piloto em parceria com alguns bancos estatais, incluindo o Banco do Brasil. Em um primeiro momento, puderam participar somente os funcionários dessas instituições, assim como funcionários públicos das esferas municipais, estaduais e federais.

Esse projeto conta com a participação de dezoito universidades federais e sete estaduais que iniciaram, no segundo semestre de 2006, o trabalho pedagógico com os alunos selecionados em um processo seletivo próprio, com abertura de 10.000 (dez mil) vagas distribuídas para as mais diversas regiões do país (COSTA, 2013, p. 21).

O projeto teve continuidade por meio do MEC e da Secretaria de Educação a Distância (SEED), que lançou o Edital 1/2005 e o Edital 1/2006 com processo público para a seleção de polos de apoio presencial e de cursos de graduação a distância. De acordo com a autora, os editais possuíam diferenças entre si, pois o primeiro edital contemplava a oferta de cursos superiores a distância em instituições federais de Ensino Superior, enquanto o edital publicado em 2006 contemplava a oferta de cursos a distância em nível superior por instituições públicas de Ensino Superior, sendo estas em nível municipal, estadual ou federal (COSTA, 2013).

Dourado, Catani e Oliveira (2003) salientam a expansão da educação superior priorizada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) com a implementação de uma política pública democrática popular. Podemos afirmar

que nesse período houve o “estabelecimento de políticas de financiamento e de avaliações indutoras do desenvolvimento das IES, bem como pelo reconhecimento da autonomia universitária, pautada no critério da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2003, p. 28).

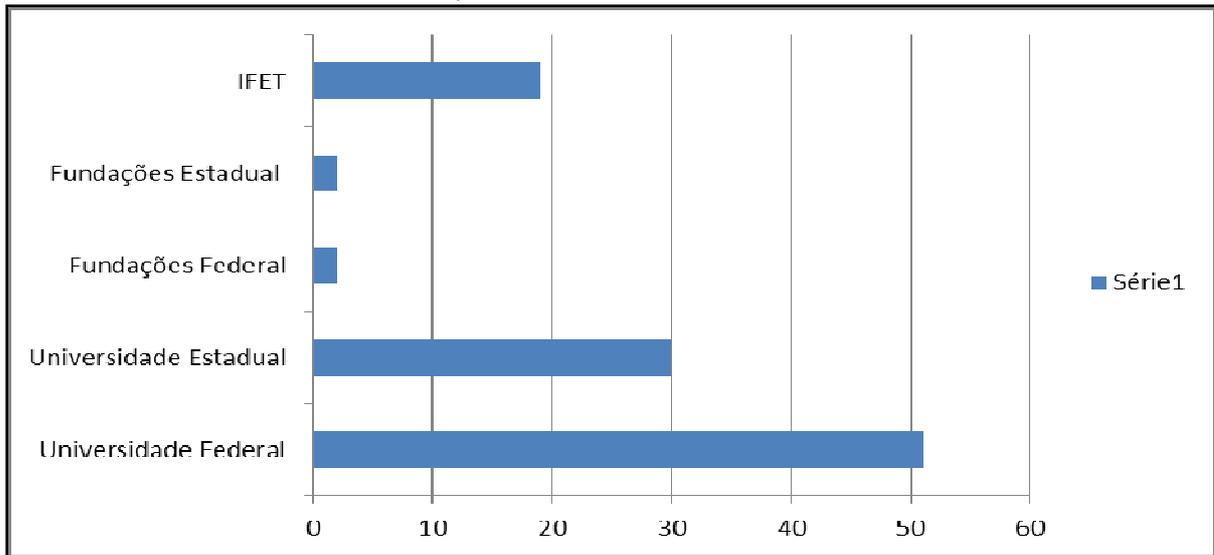
Essa ampliação foi possível devido ao aumento da destinação do Produto Interno Bruto (PIB), que foi de 0,5% nos quatro primeiros anos de seu mandato, e subiu para 0,6% no primeiro ano do segundo mandato, garantindo-se assim o financiamento da educação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, incluindo o Ensino Superior público:

No que se refere à educação superior, o plano do governo Lula propõe a ampliação do número de vagas e o incremento da oferta pública a 40% dos discentes desse nível de ensino, de modo a atender o que preconiza o PNE. O plano preconiza, ainda, como política efetiva, a garantia de acesso à educação superior a 30% da população com idade entre 18 e 24 anos, além de novos marcos de financiamento público (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2003, p. 28).

Atualmente, o Sistema UAB está vinculado à Diretoria de Educação a Distância (DED), na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior. Segundo Costa (2013, p. 25), “A UAB tem como prioridade a formação e a capacitação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, com a utilização de metodologias da Educação a Distância”.

As informações disponíveis na página da Capes indicam que o Sistema UAB é composto por 104 (cento e quatro) instituições, das quais 51 (cinquenta e uma) são universidades federais, 30 (trinta) universidades estaduais, 2 (duas) fundações em nível federal, 2 (duas) fundações em nível estadual e 19 (dezenove) institutos federais de educação, ciência e tecnologia espalhados por todo o Brasil, conforme indicamos no Gráfico 6.

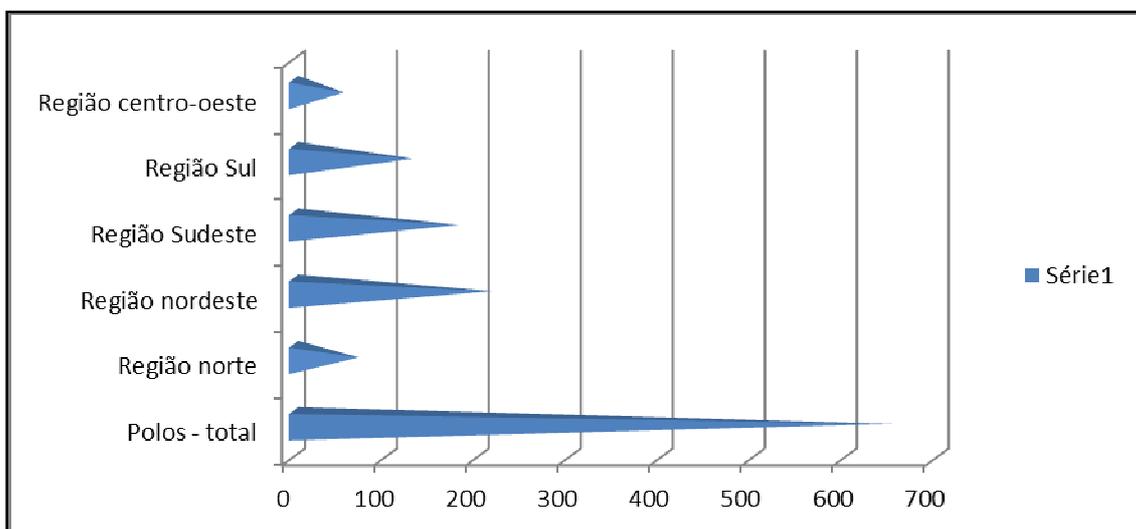
**Gráfico 6:** Número de Instituições de educação superior que ofertam cursos de graduação, modalidade a distância, Sistema UAB no Brasil



Fonte: CAPES (2015 – elaborado pela autora, 2016).

O Sistema UAB também possui os polos de apoio presencial espalhados por todas as regiões do Brasil, conforme ilustramos no Gráfico 6. A região que mais concentra polos de apoio presencial é a região Nordeste, que se destaca com 214 polos. Em seguida temos a região Sudeste, com 179 polos, e também a Região Sul, com 130 polos de apoio presencial, seguida pela Região Norte, com 71 polos e pela Região Centro-Oeste, com 55 polos. No total, o Sistema UAB possui um total de 652 polos.

**Gráfico 7:** Número de polos de apoio presencial do Sistema UAB, por região do país



Fonte: CAPES (2015 – elaborado pela autora, 2016).

Dessa forma, podemos concluir que o Sistema UAB é um programa de governo que propiciou a oferta de cursos de graduação a distância, possibilitando que muitos profissionais tivessem acesso ao Ensino Superior.

### **3 ESTADO DO CONHECIMENTO DOS PERIÓDICOS DA *JURN* E DA CAPES PUBLICADOS NO PERÍODO ENTRE 2001-2014**

Nesta seção, apresentamos a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta dissertação e também o caminho percorrido para a definição do banco de dados e dos artigos selecionados e analisados para a realização da pesquisa que propomos sobre as políticas públicas para a educação a distância no Brasil no período de 2001 a 2014.

Optamos por esse caminho por considerar que as discussões relativas às políticas públicas para o Ensino Superior na modalidade a distância se intensificaram após a promulgação da LDBEN, Lei nº 9.394 de 1996, que fez pela primeira vez menção direta à educação a distância em nível de Ensino Superior. Nesse sentido, decidimos considerar as publicações de artigos em periódicos publicados a partir de 2001, início do século XXI, por se tratar de um período em que se comprovam as matrículas de alunos no Ensino Superior, modalidade a distância, por meio dos dados divulgados pelo Censo. E como recorte final escolhemos o ano de 2014, já que no início de 2015 iniciamos a pesquisa, e por se tratar de um mapeamento, o acesso às publicações desse ano seriam inviáveis.

#### **3.1 “ESTADO DA ARTE” OU “ESTADO DO CONHECIMENTO”?**

Com a intensificação dos congressos, cursos e eventos na área da educação, na década de 1980, surge o interesse na realização de pesquisas que envolvem a temática da educação. Nesse cenário, as teses, dissertações, pesquisas e publicações se disseminam, surgindo algumas questões: quais temas são mais pesquisados? Quais são as metodologias utilizadas para a realização dessas pesquisas? Quais são as contribuições para essa área? (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Ferreira (2002) sustenta que houve uma grande incidência, no período de 1987-2002, de pesquisas denominadas “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”. Classificadas como pesquisas bibliográficas, possuem como

característica o mapeamento e a discussão das produções acadêmicas nas mais diversas áreas do conhecimento, as quais são realizadas com o intuito de verificar em quais dimensões e em quais condições as dissertações, teses, publicações em periódicos, comunicações em anais, congressos e seminários vêm sendo realizadas nas diferentes épocas e lugares.

Nessa linha, Ferreira (2002, p. 259) afirma que:

Sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema.

Na mesma perspectiva, Haddad (2002, p. 9) define que os estudos do tipo Estado da Arte permitem,

[...] num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura.

As pesquisas intituladas “Estado do Conhecimento” não devem ter fim, tendo em vista seus objetivos e suas metodologias. Em consonância com essa ideia, Soares (2000) elenca duas razões principais para a realização de pesquisas dessa natureza. A primeira diz respeito ao fato de que “a identificação, caracterização e análise do estado do conhecimento sobre determinado tema é fundamental no movimento ininterrupto da ciência ao longo do tempo” (SOARES, 2000, p. 20-21), pois da mesma forma como a ciência se constrói ao longo do tempo, em um momento priorizando um aspecto, em outro momento priorizando outros aspectos, a metodologia também se faz do mesmo modo: em um momento se prioriza um referencial teórico, ora outros. O “Estado do Conhecimento” segue esse perfil, que deve ser construído ao longo do tempo, de forma que identifique e mostre os caminhos que a ciência vem percorrendo a fim de que possamos ampliar a construção dos conhecimentos ainda não explorados, integrando os resultados e as contradições das áreas já amplamente exploradas.

A segunda razão refere-se ao caráter permanente das pesquisas denominadas “Estado do Conhecimento”, pois o que se espera é que não tenham um término, pois em um país em que as fontes para pesquisas são precárias, como no Brasil, “o banco de dados que forçosamente se constitui como subproduto desse tipo de pesquisa precisa manter-se atualizado, dada a sua grande relevância para pesquisadores e estudiosos” (SOARES, 2000, p. 21).

As pesquisas que se caracterizam como “Estado da Arte” constituem uma contribuição significativa para a área do conhecimento, tendo em vista que se apresentam como subsídios para a construção das teorias e das práticas pedagógicas. Nessa perspectiva, pontuar os problemas, identificar as falhas, assim como as novas experiências a fim de que alternativas sejam encontradas para os problemas da prática são importantes, considerando que assim estamos reconhecendo que as pesquisas contribuem para a constituição de propostas na área estudada.

Segundo Romanowski (2002, p. 15-16), para a realização de uma pesquisa do tipo Estado da Arte são necessários os seguintes procedimentos:

- definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas;
- localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, catálogos e acervos de bibliotecas, biblioteca eletrônica, que possam proporcionar acesso a coleções de periódicos, assim como aos textos completos dos artigos;
- estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o *corpus* do estado da arte;
- levantamento de teses e dissertações catalogadas;
- coleta do material de pesquisa, selecionado junto às bibliotecas de sistema COMUT ou disponibilizados eletronicamente;
- leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área;
- organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados e as relações indicadas nas teses e dissertações;
- análise e elaboração das conclusões preliminares.

Messina (1998, p. 1853) entende o “Estado da Arte” como um mapa que nos permite continuar na caminhada, uma alternativa para percebermos as contradições e os processos descontínuos. “Em um estado da arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática de uma área do conhecimento”.

É importante ressaltar que os estudos realizados que recebem a denominação de “Estado da Arte” abrangem uma área do conhecimento que gerou diversas produções científicas. Desta forma, para se realizar um mapeamento da produção caracterizado como “Estado da Arte” é fundamental estudar os resumos das teses, dissertações, produções em congressos da área e estudos sobre as publicações em periódicos da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado “Estado do Conhecimento” (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Partindo da premissa de que o Estado da Arte ou do Conhecimento caracterizam-se por ser um levantamento bibliográfico, de cunho analítico, sistemático e crítico de toda uma produção acadêmica, destacamos que esses estudos se justificam pelo fato de possibilitarem um panorama das produções por área, permitindo a visualização da evolução das pesquisas, suas características, além de identificar as lacunas.

## 3.2 O BANCO DE DADOS

A metodologia adotada para selecionar os dados desta pesquisa compreendeu os artigos publicados nas ferramentas de busca *Jurn* e no portal da Capes, especificamente no período de compreende 2001 a 2014. O período temporal recortado leva em consideração que a pesquisa é por amostragem, tendo em vista que se torna inviável a pesquisa e a análise de todos os periódicos publicados, levando em consideração o objetivo proposto para este estudo, que é verificar a influência dos organismos internacionais nas políticas públicas para o Ensino Superior na modalidade a distância.

### 3.2.1 *Jurn*

*Jurn* é uma ferramenta de busca acadêmica desenvolvida por um jovem inglês chamado Jurn David Haden e destinada à indexação de 4.166 periódicos eletrônicos de acesso livre nas áreas de artes e humanidades, conforme as informações encontradas na página de notícias do [Jurn.org](http://Jurn.org).

Essa ferramenta online é definida como um motor de busca exclusivo dedicado à indexação livre de periódicos eletrônicos, “acesso aberto” nas áreas de artes e humanidades. Construída ao longo de seis anos, o *Jurn* funciona como um “localizador de texto completo”, e no ano de 2014, o buscador foi ampliado a fim de que pudesse incluir outras publicações acadêmicas abertas, como teses, periódicos eletrônicos das áreas de ciências, biomédicos negócios e ecologia.

O *Jurn* pode ser utilizado apenas por meio do Google. Para uma melhor funcionalidade da ferramenta, é necessário conhecer as formas de pesquisa realizadas no Google. Trata-se de uma ferramenta destinada aos que realizam pesquisas em conteúdos públicos: professores que buscam acesso a ferramentas alternativas ao habitual; intelectuais, ativistas, blogueiros e jornalistas, profissionais de diferentes áreas não restritas à educação; líderes, relatores de políticas públicas; estudiosos e pesquisadores em atividade ou aposentados; alunos recém-graduados, dentre outros.

O *Jurn* passou a ser utilizado depois de 1994, no entanto a maior parte dos artigos foram indexados após o ano de 2005. No início do ano de 2014, essa ferramenta tornou-se um importante índice multidisciplinar para os artigos de acesso aberto, abarcando temas relacionados à vida selvagem, ecologia e administração, bem como ao direito, à economia, ciência e biomédica. Em 2015, houve a inclusão de temas relacionados às forças armadas e revistas de *ciber* defesas. Para o final de 2015 está prevista a indexação de periódicos com temáticas relacionadas à teologia e geofísica. O *Jurn* também inseriu em sua ferramenta de busca uma série de URLs que disponibilizam em formato PDF “capítulos sem amostra” partindo de editoras respeitáveis de livros acadêmicos.

### **3.2.2 Portal de Periódicos da Capes**

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foi criada em 11 de julho de 1951 como uma Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo Decreto nº 29.741, cujo objetivo era o de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (BRASIL, 2008).

Entre os trabalhos desenvolvidos pela Capes destacamos a avaliação dos cursos de pós-graduações *stricto sensu*; o acesso e divulgação das produções científicas; o investimento na formação de recursos de alto nível tanto no Brasil quanto no exterior; a promoção da cooperação científica internacional e a indução e fomentação da formação inicial e continuada de professores para a educação básica, tanto nos formatos presencial quanto a distância, sendo esta última ação instituída somente no ano de 2008, com a aprovação da Lei nº 11.502/2007 pelo Congresso Nacional e homologada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2014).

Em seu portal, a Capes disponibiliza uma lista dos periódicos utilizados como meio para a divulgação das produções científicas dos programas de pós-graduação, as quais são conhecidas pelo nome Qualis. “A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade – A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C – com peso zero” (BRASIL, 2014).

### 3.3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se por ser de base teórica, exploratória e qualitativa. Segundo Gil (1999, p. 42), “Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Demo (2000, p. 20) assinala que a pesquisa de base teórica é aquela “dedicada a reconstruir teorias, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos”. Para o autor, esse tipo de pesquisa é direcionada com o intuito da reconstrução de teorias, referências, explicação da realidade, temas atuais e outras discussões que se fazem pertinentes; não provoca a contribuição social imediata, porém é muito importante, pois cria condições para que as contribuições sociais ocorram. “O conhecimento teórico adequado acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada, capacidade explicativa” (DEMO, 2000, p. 36).

A pesquisa de base teórica é a mais apropriada para este estudo, que tem como objetivo a investigação sobre a forma como os organismos internacionais influenciam nas políticas públicas para o Ensino Superior no Brasil na modalidade a distância, tendo em vista a Reforma do Aparelho do Estado e a intensa reformulação da legislação para a educação no período de 2001-2014. Com essa intenção, optamos pela pesquisa explicativa, que de acordo com Gil (1999, p. 44):

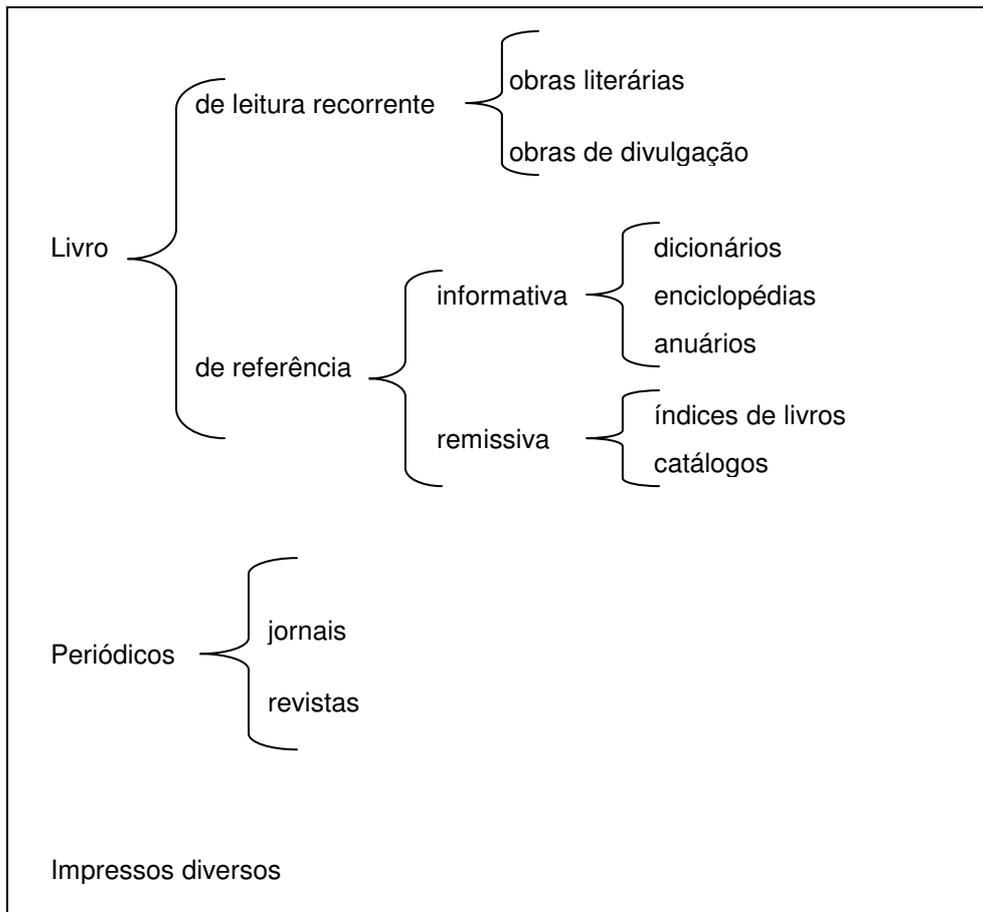
São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente.

Segundo Lakatos e Marconi (2006), ao realizar uma pesquisa bibliográfica estamos abrangendo todas as pesquisas publicadas em relação ao tema, tendo como finalidade o contato do pesquisador com todo o material publicado em relação ao tema estudado.

Gil (1999, p. 65) argumenta que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. É importante salientar que esse tipo de pesquisa é indispensável quando o estudo é histórico, porque há situações em que não há alternativa para se conhecer os fatos do passado.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a pesquisa bibliográfica não consiste na mera repetição das informações que já foram ditas e escritas, mas possui como objetivo a abordagem de certa temática por um novo enfoque, chegando a novas conclusões (LAKATOS; MARCONI, 2010). Cabe destacar que as fontes bibliográficas variam, assim como as fontes documentais, fornecendo ao pesquisador diversos dados que exigirão procedimentos de manuseio diferenciados. Os tipos de fontes bibliográficas são imprensa escrita, meios audiovisuais, material cartográfico e, por fim, nosso foco, publicações – livros, teses, monografias, publicações avulsas, pesquisas etc.

A maioria das fontes bibliográficas pode ser classificada, segundo Gil (1999) da seguinte forma:



Fonte: Gil (1999, p. 76).

A Figura apresentada por Gil (1999) nos mostra a classificação das fontes bibliográficas. Primeiramente, elas são classificadas em livros e periódicos. Nosso foco de pesquisa reside nas fontes classificadas como periódicos; estes, por sua vez, são divididos em jornais ou revistas. Esta pesquisa é realizada nas revistas acadêmicas com publicação *online*.

Quanto aos objetivos de estudo, utilizamos a pesquisa exploratória, cujo objetivo é o levantamento de informações sobre um objeto de estudo, determinando o campo de trabalho, mapeando as condições em que o objeto de estudo se manifesta (SEVERINO, 2007).

As pesquisas exploratórias, conforme Gil (1999), possuem como finalidade o esclarecimento, o desenvolvimento e a modificação de ideias e conceitos com a finalidade de desenvolver formulações de problemas ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Esse tipo de pesquisa é o que apresenta menor rigor no planejamento; normalmente são realizadas pesquisas bibliográficas e documentais.

Ainda segundo o autor, as pesquisas de cunho exploratório possuem como finalidade promover a visão geral de determinado fato tendo em vista que esse tipo de pesquisa é escolhido quando o tema a ser estudado é pouco explorado.

Quanto à abordagem, utilizamos a pesquisa qualitativa. Os estudos que cuja abordagem é a pesquisa qualitativa se diferenciam quanto aos objetivos, à forma e ao método. Godoy (1995) destaca que há diferenças entre as pesquisas qualitativas e elenca um conjunto de características essenciais para identificar as pesquisas dessa natureza: perspectivas por indução; característica descritiva; ambiente como fonte e pesquisador como instrumento de pesquisa; preocupação do investigador com relação ao significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida.

Nas ciências sociais, a pesquisa qualitativa assume significados diferentes, pois compreende uma seleção de técnicas interpretativas, das quais salientamos: entrevista não estruturada, entrevista semiestruturada, observação participante, observação estruturada e grupo focal, sendo que todas essas técnicas possuem como objetivo comum a descrição e a decodificação dos componentes de um sistema complexo (NEVES, 1996). Nesse contexto, com o percurso metodológico descrito, tornam-se claros o objeto e o método de pesquisa, favorecendo o raciocínio que a pesquisa propõe.

#### 3.4 CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Considerando que o objetivo da pesquisa é construir um Estado do Conhecimento sobre a influência dos organismos internacionais nas políticas públicas para a educação superior na modalidade a distância, focalizamos nesta pesquisa os artigos publicados em periódicos da ferramenta de busca *Jurn* e no portal de periódico da Capes entre os anos de 2001 a 2014.

Na primeira etapa da pesquisa realizamos a busca dos artigos publicados entre 2001-2014 na ferramenta *Jurn* com o descritor “*EAD e os organismos internacionais*”, gerando um banco com 100 artigos. Após a identificação desses artigos, a segunda etapa consistiu na leitura de todos os resumos a fim de que pudessemos selecionar os artigos que tratavam em seus resumos das políticas

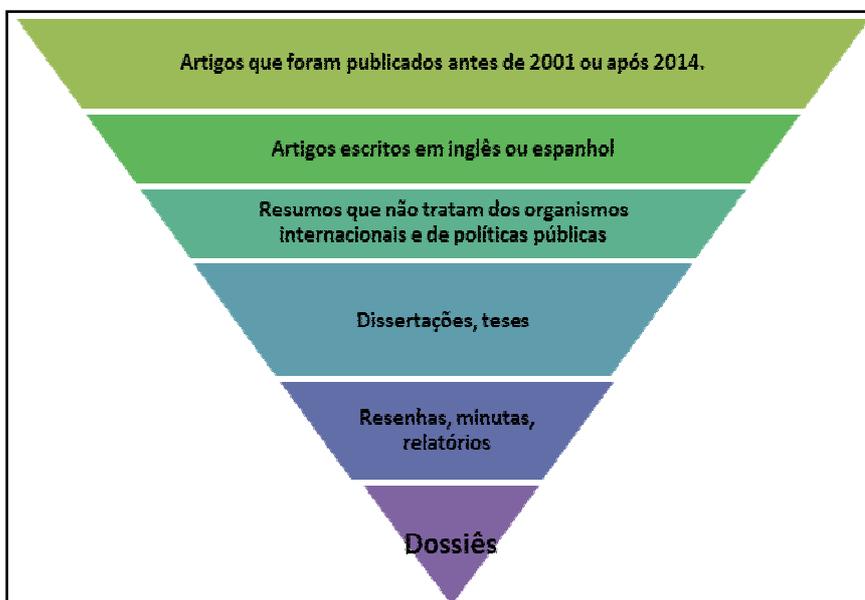
públicas para o Ensino Superior na modalidade a distância e da intervenção dos organismos internacionais na constituição dessas políticas. Desse modo, selecionamos 14 artigos que analisamos nesta dissertação.

O próximo passo foi realizar a pesquisa no portal de periódicos da Capes. Para constituir o *corpus* da pesquisa, acessamos o sumário de todos os periódicos nacionais, com publicação online, no período de 2001-2014, nas áreas da educação, história, política e administração da educação com extrato de Qualis A1, A2, B1 e B2.

Para a seleção dos artigos consideramos os seguintes critérios:



Excluimos da seleção os artigos que não se encaixavam nos critérios pré-estabelecidos e respaldados nos objetivos propostos para este estudo, sendo estes:



Na seleção dos artigos realizada com a ferramenta de busca *Jurn*, dos 100 artigos encontrados, inicialmente eliminamos 13 textos que se tratavam de dissertações, teses, resenhas, minutas e relatórios. Após a leitura do resumo dos 87 artigos, separamos os que apresentavam referências diretas aos temas EAD e intervenção dos organismos internacionais nas políticas públicas do Ensino Superior. Desta forma, selecionamos sete artigos publicados nos periódicos com Qualis A1, A2, B2 e B4, conforme elencamos no Quadro 5.

**Quadro 5:** Indicativo de qualidade dos artigos selecionados na ferramenta de busca *Jurn*

Indicativo de qualidade – QUALIS	Quantidade
A1	1
A2	1
B2	4
B4	1
<b>Total de artigos</b>	<b>7</b>

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Na Tabela 1 apresentamos os artigos utilizados nesta pesquisa. Nela constam títulos, autores, anos de publicação, indicativos de qualidade (Qualis) e revistas em que foram publicados.

**Tabela 1:** Artigos selecionados por meio da ferramenta de busca *Jurn*

Ano	Título	Autor	Qualis	Revista	
1	2003	Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC	Raquel Goulart Barreto	A1 – educação	Educação e Pesquisa
2	2010	Os impactos das políticas de expansão do Ensino Superior, e os seus reflexos nas relações de trabalho na educação a distância: flexibilização e precarização do trabalho docente	Sandra Siqueira da Silva	B2 – sociologia	REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão
3	2011	Política de Ensino Superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo	Kátia Regina de Souza Lima	B2 – sociologia	Perspectiva
4	2011	Descentralização, neoliberalismo e as políticas educacionais brasileiras	Saulo Cezar Guimarães de Farias	B2 – educação	Atos de pesquisa em educação
5	2012	Expansão da educação superior pós-LDB de 1996 e Constituição de oligopólios transnacionais no estado do Pará	Pedro Henrique de Sousa Tavares e Olgaíses Cabral Maués	B2 – educação	Germinal: Marxismo e Educação em Debate

(continuação...)

	Ano	Título	Autor	Qualis	Revista
6	2012	Organismos multilaterais e educação a distância	Raquel Aparecida Souza e Marcelo Soares Pereira da Silva	A2 – educação	RBPAE
7	2012	REDE E-TEC: expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ou expansão do neoliberalismo?	Renata Luiza Costa	B4 – educação	Em Debat: Rev. Dig

**Fonte:** elaborada pela autora (2016).

No período que demarcamos para o levantamento dos artigos para análise, o ano de 2012 concentrou o maior número publicados com o descritor “*EAD e os organismos internacionais*”, totalizando três artigos para análise. No ano de 2011 foram publicados dois artigos. Em 2010, apenas um, e também em 2003 somente um artigo foi publicado com o referido descritor escolhido para o desenvolvimento desta análise.

É cabível salientar que se trata de um número reduzido de publicações, tendo em vista que verificamos todas as revistas nacionais de educação com publicações online no período 2001-2014.

Ao concluir a definição dos artigos na ferramenta de busca *Jurn*, passamos a trabalhar com os artigos encontrados no portal de periódicos da Capes. Após selecionarmos todos os periódicos com o indicativo de qualidade Qualis A1, A2, B1 e B2, acessamos todos os sumários das edições publicadas no período que compreende os anos de 2001-2014, e a partir dos resumos dos artigos separamos os que tratavam da EAD e da intervenção dos organismos internacionais nas políticas públicas do Ensino Superior. Encontramos 17 artigos, conforme apontamos no Quadro 6.

**Quadro 6:** Quantidade de artigos selecionados em cada revista classificada pelo Qualis

Indicativo de qualidade – QUALIS	Quantidade
A1	3
A2	7
B1	2
B2	5
<b>Total de artigos</b>	<b>17</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2016).

Na Tabela 2, apresentamos a relação dos três artigos encontrados nos periódicos de educação com Qualis A1:

**Tabela 2:** Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – A1

Ano	Título	Autor	Qualis	Revista	
1	2003	Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas	João dos Reis Silva Junior	A1 – educação	Revista Brasileira de Educação
2	2008	Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década	Bernardete A. Gatti	A1 – educação	Revista Brasileira de Educação
3	2014	O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras	William Pessoa da Mota Júnior e Olgaíses Cabral Maués	A1 – educação	Educação e realidade

Fonte: elaborada pela autora (2016).

Na revisão dos periódicos publicados nas revistas com Qualis A1, percebemos que há um pequeno número de artigos publicados com o descritor “EAD e os organismos internacionais”. Esse fato pode ser um indicativo de que as revistas com esse Qualis alimentam preconceitos com relação à educação a distância e/ou sugerem que as investigações realizadas sobre essa modalidade de ensino ainda são realizadas por pequenos grupos de pesquisa. Percebemos, também, que dos três artigos encontrados dois foram publicados na mesma revista, a Revista Brasileira de Educação.

Na Tabela 3, relacionamos os artigos selecionados nos periódicos com Qualis A2:

**Tabela 3:** Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – A2

Ano	Título	Autor	Qualis	Revista	
1	2007	Organismos internacionais do capital e reforma da educação superior na periferia do capitalismo	Kátia Regina de Souza Lima	A2 – educação	Cadernos de Educação
2	2007	Agenda neoliberal e a política pública para o Ensino Superior nos anos 90	Cristina Helena Almeida de Carvalho	A2 – educação	Revista Diálogo Educacional

(continuação...)

	Ano	Título	Autor	Qualis	Revista
3	2007	Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sul-americano: convergências e transformações na passagem do século	Martha Abrahão Saad Lucchesi	A2 – educação	RBPAE
4	2010	A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina	Maria Creusa de Araújo Borges	A2 – educação	RBPAE
5	2012	A inserção da educação a distância no Ensino Superior do Brasil: diretrizes e marcos regulatórios	Stella Cecilia Duarte Segenreich Alda Maria Duarte Araújo Castro	A2 – educação	Revista Educação em Questão
6	2012	Universidade Aberta do Brasil (UAB) como política de formação de professores	Andréia da Silva Quintanilha Sousa	A2 – educação	Revista Educação em Questão
7	2013	A Expansão da Educação Superior no Brasil e as Políticas de Formação de Professores	Olgaíses Cabral Maués, Michele Borges de Souza	A2 – educação	Cadernos de Educação

**Fonte:** elaborada pela autora (2016).

Dentre os periódicos pesquisados, encontramos sete artigos com Qualis A2 utilizados nesta pesquisa. É importante destacar que dos artigos selecionados, a maior parte foi publicada em 2007, com três publicações; e em 2012, também com três publicações. A revista que contém o maior número de publicações com o descritor “EAD e os organismos internacionais” é a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), com um total de três publicações nos anos de 2007, 2010 e 2012. Os periódicos com Qualis A2 foram o grupo que mais publicou artigos com o descritor escolhido para esta pesquisa. Encontramos uma média de três artigos nos periódicos com Qualis A1, B1 e B2 nos periódicos com Qualis A2 encontramos oito artigos.

Nas Tabelas 4 e 5 apontamos a relação dos artigos selecionados nos periódicos com Qualis B1 e B2.

**Tabela 4:** Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – B1

Ano	Título	Autor	Qualis	Revista	
1	2013	As políticas educacionais, a avaliação e o trabalho docente na educação superior no Brasil	Antonilda Vasconcelos De Barros, Carlos José De Melo Moreira, Verônica Lima Carneiro	B1 – educação	Educação e cultura contemporânea
2	2014	O Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil	Moisés Waismann, Berenice Corsetti	B1 – educação	Educação Unisinos

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 5:** Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – B2

Ano	Título	Autor	Qualis	Revista	
1	2007	Revolução passiva e educação: uma leitura política sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil	Marcos Vinícius Pansardi	B2 – educação	Cadernos de Pesquisa
2	2009	Educação Superior e sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90	Cezar Luiz de Mari	B2 – educação	Conjectura
3	2011	A formação de professores e o Banco Mundial	Marcos Vinícius Pansardi	B2 – educação	Eccos
4	2010	Reformas da educação superior: banco mundial, conhecimento e consensos ativos	Cezar Luiz de Mari e Marlene Grade	B2 – educação	Educação em Perspectiva
5	2013	A reforma do aparelho do Estado, o projeto neoliberal e a política de avaliação para o ensino superior no Brasil	Gilvanir Batista da Silva	B2 – educação	Educação e linguagem

Fonte: elaborada pela autora (2016).

Na revisão dos periódicos em busca dos artigos para compor esta dissertação, selecionamos dois artigos com Qualis B1, assim como cinco artigos com Qualis B2. Algumas hipóteses podem ser levantadas para justificar a baixa

quantidade de publicações nos periódicos das revistas Qualis B1 sobre o tema que elegemos para esta pesquisa, como, por exemplo, a ausência de pesquisa científica com a temática abordada.

No entanto, em setembro de 2015, período em que esta parte da pesquisa já estava concluída, a Capes divulgou, por meio da Diretoria de Avaliação, a atualização do Qualis dos periódicos referentes aos anos de 2013 e 2014. Nesse sentido, retornamos à Plataforma Sucupira a fim de conferir se houve alteração nos Qualis das revistas selecionadas para esta pesquisa, que estão apresentadas abaixo:

**Quadro 7:** Indicativo de qualidade dos artigos selecionados na ferramenta de busca *Jurn* atualizado

Indicativo de qualidade – QUALIS	Quantidade
A1	1
A2	1
B2	2
B3	2
B5	1
<b>Total de artigos</b>	<b>7</b>

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Desta forma, continuamos com os sete artigos publicados nos periódicos, divididos nos periódicos com Qualis A1, A2, B2, B3 e B5. Na Tabela 6 apresentamos os artigos analisados nesta pesquisa. Nela constam títulos, autores, anos de publicação, indicativos de qualidade (Qualis) atualizados e revistas em que foram publicados.

**Tabela 6:** Artigos selecionados por meio da ferramenta de busca *Jurn* atualizado

Ano	Título	Autor	Qualis	Revista	
1	2003	Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC	Raquel Goulart Barreto	A1 – educação	Educação e Pesquisa
2	2010	Os impactos das políticas de expansão do ensino superior, e os seus reflexos nas relações de trabalho na educação a distância: flexibilização e precarização do trabalho docente	Sandra Siqueira da Silva	B3 – sociologia	REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão
3	2011	Política de ensino superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo	Kátia Regina de Souza Lima	B3 – educação	Perspectiva

(continuação...)

	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Qualis</b>	<b>Revista</b>
4	2011	Descentralização, neoliberalismo e as políticas educacionais brasileiras	Saulo Cezar Guimarães de Farias	B2 – educação	Atos de pesquisa em educação
5	2012	Expansão da educação superior pós-ldb de 1996 e constituição de oligopólios transnacionais no estado do Pará	Pedro Henrique de Sousa Tavares e Olgaíses Cabral Maués	B2 – educação	Germinal: Marxismo e Educação em Debate
6	2012	Organismos multilaterais e educação a distância	Raquel Aparecida Souza e Marcelo Soares Pereira da Silva	A2 – educação	RBPAE
7	2012	REDE E-TEC: expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ou expansão do neoliberalismo?	Renata Luiza Costa	B5 – sociologia	Em Debat: Rev. Dig

Fonte: elaborada pela autora (2016).

Os artigos selecionados nos periódicos da Capes estão qualificados da seguinte forma (Quadro 8), após a atualização:

**Quadro 8:** Quantidade de artigos selecionados em cada revista classificada pelo Qualis

<b>Indicativo de qualidade – QUALIS</b>	<b>Quantidade</b>
A1	3
A2	5
B1	2
B2	5
B5	1
<b>Total de artigos</b>	<b>16</b>

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Na Tabela 7, apresentamos a relação dos três artigos encontrados nos periódicos de educação com Qualis A1:

**Tabela 7:** Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – A1 atualizado

	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Qualis</b>	<b>Revista</b>
1	2003	Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas	João dos Reis da SilvaJunior	A1 – educação	Revista Brasileira de Educação

(continuação...)

	Ano	Título	Autor	Qualis	Revista
2	2008	Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década	Bernardete A. Gatti	A1 – educação	Revista Brasileira de Educação
3	2014	O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras	William Pessoa da Mota Junior e Olgaíses Cabral Maués	A1 – educação	Educação e realidade

Fonte: elaborada pela autora (2016).

Nesses artigos selecionados não houve alteração de Qualis.

Na Tabela 8, segue a relação dos artigos selecionados nos periódicos com Qualis A2:

**Tabela 8:** Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – A2 atualizado

	Ano	Título	Autor	Qualis	Revista
1	2007	Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sul-americano: convergência e transformações na passagem do século	Martha Abrahão Saad Lucchesi	A2 – educação	RBPAE
2	2010	A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina	Maria Creusa de Araújo Borges	A2 – educação	RBPAE
3	2012	A inserção da educação a distância no ensino superior do Brasil: diretrizes e marcos regulatórios	Stella Cecilia Duarte Segenreich Alda Maria Duarte Araújo Castro	A2 – educação	Revista Educação em Questão
4	2012	Universidade Aberta do Brasil (UAB) como política de formação de professores	Andréia da Silva Quintanilha Sousa	A2 – educação	Revista Educação em Questão
5	2014	O Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil	Moisés Waismann, Berenice Corsetti	A2 – educação	Educação Unisinos

Fonte: elaborada pela autora (2016).

Na Tabela 8, excluímos o artigo publicado no ano de 2007 de autoria de Kátia Regina de Souza Lima intitulado “Organismos internacionais do capital e reforma da educação superior na periferia do capitalismo”, pois o artigo na íntegra não se encontra na revista online, assim como não obtivemos retorno da revista quando o solicitamos, o que impossibilita a sua análise. Houve também a alteração da qualificação da revista de dois artigos selecionados; um foi rebaixado de A2 para B5 e outro de A2 para B1. Em contrapartida, uma revista qualificada como B1 subiu para A2.

Nas Tabelas 9, 10 e 11 relacionamos os artigos selecionados nos periódicos com Qualis B1, B2 e B5:

**Tabela 9:** Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – B1 atualizada

Ano	Título	Autor	Qualis	Revista	
1	2013	As políticas educacionais, a avaliação e o trabalho docente na educação superior no Brasil	Antonilda Vasconcelos De Barros, Carlos José De Melo Moreira, Verônica Lima Carneiro	B1 – educação	Educação e cultura contemporânea
2	2013	A Expansão da Educação Superior no Brasil e as Políticas de Formação de Professores	Olgaíses Cabral Maués, Michele Borges de Souza	B1 – educação	Cadernos de Educação

Fonte: elaborada pela autora (2016).

Na Tabela 9, é possível visualizarmos o artigo que possuía qualificação A2, mas que com a nova atualização do Qualis da Capes passou a ter a qualificação B1.

**Tabela 10:** Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – B2 atualizada

Ano	Título	Autor	Qualis	Revista	
1	2007	Revolução passiva e educação: uma leitura política sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil	Marcos Vinícius Pansardi	B2– educação	Cadernos de Pesquisa
2	2009	Educação Superior e sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90	Cezar Luiz de Mari	B2– educação	Conjectura

(continuação...)

	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Qualis</b>	<b>Revista</b>
3	2011	A formação de professores e o Banco Mundial	Marcos Vinícius Pansardi	B2– educação	Eccos
4	2010	Reformas da educação superior: banco mundial, conhecimento e consensos ativos	Cezar Luiz de Mari e Marlene Grade	B2 – educação	Educação em Perspectiva
5	2013	A reforma do aparelho do Estado, o projeto neoliberal e a política de avaliação para o ensino superior no Brasil	Gilvanir Batista da Silva	B2 – educação	Educação e linguagem

**Fonte:** elaborada pela autora (2016).

Na Tabela 10 não houve alterações. Podemos observar, na Tabela 11, o artigo selecionado anteriormente em uma revista qualificada como A2, e que a com a atualização realizada em setembro de 2015 passou a ter Qualis B5.

**Tabela 11:** Artigos selecionados por meio do banco de periódicos da Capes – B5 atualizada

	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Qualis</b>	<b>Revista</b>
1	2007	Agenda neoliberal e a política pública para o Ensino Superior nos anos 90	Cristina Helena Almeida de Carvalho	B5 – educação	Revista Diálogo Educacional

**Fonte:** elaborada pela autora (2016).

Com esses dados, encerramos esta seção na qual apresentamos informações e observações pertinentes a respeito da seleção criteriosa dos artigos que compõem o *corpus* investigativo desta pesquisa. Na próxima seção, apresentamos a análise dos artigos.

#### 4 EAD E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS: ANÁLISE DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO PERÍODO DE 2001-2014

Nosso objetivo nesta seção é apresentar uma análise dos artigos publicados em periódicos científicos por nós selecionados por meio da ferramenta de busca *Jurn* e do portal de periódicos da Capes no período que compreende os anos de 2001 a 2014. Nossa intenção é a de verificarmos se as produções acadêmicas possuem indícios de que há a influência dos organismos internacionais nas políticas públicas para a educação superior na modalidade a distância. Para cumprir esse propósito, elaboramos uma análise de cada artigo selecionado, considerando as características gerais das publicações.

Ao realizarmos a análise das produções científicas sobre a EAD e os organismos internacionais, obtidas por meio da revisão sistemática nas bases de dados da ferramenta de busca *Jurn* e da base de dados do portal de periódicos da Capes nas produções elencadas, verificamos que a temática foi pouco estudada até o ano de 2007, como mostramos no Gráfico 8.

**Gráfico 8:** Número de artigos publicado por ano no período que compreende 2001-2014



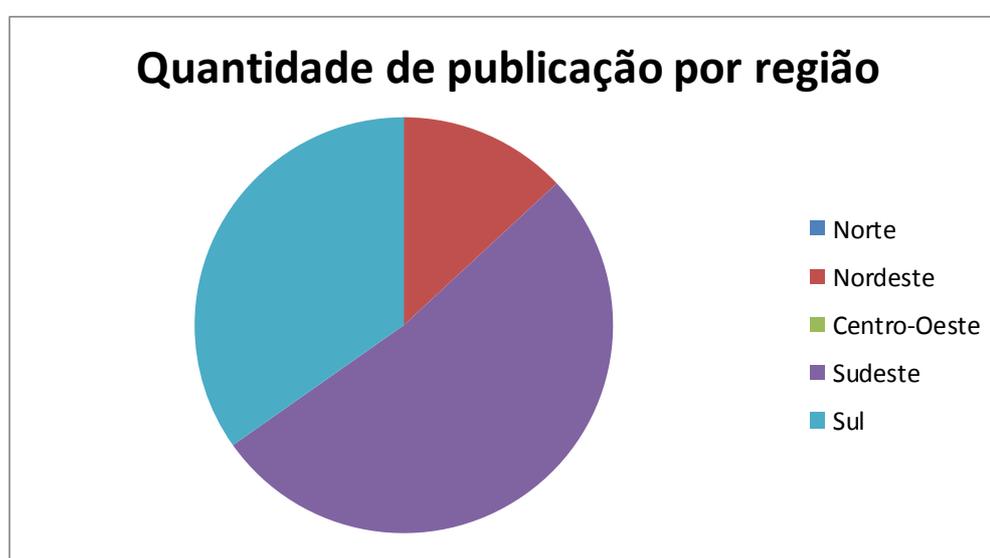
**Fonte:** elaborado pela autora (2016).

Conforme podemos observar no Gráfico 8, entre os anos de 2001-2007 apenas cinco artigos foram publicados; em contraposição, no período de 2008-2014

dezoito artigos foram publicados sobre a temática, havendo um aumento significativo.

A principal tendência de publicações em periódicos sobre a EAD e os organismos internacionais é a existência de produções publicadas em maior concentração na Região Sudeste do Brasil. Isso nos leva a deduzir que essa região possui maior apoio e incentivo financeiro à pesquisa. Vale ressaltar que as regiões que apresentaram produção, no período pesquisado, foram somente as regiões Nordeste, Sudeste e Sul (Gráfico 9).

**Gráfico 9:** Quantidade de publicações por região do Brasil, no período que compreende 2001-2014



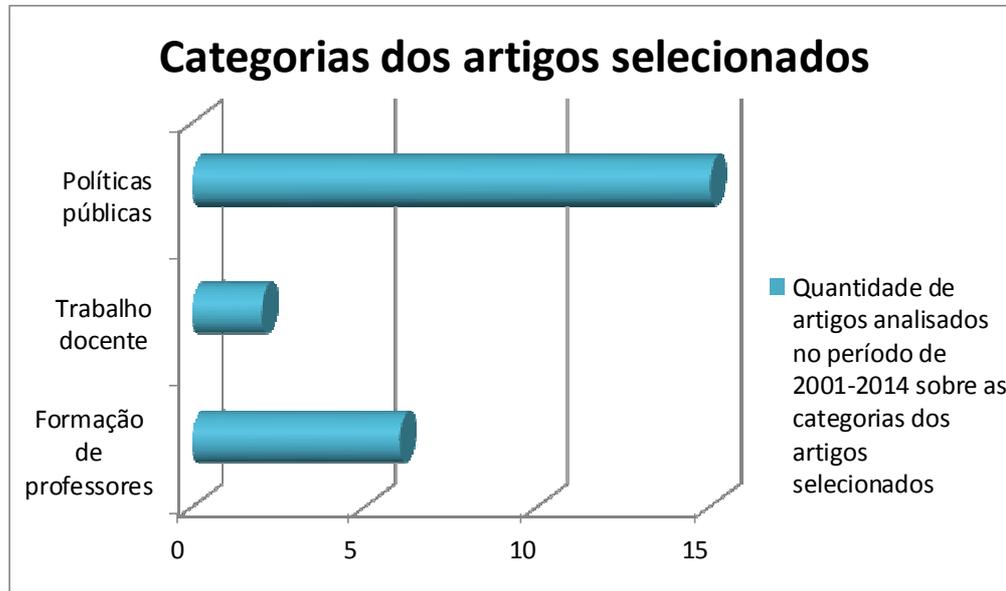
**Fonte:** elaborado pela autora (2016).

A educação superior na modalidade a distância ganha força somente após a promulgação da LDBEN, Lei nº 9.394/96, ou seja, há apenas vinte anos. Diante disso, julgamos que sejam necessários estudos constantes sobre as políticas públicas que regulamentam essa modalidade de ensino em todas as regiões do Brasil, uma vez que as diversas instituições públicas e privadas que ofertam o Ensino Superior nessa modalidade atuam em todas as regiões do país.

Ao realizarmos a leitura dos artigos selecionados, buscamos agrupá-los levando em consideração as principais características encontradas nas produções, o que nos levou a organizar uma espécie de classificação com base em três

categorias em destaque no Gráfico 10: (1) Trabalho docente; (2) Formação de professores e (3) Políticas públicas.

**Gráfico 10:** Categorias dos artigos selecionados, no período que compreende 2001-2014

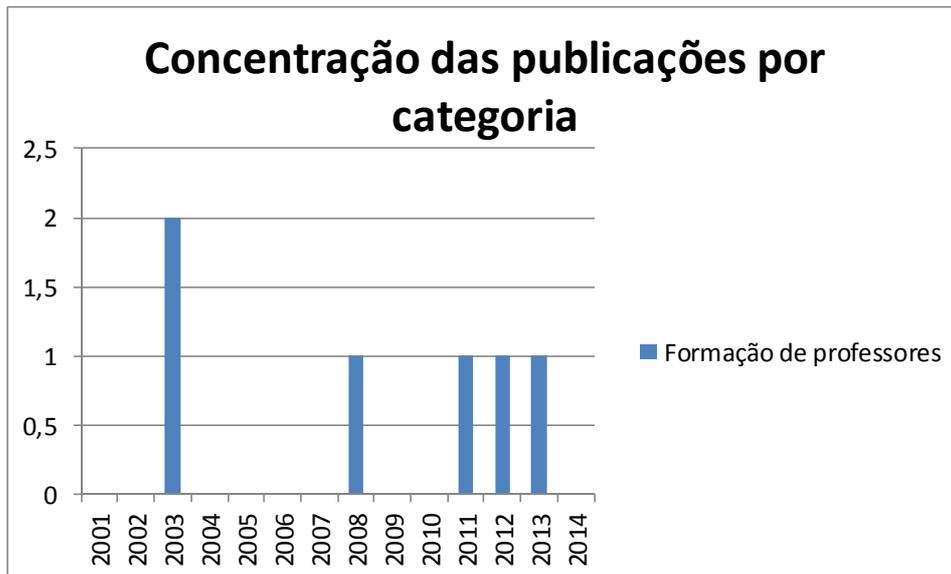


**Fonte:** elaborado pela autora (2016).

Para melhor compreensão das produções, elaboramos os gráficos contendo os resumos de cada um dos artigos selecionado. Nesse sentido, temos quinze artigos publicados na categoria políticas públicas, dois que tratam da categoria do trabalho docente e seis artigos que remetem à categoria formação de professores.

Nos gráficos a seguir, apresentamos o período de concentração das publicações por categoria, iniciando pela formação de professores (Gráfico 11).

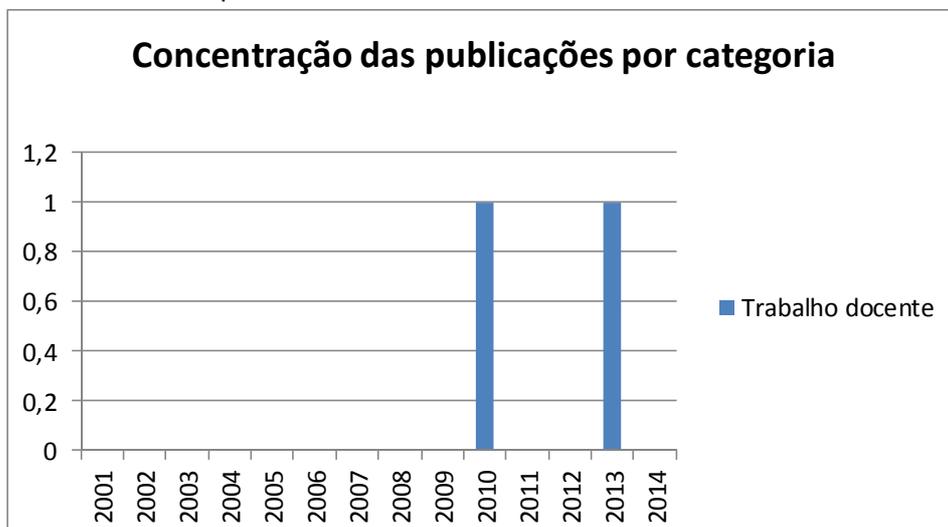
**Gráfico 11:** Concentração das publicações na categoria Formação de professores, no período que compreende 2001-2014



**Fonte:** elaborado pela autora (2016).

Podemos perceber que dos seis artigos publicados com a categoria da formação de professores, o ano em que mais se publicou sobre essa categoria, dentro dos limites do período pesquisado, foi em 2003, produção de dois artigos; posteriormente as publicações se concentram consecutivamente nos anos de 2011, 2012 e 2013, com uma publicação por ano. O Gráfico 12 se refere à categoria trabalho docente.

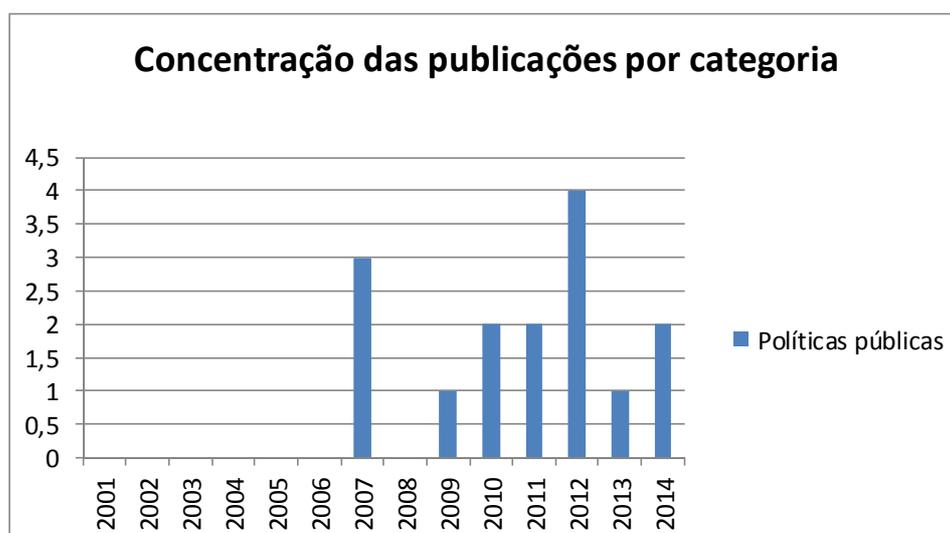
**Gráfico 12:** Concentração das publicações na categoria Trabalho docente, no período que compreende 2001-2014



**Fonte:** elaborado pela autora (2016).

As publicações sobre a categoria trabalho docente encontradas no período pesquisado são dos anos de 2010 e 2013, cada ano com apenas uma publicação. Constatamos que pouco se publicou acerca das discussões realizadas sobre o trabalho que o professor desenvolve. Por fim, o Gráfico 13 se reporta à categoria políticas públicas.

**Gráfico 13:** Concentração das publicações na categoria Políticas públicas, no período que compreende 2001-2014



**Fonte:** elaborado pela autora (2016).

Com relação à categoria políticas públicas, percebemos que as publicações se concentram no ano de 2007 e se intensificam em 2012. Apesar de ser a categoria que mais possui artigos publicados no período pesquisado, ainda constatamos poucas publicações sobre as políticas públicas voltadas para o Ensino Superior na modalidade a distância.

Para uma melhor visualização dos títulos dos artigos analisados nesta pesquisa, apresentamos os vinte e três artigos enumerados a fim de que possamos apenas citar seu número quando nos referirmos a cada um deles no decorrer da análise.

**Tabela 12:** Organização dos artigos por número

Nº	Título
1	Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC
2	Os impactos das políticas de expansão do Ensino Superior, e os seus reflexos nas relações de trabalho na educação a distância: flexibilização e precarização do trabalho docente
3	Política de Ensino Superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo
4	Descentralização, neoliberalismo e as políticas educacionais brasileiras
5	Expansão da educação superior pós-LDB de 1996 e constituição de oligopólios transnacionais no estado do Pará
6	Organismos multilaterais e Educação a Distância
7	Rede e-TEC: expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ou expansão do neoliberalismo?
8	Reformas do estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas
9	Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década
10	O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras
11	Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sul-americano: convergências e transformações na passagem do século
12	A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina
13	A inserção da Educação a Distância no Ensino Superior do Brasil: diretrizes e marcos regulatórios
14	Universidade Aberta do Brasil (UAB) como política de formação de professores
15	O Banco Mundial e as políticas públicas para o Ensino Superior no Brasil
16	As políticas educacionais, a avaliação e o trabalho docente na educação superior no Brasil
17	A expansão da educação superior no Brasil e as políticas de formação de professores
18	Revolução passiva e educação: uma leitura política sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil
19	Educação superior e sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90
20	A formação de professores e o Banco Mundial
21	Reformas da educação superior: Banco Mundial, conhecimento e consensos ativos
22	A reforma do aparelho do estado, o projeto neoliberal e a política de avaliação para o Ensino Superior no Brasil
23	Agenda neoliberal e a política pública para o Ensino Superior nos anos 90

Fonte: elaborada pela autora (2016).

#### 4.1 CATEGORIA: TRABALHO DOCENTE

A primeira categoria de análise intitulada trabalho docente é composta por dois artigos identificados pelos números 2 e 16. Esses artigos abordam a EAD e as intervenções dos organismos internacionais pelo olhar da (des)valorização e condição do trabalho docente no âmbito do programa Universidade Aberta do Brasil.

Seguindo pela ordem cronológica, dos artigos que compõem esta pesquisa, iniciamos com o artigo número 2, de autoria de Sandra Siqueira da Silva, que possui como objetivo empreender uma breve exposição sobre a mercantilização do Ensino Superior, suas políticas de expansão e as implicações de tal processo. A autora realiza essa discussão por meio da sinalização da nova configuração do trabalho docente na UAB, o que, em seu entender, se tornou precarizada e flexibilizada com o pagamento de bolsas aos docentes.

Para reflexão, a autora levanta vários questionamentos: “Como conseguir qualidade na educação superior, e ainda atender as exigências do mercado? Qual o papel e os interesses desta nova modalidade de ensino? Como se processam as relações trabalhistas dentro da UAB, quais as atividades desempenhadas por professores e tutores, e a relação destes com a instituição?”. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, a proposta da autora é entender a crise docente e a precarização do trabalho e do ensino. A autora destaca que:

Diante destas questões sobre o trabalho docente observamos que estes profissionais têm que acumular diversos saberes, o domínio do conteúdo a ser estudado, e no caso do tutor o domínio do conteúdo de todas as disciplinas do curso mesmo daquelas que não fazem parte da sua área de atuação (SILVA, 2010, p. 9).

Na perspectiva da autora, o professor que está inserido na UAB aceita as condições de trabalho determinadas pelas IES: sem carteira assinada, sem vínculo com o empregador, sem seguro desemprego, sem férias, sem possibilidade de afastamento ou auxílio doença e sem data fixa para o recebimento da bolsa. De acordo com a autora, a relação trabalhista se resume a uma única premissa nesse modelo: o direito do professor em receber a sua bolsa como pagamento ao cumprimento da função que desempenhou. Silva (2010, p. 10) argumenta:

Assim, diante de tantas dificuldades, e das exigências de múltiplos saberes e habilidades, salários baixos, e sem a existência de vínculo empregatício, fica a pergunta: porque profissionais com experiência profissional e qualificação optam por trabalhar nesta modalidade de ensino?

Nesse contexto, o trabalho docente ganha uma nova configuração intitulada de infoproletários. “Surgem novas configurações para temas e questões antigas

(exploração, desvalorização, precarização e flexibilização) ainda não superados no campo das relações do mundo do trabalho” (SILVA, 2010, p. 11).

Nesse sentido, a autora pontua que seguindo a lógica do capital o mercado se torna excludente e seletivo e a educação se torna uma mercadoria; há uma precarização do trabalho docente como exploração e desvalorização que ainda não foram superados nas relações do mundo do trabalho.

O artigo de número 16, de Antonilda Vasconcelos de Barros, Carlos José de Melo Moreira e Verônica Lima Carneiro, tem como objetivo analisar e compreender as relações mantidas entre três vertentes: políticas educacionais, avaliação e trabalho docente na educação superior no Brasil.

Para analisar as relações entre essas vertentes, os autores realizam discussões sobre as reformas realizadas desde a década de 1990 até os dias atuais, e as avaliações implementadas que resultaram em um forte impacto no trabalho docente no Ensino Superior. Segundo os autores:

O governo brasileiro vem estabelecendo uma série de medidas, a fim de verificar os resultados alcançados em cada um dos níveis da educação, via sistemas de avaliação, tais como: Provinha Brasil, Prova Brasil, ENEM, ENADE etc. Observa-se, então, que a avaliação vem sendo utilizada pelo governo como uma ferramenta de controle da qualidade dos serviços prestados pela educação em todos os níveis, além de servir para orientar a própria sociedade na escolha de uma instituição considerada de sucesso e que esteja situada em uma posição de prestígio no ranking (BARROS; MOREIRA; CARNEIRO, 2013, p. 286).

Nesse contexto, a avaliação ultrapassa os fins pedagógicos e educacionais, pois em diversas situações ela vem sendo utilizada como forma de controle e regulação nos diferentes segmentos sociais. “Neste sentido, o trabalho dos docentes tem sofrido alterações em decorrência dos novos paradigmas que estão vigindo na sociedade, com as inovações tecnológicas e a consequente mudanças no mundo do trabalho” (BARROS; MOREIRA; CARNEIRO, 2013, p. 280).

Ou autores também observaram que há um grande estímulo à privatização da educação em decorrência da desresponsabilidade do Estado, ocasionada pela introdução das políticas educacionais com as reformas desde 1995, que trouxeram mudanças significativas na gestão escolar, impactando diretamente sobre o trabalho do professor.

O modelo produtivista de avaliação vem estimulando fortemente a competitividade e o individualismo entre a categoria docente, ao mesmo tempo em que tende a promover a desqualificação do trabalho docente universitário, o qual deveria ser estimulado no que tange à produção de conhecimentos para suprimento das necessidades sociais. Esse modelo produtivista impõe, ainda, a perda da autonomia e da autoridade e controle por parte dos professores sobre seu processo de trabalho, uma das conseqüências mais perniciosas impostas pelas políticas de avaliação, além da valorização de uma lógica ranqueadora e meritocrática inerente ao SINAES na atualidade (BARROS; MOREIRA; CARNEIRO, 2013, p. 282).

Nesse sentido, os autores consideram que o professor está cada vez mais submetido à lógica exploratória mercadológica do produtivismo acadêmico, com repercussões negativas sobre a saúde docente.

Nos artigos 2 e 16, os autores evidenciam, em suas contribuições, que com a intervenção dos organismos internacionais nas políticas públicas houve grande estímulo à privatização da educação, bem como a precarização do trabalho docente. Os dois artigos indicam, cada um em uma perspectiva própria, que o professor está cada vez mais submetido à lógica mercadológica e do produtivismo acadêmico como conseqüência da abertura do Estado e da sua desresponsabilidade.

Diante dos dados encontrados, podemos observar que a abertura do país à intervenção dos organismos internacionais impactaram diretamente na prática profissional dos professores, em maior parte de forma negativa, uma vez que o estímulo à privatização da educação concentrou a oferta de vagas no Ensino Superior, modalidade a distância, em instituições particulares, tornando o ensino um produto, ou seja, o Estado delega a sua responsabilidade a terceiros.

A análise dos artigos 2 e 16 nos permite afirmar, ainda, que as reformas educacionais realizadas nas últimas décadas, no Ensino Superior, compreendem uma concepção neoliberal de educação que acarreta a desresponsabilização do Estado no cumprimento do seu papel constitucional.

#### 4.2 CATEGORIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A segunda categoria de análise, intitulada formação de professores, é composta por seis artigos, identificados pelos números 1, 8, 9, 14, 17 e 20. De modo

geral, esses artigos abordam a EAD e as intervenções dos organismos internacionais pelo olhar da oportunidade que a Educação a Distância trouxe na formação continuada de professores em serviço e na formação em nível superior de novos docentes, de forma flexível, por meio da implantação de programas que propiciam o acesso às novas tecnologias da informação e comunicação.

Iniciamos a análise dos artigos dessa categoria com o artigo de número 1, no qual a autora Raquel Goulart Barreto trata do processo de incorporação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na educação por meio das discussões sobre as políticas que têm sustentado a formação de professores. Essas políticas, por seu turno, estão centradas na relação entre as TIC e a EAD nas suas múltiplas dimensões. A autora inicia o artigo situando o leitor sobre as novas tecnologias no ambiente educacional, e conceitua que:

Novas são aquelas tecnologias que não se confundem com as “velhas”: lousa, caderno, lápis, caneta, livros didáticos, etc. Novas, assim, são as tecnologias da informação e da comunicação (TIC), em uma formulação que demarca o seu pertencimento a áreas não-educacionais, no sentido de produzidas no contexto de outras relações sociais e para outros fins (BARRETO, 2003, p. 273).

Barreto (2003) faz uma análise da aplicação das tecnologias na educação a partir do discurso do MEC, cujo movimento principal tem sido priorizar a formação de professores a distância em consonância com as recomendações dos organismos internacionais aos países em desenvolvimento.

O discurso dos organismos internacionais possui a intenção de promover como eixo central da educação as tecnologias da informação e da comunicação. Já o MEC vai além, propondo que as tecnologias da informação e da comunicação sejam centradas nas atividades e para a tarefa docente (BARRETO, 2003).

A autora também pontua as tendências atuais das políticas de formação de professores, retomando e remetendo às questões relativas aos sentidos das tecnologias e aos modos da sua apropriação educacional em diferentes contextos. Por fim, encerra as discussões retomando o discurso do MEC e afirmando que para que haja a apropriação das tecnologias são necessárias políticas e práticas focalizadas na presença da tecnologia e nas suas múltiplas possibilidades para os sujeitos.

O segundo artigo, número 8, de autoria de João dos Reis Silva Júnior, possui como objetivo analisar a formação de professores por meio da educação a distância a partir das reformas do Estado, da educação e da mudança paradigmática da ciência produzida nessas instituições. A fim de alcançar o objetivo do artigo, o autor analisa três programas de Educação a Distância da Secretaria de Educação a Distância (SEED)<sup>22</sup>: o Programa Nacional de Informática na Educação, o Programa TV Escola e o Programa de Formação de Professores em Exercício.

O Programa Nacional de Informática na Escola foi desenvolvido em parceria com os Estados e alguns municípios e objetivava “a introdução das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação na escola pública com ferramentas de apoio ao processo de ensino-aprendizagem” (SILVA JÚNIOR, 2003, p. 82). De acordo com o MEC, seria um programa de educação.

A intenção da Secretaria do Estado da Educação (SEED) com a implantação desse programa consistiu em propiciar a todas as escolas públicas as técnicas, métodos e tecnologias de educação a distância que poderiam ajudar na “construção de um novo paradigma para a educação brasileira” (SILVA JÚNIOR, 2003, p. 82).

O Programa TV Escola consiste no núcleo do Programa Nacional de Informática na Educação que inicialmente esteve vinculado à SEED. Esse programa é “dirigido à capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores de Ensino Fundamental e Ensino Médio da rede pública, além de ser uma das ações prioritárias da Secretaria de Educação a Distância” (SILVA JÚNIOR, 2003, p. 83). Vale destacar que faz parte do Plano Decenal de Educação para Todos.

O Programa de Formação de Professores em Exercício, chamado de Proformação, esteve orientado pelo Programa Nacional de Informática na Educação e pelo Programa TV Escola, caracterizado como um curso de magistério, mas realizado em nível médio, “dirigido aos professores que, sem a formação específica, encontram-se lecionando nas quatro séries iniciais do ensino fundamental e nas classes de alfabetização das redes públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste” (SILVA JÚNIOR, 2003, p. 84). Esse programa estava vinculado também ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o qual gerou a necessidade de formação dos professores em exercício que não possuíam a habilitação mínima exigida por lei.

---

<sup>22</sup> A SEED foi extinta no ano de 2011 após uma reforma ministerial.

Nesse sentido, Silva Júnior (2003, p. 92) acrescenta que:

A educação a distância põe-se como uma prática instrucional entre diferentes sujeitos, mediada por tecnologias de informação e comunicação com foco no processo de ensino-aprendizagem, num contexto tal em que a objetividade social apresenta um horizonte de possibilidades orientado pela racionalidade mercantil produzida pela mudança nas estruturas sociais, resultado do processo de reformas que se assistiu no país na segunda metade da década de 1990, especialmente as do Estado e as da educação.

Ao finalizar, o autor destaca que a Educação a Distância é uma forma de auxiliar os professores na formação em exercício, no entanto, não poderá ser a única forma.

Bernadete Angelina Gatti, no artigo de número 9, discute a maneira pela qual os processos de educação continuada, presenciais ou a distância, têm sido implementados no contexto das políticas educacionais da União, de estados e municípios na última década. A autora destaca dois programas de educação continuada implantados após a segunda metade da década de 1990 que se apresentaram inovadores: o Programa de Capacitação de Professores (PROCAP), implantado pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e o Programa de Educação Continuada (PEC) implantado pela Secretaria do Estado de São Paulo no ensino fundamental.

Para que o objetivo do artigo fosse alcançado, a autora buscou elevar o debate das questões em nível internacional devido à utilização de documentos dos organismos internacionais e discute o papel da legislação brasileira, o impulso que propiciou às iniciativas de educação continuada no Brasil, os problemas que emergiram e as novas legislações emergentes.

O PROCAP possuía como objetivo a capacitação de mais de 80 mil professores do ensino fundamental I nos conteúdos de geografia, ciências, matemática, história, português e reflexões sobre a prática pedagógica, na modalidade a distância. Os professores realizaram a formação na própria escola dentro dos dias letivos do calendário escolar.

O PEC possuía como objetivo o desenvolvimento profissional dos educadores em funções como diretores, coordenadores, professores do ensino fundamental, a nível regional, presencialmente.

Ao fim do artigo, a autora afirma que na última década “ensaiaram-se processos diversos para a formação continuada de professores, avaliaram-se algumas iniciativas, discutiram-se teoricamente questões e intencionalidades, fundamentos e princípios, mas o caminhar é recente” (GATTI, 2008, p. 68), e também questiona se não seria melhor realizar investimentos no orçamento público a fim de ampliar as vagas e as condições para a formação de licenciados nas instituições públicas e delegar a educação continuada aos cursos de aperfeiçoamento e especializações.

O artigo de número 14, de autoria de Andréia da Silva Quintanilha Sousa, objetiva discutir a abrangência e o marco regulatório da Universidade Aberta do Brasil (UAB) cuja ênfase principal é a formação inicial e continuada de professores da educação básica.

De acordo com a autora, partindo da reestruturação econômica iniciada na década de 1990, momento em que a educação se torna elemento central para as políticas de combate a pobreza e reestruturação econômica do país, são postas novas exigências para a formação profissional e igualmente para a formação de professores, que se consolida com a promulgação da LDBEN, Lei nº 9.394/96. Nesse sentido, a partir do ano 2000, inicia-se a formação de professores da educação básica, na modalidade a distância, mas somente no ano de 2005 o programa Universidade Aberta do Brasil é criado. De acordo com Sousa (2012, p. 121):

A UAB é apresentada como política pública de formação de professores inicial e continuada capaz de ampliar o contingente de docentes qualificados em nível superior, pois a formação de professores passa a constituir um elemento fundamental para que haja garantia da melhoria do desempenho educacional do país.

Ao finalizar a discussão, a autora frisa que a UAB é uma possibilidade real de formação de professores a distância, uma vez que favorece a democratização da educação. No entanto, alerta que não podemos perder de vista que a educação superior na modalidade a distância também pode trazer lucros aos investidores por meio da liberalização do comércio de educação. Acrescenta que interessa ao capital a abertura do mercado educacional brasileiro e assinala que a EAD é uma ferramenta poderosa capaz de atender os desafios impostos pela nova ordem econômico-social do mundo tecnológico.

Olgaíses Cabral Maués e Michele Borges de Souza discutem, no artigo de número 17, a relação entre expansão, formatos institucionais e as políticas de formação de professores. Os autores apresentam a expansão da educação superior a fim de avaliar o lugar que os cursos de licenciatura ali ocupam por meio de uma comparação com outros países da América Latina como Bolívia, Argentina, Panamá e Chile. Nessa comparação, o Brasil aparece como o país que possui um dos índices mais baixos de matrículas no Ensino Superior (27, 8%), tendo em vista que esses países possuem uma taxa de matrícula superior a 40%.

Os autores ainda discutem, por meio da análise do Censo e dos dados do INEP, as políticas do governo brasileiro definidas para a formação de professores com a finalidade de verificar se essas políticas têm contribuído para a expansão da educação superior. Relatam que “pode-se inferir que uma das razões da pouca procura pelos Cursos de Licenciatura pode ser o salário, o que não tem ajudado na expansão da educação superior no caso brasileiro” (MAUÉS; BORGES, 2013, p. 74). A preocupação da escassez de jovens que se interessam pela carreira acadêmica também é explicitada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Ao finalizar o artigo, os autores apresentam considerações sobre as políticas públicas brasileiras voltadas à formação de professores, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), afirmando que apesar da queda na procura por cursos de formação de professores em alguns períodos, estes sofreram um aumento nas últimas décadas, mas isso não se deve às políticas de expansão do Ensino Superior.

Marcos Vinícius Pansardi, no artigo de número 20, objetiva analisar as políticas para formação de professores proposta pelo Banco Mundial. O artigo, construído como texto único, discute a evolução histórica do Banco Mundial desde a sua criação, em 1944, motivada por temas como a crise pós-guerra de 1940, pela reconstrução dos países em periféricos nas décadas de 1950 e 1960, para temas ligados à agricultura na década de 1970 e da crise da dívida da década de 1980, decorrente da crise econômica dos anos 1970, a estabilização econômica e a educação, em nível mundial, após focaliza a América Latina, em especial o Brasil.

O autor apresenta, por meio de uma pesquisa bibliográfica, todo o processo político e as intervenções realizadas pelo Banco Mundial por meio de uma visão gramsciniana e assinala que:

Sendo verdade que as políticas públicas em educação são essencialmente fruto das imposições dos organismos internacionais, e também verdade que estas políticas revelam adesão ideológica dos governos da periferia a lógica neoliberal, sendo portanto um ato de vontade e não de falta de autonomia. A imposição do modelo e também fruto da incapacidade ou não das entidades, associações, organizações e sindicatos de barrar seu avanço ou construir alternativas (PANSARDI, 2011, p. 139).

Ao findar o artigo, o autor afirma que objetivo do Banco Mundial não é transformar os países subdesenvolvidos em desenvolvidos, assim como não é erradicar a pobreza, mas sim reduzir sua miséria, ao ponto de esta não ser mais um fator de instabilidade internacional, de constrangimento ao crescimento dos países mais ricos.

Nos artigos 1, 8, 9, 14, 17 e 20, seus autores evidenciam que a educação superior na modalidade a distância favorece a democratização da educação, constituindo uma possibilidade real para a formação dos professores, formação continuada e dos professores em exercício, no entanto, não deve ser considerada a única.

Nessa categoria de análise, observamos que quando se trata da formação de professores, a Educação a Distância proporcionou o acesso e a democratização da educação sem desconsiderar os problemas que a expansão deste acesso causou. Também devemos considerar que alguns autores possuem outro olhar para a expansão e o acesso da educação por meio da Educação a Distância: veem uma forma de minimizar a pobreza, uma imposição da nova ordem mundial.

Ressaltamos que nessa categoria de análise as opiniões dos autores com relação à EAD e à intervenção dos organismos internacionais são bem distintas: alguns possuem um olhar positivo quanto à democratização, enquanto outros realizam uma crítica ao sistema neoliberal e à intervenção dos organismos internacionais na construção das políticas públicas dos países periféricos.

### 4.3 CATEGORIA: POLÍTICAS PÚBLICAS

A terceira categoria de análise, intitulada políticas públicas, é composta por quinze artigos, enumerados por 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 15, 18, 19, 21, 22 e 23. Em seu conjunto, esses artigos abordam a EAD e as intervenções dos organismos internacionais pelo olhar das políticas públicas implantadas a partir da abertura do país à política neoliberal na década de 1980, que culminou em uma reforma político, econômica e social.

Principiamos pela análise dos artigos que compõem essa categoria pelo artigo de número 3, de Kátia Regina de Souza Lima, que discute, por meio de uma revisão de literatura, as políticas de Ensino Superior a distância no Brasil nos anos de 1990 e primeiras décadas do século XXI, abordando as legislações e ações que constituem a política para o ensino a distância no Brasil.

A autora destaca que a nova configuração político-pedagógica realizada na reforma neoliberal se justificou pela necessidade da adequação da educação superior a uma nova ordem mundial, sob a aparência de uma “aldeia global” ou de uma “nova sociedade”. A autora fundamenta sua ideia na premissa de que a nova organização mundial indica uma mudança para a educação superior mediante a discussão das temáticas sociedade pós-capitalista ou capitalismo informacional, sociedade da informática e sociedade em rede.

Nas discussões sobre a sociedade pós-capitalista ou capitalismo informacional a autora argumenta que a emergência da sociedade pós-capitalista está alicerçada na falência do socialismo e no fato de o capitalismo estar se tornando obsoleto. Lima (2011, p. 29) aponta que essa sociedade pós-capitalista “não utiliza o capital, os recursos naturais ou a mão de obra como “meios de produção” e, sim, o conhecimento, concebido pelo autor como sinônimo de informação”.

Lima (2011) assinala também o nascimento da sociedade da informática em decorrência da segunda revolução industrial, ou de uma revolução técnico-científica. Acrescenta que “a segunda revolução técnico-industrial, em curso, é caracterizada pela eliminação do trabalho manual, pelos avanços na microeletrônica, na microbiologia, na engenharia genética e na energia nuclear” (LIMA, 2011, p. 32).

Assim como o motor elétrico era considerado fundamental na sociedade industrial, a sociedade em rede apresenta o uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação por meio da internet, a base da sociedade da era da informação.

Na era da informação, o trabalho, em sentido tradicional, será substituído por relações mais flexíveis, desburocratizadas e descentralizadas e os “profissionais autoprogramáveis” possuirão o mais importante meio de produção: a informação (LIMA, 2011, p. 34).

Para a autora, nesta sociedade há uma nova configuração na categoria trabalho, no perfil do trabalhador e nas relações de trabalho a partir de uma nova estrutura social, “os que possuem as informações e estão capacitados/aptos a utilizar as TIC e os que não estão capacitados” (LIMA, 2011, p. 35).

Ao finalizar as discussões, a autora pontua que são as políticas governamentais que conduzem o processo no período estudado (1990-2011), o que levou a um enriquecimento das instituições que ofertam os serviços educacionais no setor privado, local e internacionalmente, tendo em vista a adequação da educação a nova fase de acumulação do capital.

Saulo Cezar Guimarães de Farias, no artigo de número 4, objetiva analisar o processo de descentralização das políticas públicas brasileiras apoiadas no âmbito da reforma neoliberal implementada pelo governo no período pós-ditadura militar.

O autor buscou realizar, de forma sucinta, um balanço da aplicação do processo de redemocratização, após a ditadura militar, dos efeitos do neoliberalismo, na década de 1990, nas economias centrais e no Brasil. Afirma que na segunda metade do século XX, no Brasil, iniciou-se um ciclo de desenvolvimento para promover a sua industrialização, este apoiado no capital internacional. O apoio financeiro internacional estava atrelado a algumas determinações dos organismos internacionais, dentre elas a destinação destes subsídios para programas sociais para a resolução de problemas como analfabetismo, alimentação, urbanização, por exemplo (FARIAS, 2011).

Farias (2011, p. 138), observou no decorrer de sua pesquisa que “o sistema neoliberal capitalista impede os povos a planejar e decidir conscientemente, os seus respectivos destinos agindo em prol dos interesses capital financeiro internacional e das grandes corporações dos países desenvolvidos”. Acresce que a maior parte dos

estudos revela que a descentralização pouco proporcionou à redemocratização do país ao fim da década de 1990. Por fim, sinaliza que a saída é a implementação de uma democracia participativa como as estruturas conselhistas.

No artigo de número 5, Pedro Henrique de Souza Tavares e Olgaíses Cabral Maués analisam as políticas públicas educacionais no período pós-aprovação da Lei nº 9.394 de 1996, que institui as Leis de Diretrizes e Bases da Educação brasileira.

O período posterior à implementação da LDB é marcado por um conjunto de reformas, instituídas paulatinamente e de forma fragmentada, que confirmam uma tendência de opção pela expansão da educação superior brasileira pela iniciativa privada, regulada por vários instrumentos normativos oficiais (decretos, leis, medidas provisórias, entre outros) que vêm favorecendo o segmento privado (TAVARES; MAUÉS, 2012, p. 35).

A análise dessas políticas foi realizada pelos autores a fim de comprovar ou refutar a hipótese de que a aprovação da LDB favoreceu o segmento privado de ensino, abordando a entrada e a construção de oligopólios educacionais, trazendo ainda algumas considerações sobre sua constituição no Estado do Pará.

Os autores sublinham que o projeto de eliminação de fronteiras para o mercado educacional está atrelado ao fundo de investimentos, nesse caso, “o livre-comércio de serviços educativos, no qual os oligopólios educacionais no Brasil têm se formado especificamente a partir do processo de filiais de universidades estrangeiras, educação a distância” (TAVARES; MAUÉS, 2012, p. 38) mas especificamente na compra de instituições menores por grandes instituições utilizando o fundo de investimentos.

Ao concluir as discussões, os autores afirmam que a privatização da educação superior no Brasil tem impacto nas diversas ordens, especialmente na diminuição da cidadania, na mercantilização dos direitos sociais e sobretudo na naturalização do mercado como eixo de sociabilidade.

Raquel Aparecida Souza e Marcelo Soares Pereira da Silva, no artigo de número 6, objetivam analisar a dinâmica estabelecida pelos organismos internacionais para fortalecer a implantação de programas e políticas para a educação a distância (EaD) a fim de compreender se os programas e políticas para a educação a distância se constituem como uma ação de caráter neoliberal.

Os autores desenvolvem o artigo partindo da análise de dois documentos: um do BM, publicado em 1995 e outro da UNESCO, publicado em 1999, também procura compreender o Plano Decenal de Educação para Todos, publicado em 1993. Diante disso, Souza e Silva (2012, p. 36) procuram estabelecer:

Um parâmetro de análise com o movimento reformista proposto para a educação, a partir dos anos de 1990, cujos princípios e diretrizes estão alocados nas propostas das políticas neoliberalistas para uma reforma gerencialista da administração pública brasileira.

Partindo da compreensão da reforma da educação superior que iniciou na década de 1990, influenciada pelas “diretrizes reformistas da administração gerencialista, os autores assinalam que é possível perceber que ainda restam algumas marcas nos documentos e nas políticas públicas brasileiras, principalmente na EAD, que está se consolidando no país.

Os autores destacam que a análise dos documentos e os estudos realizados evidenciam o quanto a concepção neoliberal está presente nos documentos e depositam na EAD a “tarefa de possibilitar aos estudantes pobres e sem condições de realizar cursos regulares no ensino presencial possam fazê-lo nessa modalidade de ensino” (SOUZA; SILVA, 2012, p. 45). Também pontuam que a EAD deve ser vista como uma modalidade menos formal e mais flexível, desta forma, poderia formar mais pessoas para o mercado de trabalho em um curto prazo de tempo.

Os autores acrescentam ainda que a educação a distância se configura cada vez mais como uma ação neoliberal no campo educacional, uma vez que forma profissionais aptos para atuar no mercado de trabalho e suprir as necessidades que esse mercado impõe, e se apresenta como uma alternativa de acesso ao Ensino Superior.

O artigo de autoria de Renata Luiza Costa, de número 7, objetiva apresentar, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (EPT), os reais interesses da implantação da Rede e-Tec Brasil.

Para a concretização da pesquisa, a autora empreendeu uma pesquisa documental e de dados oficiais da educação brasileira, pois acredita que a expansão da EPT por meio da Educação a Distância (EaD) esconde suas origens e objetivos nos interesses do discurso neoliberal, movimentando o mercado privado em

detrimento da própria expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Costa (2012, p. 96) afirma que desde a sua criação a educação profissional se caracteriza em um cenário cheio de ideias liberais e neoliberais, e nesse sentido “a política de oferta de cursos técnicos a distância, apesar do discurso da democratização da oferta e do acesso, não parece vislumbrar, na prática, outra ideologia senão o próprio neoliberalismo”.

A autora pontua que no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014) a presidente revogou o Decreto nº 6.301/07, que criou o Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) para cursos a distância, por meio do Decreto nº 7.589/11, que ampliou o programa e-Tec para Rede e-Tec, “com adesão das escolas do Sistema S e das escolas profissionalizantes vinculadas à rede estadual para distribuição do direito de oferta” (COSTA, 2012, p. 96). O Decreto nº 7.589/11 também vinculou o e-Tec ao Pronatec, aumentando assim a participação privada nos recursos públicos educacionais.

É preciso pensar a EaD na perspectiva de como executá-la de forma não instrumental, mas para fazer uso de suas vantagens em favor dos estudantes de modo que se possa dar suporte à uma prática pedagógica de qualidade entre alunos e professores, visando sempre a formação integrada do estudante da EPT à distância (COSTA, 2012, p. 105).

A autora ressalta que a Rede e-Tec contribui de forma determinante na consolidação dos ideais neoliberais dentro da EPT no Brasil, haja vista a permanência da dualidade estrutural entre o técnico e o humano e a forte presença de empresas privadas atuando de diversas formas dentro do ensino público.

William Pessoa da Mota Júnior e Olgaíses Cabral Maúes, no artigo de número 10, analisam o balanço realizado pelo BM acerca dos resultados obtidos pelo Brasil sobre as políticas públicas implementadas nas últimas décadas.

Os autores discutem a temática com a análise do documento intitulado “Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: Próximos Passos”, elaborado pelo BM e que realiza um balanço dos últimos vinte anos das políticas educacionais implementadas no Brasil e traça perspectivas para os próximos anos segundo a concepção de educação e sociedade do Banco. Também ressaltam a necessidade de estudo e atualização das pesquisas sobre os organismos internacionais e as

políticas públicas brasileiras na primeira década do século XXI, “tendo em vista que as mudanças conjunturais e estruturais na economia e na política em nosso país e no mundo refletiram consideravelmente sobre a natureza e o sentido dessas políticas” (MOTA JÚNIOR; MAÚES, 2014, p. 1138).

Também ressaltam a necessidade de estudo e atualização das pesquisas sobre os organismos internacionais e as políticas públicas brasileiras na primeira década do século XXI, “tendo em vista que as mudanças conjunturais e estruturais na economia e na política em nosso país e no mundo refletiram consideravelmente sobre a natureza e o sentido dessas políticas” (MOTA JÚNIOR; MAÚES, 2014, p. 1138).

De acordo com os autores, o documento analisado realiza um balanço dos últimos vinte anos de reformas educacionais e traça novas metas para que o atual governo siga os caminhos apontados desde meados da década de 1990 apoiadas no tripé “financiamento *per capita*, avaliação sistêmica e gestão local, para que os resultados educacionais brasileiros nas avaliações internacionais como o PISA e as estatísticas de escolarização atinjam os padrões dos países da OCDE” (MOTA JÚNIOR; MAÚES, 2014, p. 1150).

Ao finalizar as discussões, apontam que as políticas neoliberais expressam uma concepção burguesa de sociedade e de educação, em que a educação é baseada na Teoria do Capital Humano necessária para a preservação da ordem geopolítica internacional.

No artigo de número 11, Martha Abrahão Saad Lucchesi objetiva elucidar as questões pertinentes à educação superior nos países do Cone Sul da América Latina por meio do estudo comparativo de suas políticas públicas de educação. Para o desenvolvimento da pesquisa, a autora utiliza quatro tipos de documentos: da área do direito, artigos publicados em jornais e revistas, documentos oficiais do MEC do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile e textos de reformas universitárias.

No período de 1960 e 1980, na América Latina, segundo a autora, houve uma expansão do Ensino Superior de forma desigual. No Brasil, o ensino privado expandiu nos últimos dez anos, decorrente da adoção de políticas de privatização do serviço público. Em consequência da administração flexível, a renda da população diminuiu paralelamente ao aumento do desemprego.

A autora destaca que enquanto no Brasil e na Argentina as universidades são estatais, no Chile a universidade são fundações de natureza não-estatal. “A

Universidade do Chile é pessoa jurídica de direito público, autônoma, com patrimônio próprio e com domicílio na cidade de Santiago” (LUCCHESI, 2007, p. 523).

Ainda conforme a autora, a Argentina conta com universidades públicas e privadas e institutos universitários, enquanto o Uruguai possui poucas instituições privadas, conta com a Universidade da República Oriental do Uruguai, sendo a mais importante do país, que é constituída de 13 faculdades, um Instituto e duas Escolas Universitárias, com uma oferta global de mais de noventa carreiras e múltiplas opções de pós-graduação.

O Paraguai, em consonância com a autora, possui um sistema bem distinto dos demais países citados, e a educação superior se concentra nas universidades.

A Universidade Católica e a UNA são as únicas universidades que desenvolvem investigação como parte de suas funções. A distribuição por áreas de conhecimento mostra uma marcada preferência por duas carreiras: o comércio e as profissões associadas à educação; não obstante, conta também com um reconhecido nível acadêmico nas disciplinas de saúde e farmácia (LUCCHESI, 2007, p. 523).

Ao finalizar as discussões, a autora afirma que buscou clarear as questões pertinentes à educação superior por meio da comparação das políticas públicas existentes nos países do Cone Sul. Enfatiza, ainda, que por mais diferente que se apresente o Ensino Superior nesses países, a sua expansão está concentrada predominantemente nas instituições privadas e pontua que o resultado desse fato não é apenas a elitização cada vez maior do Ensino Superior, resultante do empobrecimento das populações, mas sobretudo o risco de queda na qualidade da educação devido à perda do controle estatal sobre o ensino.

Maria Creusa de Araújo Borges, no artigo de número 12, examina os documentos internacionais, produzidos pelo Banco Mundial, focalizando a visão de educação superior defendida por esse organismo por meio da análise dos documentos “*La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*” (1995) e “*La educación en los países endesarrollo: peligros y promesas*” (2000).

O documento “*La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*” (1995), segundo a autora, é o resultado de um trabalho que possui como centro a análise da crise da educação superior nos países da África, da Ásia e

da América Latina, onde foram avaliadas o possível êxito das reformas educacionais.

Nessa perspectiva, as orientações do Banco têm enfatizado reformas no âmbito do Ensino Superior nos seguintes aspectos: diferenciação institucional; diversificação das fontes de financiamento; redefinição do papel do Estado e as questões referentes à autonomia e à responsabilidade institucional e políticas voltadas para a qualidade e equidade (BORGES, 2010, p. 369).

No documento *“La educación en los países endesarrollados: peligros y promesas”* (2000), a autora salienta que um grupo de especialistas analisa a possibilidade da educação superior nos países em desenvolvimento, verificando os problemas específicos a cada realidade educacional do país bem como dificuldades. Para a autora, os especialistas centralizaram suas análises nas seguintes temáticas:

[...] novas necessidades e demandas sociais para a educação superior; o interesse público na educação superior; a diferenciação da educação superior; desenvolvimento do bom exercício do poder, tanto ao nível interno como externo; necessidade de melhorar a educação para a ciência e para a tecnologia; e ênfase nas melhorias dos currículos de educação geral, adaptando-os às demandas dos estudantes (BORGES, 2010, p. 371).

A autora defende que os documentos analisados têm influenciado as políticas educacionais da América Latina e que os discursos do BM e de outras organizações internacionais repercutiram na elaboração das políticas educacionais dos países em desenvolvimento da América Latina.

O artigo de autoria de Stella Cecília Duarte Segenreich, de número 13, possui como objetivo realizar uma reflexão crítica sobre o marco regulatório que norteia as IES a Distância no Brasil, após a promulgação da LDBEN, Lei nº 9.394/96.

A autora pontua que a necessidade de regulamentar a EAD consistia em uma das exigências das diretrizes dos organismos internacionais com a finalidade da expansão do Ensino Superior, que no Brasil iniciou com a utilização das tecnologias na educação.

A análise dos marcos regulatórios revelou, de acordo com a autora, a expansão quantitativa e a massificação da EAD, sem que a regulamentação para esta modalidade de ensino estivesse estabelecida, o que ocorreu com a promulgação da LDBEN, Lei nº 9.394/96 e com seus decretos. Posteriormente, a

partir de 2005, outras regulamentações foram publicadas, incluindo a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Segenreich (2012) destaca que as exigências por uma maior qualificação profissional para o mercado de trabalho e a preocupação em inserir no Ensino Superior um percentual maior de brasileiros têm feito com que a educação a distância seja utilizada como uma estratégia para a expansão do Ensino Superior. A autora ainda pontua que:

Recomendada pelos organismos internacionais como uma das alternativas adequadas para satisfazer as amplas e diversificadas necessidades do sistema educacional, a modalidade da educação a distância tem sido utilizada, indiscriminadamente, pelos sistemas públicos e privados de Ensino Superior, sem a devida atenção às mínimas condições de a EAD oferecer um ensino de qualidade (SEGENREICH, 2012, p. 113).

Ao concluir a sua discussão, Segenreich (2012) afirma que inicialmente houve a explosão da educação a distância sem que houvesse uma legislação efetiva, mas que posteriormente essa legislação foi criada a fim de que a educação a distância pudesse crescer sem perder a qualidade.

Moisés Waismann e Berenice Corsetti, no artigo de número 15, objetivam estudar as alterações ocorridas no Ensino Superior, a partir da influência dos organismos internacionais, no período de 1995-2010, especificamente as variáveis docentes, concluintes e remuneração dos docentes e dos trabalhadores com escolaridade superior.

Nas discussões dos autores emerge um parecer de que de um lado o Ensino Superior não garante uma maior remuneração no mercado de trabalho, mas garante remuneração. Destacam que esse parecer se revela trágico, uma vez que são investidos recursos públicos, privados e particulares para a formação em nível superior, e isso não resultou em uma melhor remuneração.

Waismann e Corsetti (2014, p. 339) frisam que:

De outro, parece libertar o Ensino Superior de algumas amarras, como a deformar a pessoa para o mercado, proporcionando assim a possibilidade de discutir quem se está formando e para quê. O debate realizado aqui indica que a atual formação acadêmica, no geral, não contribui para o aumento de produtividade do setor produtivo, pois se levanta a hipótese de que o estágio atual do setor produtivo dinâmico na sociedade brasileira seja intensivo em trabalho e, assim, não utiliza todo o potencial da força de trabalho com diploma superior.

Os autores afirmam que no decorrer das discussões foi possível perceber que o Ensino Superior, após a promulgação da LDBEN, Lei nº 9.394/96 está desenvolvendo o papel que lhe cabe, um deles é “proporcionar força de trabalho escolarizada e certificada suficiente para o mercado de trabalho, de modo a não só aumentar os salários, mas como, é de pasmar, em período de crescimento econômico diminuir salários reais” (WAISMANN; CORSETTI, 2014, p. 340).

Nesse sentido, a educação superior se apresenta rentável, pois há demanda e a remuneração docente está em queda. O BM transformou o Ensino Superior em um mercado, que perigosamente está sendo regido pela lei da oferta e da procura, e nesse contexto, a educação passa a ser uma mercadoria.

Os autores concluem a discussão afirmando que por meio dos indicadores utilizados foi possível a constatação de que as orientações formuladas pelo Banco Mundial foram aplicadas no campo da educação superior, cuja consequência foi uma expansão do setor adequada às formulações dessa agência multinacional.

Marcos Vinícius Pansardi, no artigo de número 18, objetiva analisar as políticas públicas de formação de professores propostas pelo BM. Destacamos que esse artigo assemelha-se ao artigo de número 20, cujo objetivo é analisar as políticas para formação de professores propostas pelo Banco Mundial, publicado pelo mesmo autor.

No artigo de número 18, construído como texto único, seu autor, Marcos Vinícius Pansardi, discute a evolução histórica do Banco Mundial desde a sua criação, em 1944, motivada por temas como a crise pós-guerra de 1940, pela reconstrução dos países em periféricos nas décadas de 1950 e 1960, para temas ligados à agricultura na década de 1970 e da crise da dívida da década de 1980, decorrente da crise econômica dos anos 1970, a estabilização econômica e a educação, em nível mundial, após focaliza a América Latina, em especial o Brasil. O autor discorre sobre o processo político e as intervenções realizadas pelo Banco Mundial com um referencial teórico neogramsciano, buscando compreender o papel dessa instituição internacional, originária da chamada sociedade civil internacional, na formulação de políticas públicas brasileiras.

Os novos valores devem ser incorporados como pré-requisito fundamental para que possamos adentrar a nova sociedade de mercado neoliberal. As reformas político-institucionais e econômicas falharam por não conseguir um amplo apoio de setores populares, da classe média, e mesmo entre setores da elite ainda ligados com as estruturas do velho estado corporativo (PANSARDI, 2007, p. 160).

Ao findar o artigo, o autor afirma que objetivo do Banco Mundial não é transformar os países subdesenvolvidos em desenvolvidos, assim como não é erradicar a pobreza, mas sim reduzir sua miséria, ao ponto de esta não ser mais um fator de instabilidade internacional, de constrangimento ao crescimento dos países mais ricos.

O artigo de autoria de Cezar Luiz de Mari, de número 19, possui como objetivo analisar as orientações para a educação superior, da segunda metade da década de 1990 e início do século XXI, por meio da análise dos documentos “*La enseñanza superior: lecciones derivadas de la experiencia*” (1995); “*Educación Superior en los países en desarrollo: peligro y promesas*” (2000); e “*Construir sociedades del conocimiento: nuevos retos para la educación terciaria*” (2003).

De acordo com o autor, esses documentos citados possuem como eixo central de discussão o conhecimento. O texto do documento “*Educación Superior en los países en desarrollo: peligro y promesas*” (2000) propõe alguns objetivos que devem ser alcançados pelos países periféricos, os quais são:

- prover um crescente número de estudantes, especialmente dos setores menos privilegiados, com conhecimentos e habilidades especializados;
- dotar de educação geral uma quantidade importante de estudantes, o que facilitaria a flexibilidade e inovação, permitindo a renovação permanente das estruturas econômicas e sociais para um mundo em processo de mudança acelerado;
- ensinar aos estudantes não somente o que já é conhecido, mas inovar e produzir novos conhecimentos que promovam progresso e desenvolvimento;
- aumentar a quantidade e a qualidade das investigações de cada país, a fim de criar novos conhecimentos para atender às demandas pragmáticas da sociedade global (MARI, 2009, p. 171).

O referido documento apresenta algumas mudanças consideráveis sobre o Ensino Superior em relação ao documento “*La Enseñanza Superior*” (1995). No documento publicado em 2000, algumas ações são reafirmadas para o Ensino Superior, no entanto, com um discurso menos marcante no que diz respeito às mudanças estruturais, as mudanças definiram-se no campo da “revolução do conhecimento”.

O texto do documento “*Construir sociedades del conocimiento: nuevos retos para la educación terciaria*” (2003) se refere à aquisição do conhecimento para uma sociedade competitiva, que se encontra em constantes mudanças, e dá

ênfase à educação ao longo da vida. Mari (2009, p. 172) ainda destaca que a “Educação Superior é parte do sistema holístico da educação, que deve ser mais flexível, diverso e eficaz, conforme as necessidades da *economia do conhecimento*”.

O autor defende a ideia de que os conhecimentos são orientados para produzir consenso social por meio de discursos de equidade e desenvolvimento, discursos que encobrem a verdadeira natureza das reformas que se caracterizam pelo monopólio do conhecimento e perpetuação da exclusão social. Ainda sustenta que não é na universidade que haverá a resolução dos problemas e das crises, mas que na visão do Banco Mundial a educação absorve o desenvolvimento, o crescimento econômico e as questões sociais.

Cezar Luiz de Mari e Marlene Grade, no artigo de número 21, analisam a função intelectual do Banco Mundial como produtor e fomentador de conhecimentos diante das mudanças sociais econômicas, políticas e culturais do final do século XX e início do século XXI.

Na acepção dos autores, o BM é a figura central do *intelectual coletivo*, o qual, dentro dos limites políticos, reforça os países centrais por meio da combinação de estratégias militares e empréstimos, e combinação esta que detinha o controle e estabelecia as mudanças que previam a segurança internacional e o controle econômico. Nas palavras dos autores, “ao nosso ver, o Banco se propõe a ser intelectual orgânico para o desenvolvimento dos ‘em desenvolvimento’ e o conhecimento é o eixo que produz consensos e assegura a presença do BM na mediação internacional” (MARI; GRADE, 2010, p. 318).

Ao concluir a discussão, ressaltam que:

A rigor, o planejamento do BM, como intelectual coletivo, tem esbarrado na incapacidade de produzir adequadamente o senso comum relativo à produção de conhecimentos: primeiro pela debilidade da ideia que busca aliar conhecimento com crescimento econômico, diminuição da pobreza, democracia e justiça social, e depois, pela fragilidade dos projetos que o referendam. Uma análise mais cautelosa no âmbito dos resultados globais mostra que as políticas de reformas se inserem no “círculo cínico”. Ou seja, a possibilidade de avanços, a partir dos novos quadros de conhecimentos e estruturas de empréstimos, aprofundam ainda mais as contradições resultantes dos processos de concentração de renda e exclusão social (MARI; GRADE, 2010, p. 325).

Os autores ressaltam que o Banco Mundial assume um papel de articulador das ideias-eixos como globalização, mercado, mercadoria, mercado financeiro, dívida externa, ajuste fiscal, países centrais e em desenvolvimento.

O artigo de Gilvanir Batista da Silva, de número 22, possui como objetivo identificar certas noções do Plano Diretor que se conectam ao projeto neoliberal e sustentam o programa de avaliação do Ensino Superior do Exame Nacional de Cursos (ENC) implantado no período em que ocorria a Reforma do Aparelho do Estado. O autor levanta algumas questões com relação à política, regulamentação e regulação dos sistemas de avaliação do Ensino Superior como o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

Segundo o autor, na Reforma do Aparelho do Estado estava inserida a Reforma da Educação Superior, cuja finalidade era “o estímulo a ampliação da oferta de ensino, em especial do setor privado, a flexibilização de cursos e instituições e o incentivo da privatização do setor” (SILVA, 2013, p. 278).

Com relação à autorização dos cursos, o autor destaca que a Lei nº 9.131/95 determina que cabe à Câmara de Educação Superior, organismo do Conselho Nacional de Educação (CNE), a incumbência de reconhecer e renovar o reconhecimento dos cursos, realizando também o credenciamento e o reconhecimento das IES; posteriormente, a LDEBN, Lei nº 9.394/96 também fixa essa exigência.

No período de 2003-2010, segundo o autor, surge um novo projeto de reforma do Ensino Superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Dentro desse projeto é formulado um programa de avaliação do Ensino Superior, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), por meio da Lei nº 10.861/04 “cujos instrumentos de avaliação e metodologia amparam-se em valores democráticos assentados na participação da comunidade universitária no processo avaliativo” (SILVA, 2013, p. 280).

Ao encerrar a discussão, o autor pontua que nos primeiros anos de vigência do Sinaes o programa cumpriu o objetivo proposto, no entanto, a partir de 2006 o programa passa a adotar indicadores do Enade, voltados à elaboração de rankings das IES. Nesse sentido, argumenta o autor que os rumos do Sinaes encontram-se em discussão.

Cristina Helena Almeida de Carvalho, no artigo de número 23, discute a relação entre a agenda neoliberal e a implementação da política pública para o Ensino Superior no Brasil nos anos de 1990. Destaca que em meados da década de

1980, os movimentos da política social galgavam em direção ao progresso com relação à cidadania, ou seja, ocorreu ao contrário dos avanços mundiais dos princípios liberais. “Buscavam-se mecanismos superiores de integração e de universalização das políticas públicas. Mais intensamente nos anos 90, o processo de globalização espraia-se pela periferia endividada, tornando a integração brasileira inevitável” (CARVALHO, 2007, p. 90).

Nos anos 90, todo o espectro de políticas sociais e econômicas esteve sob a influência da chamada Agenda Neoliberal. O conjunto de propostas assumiu um caráter abrangente, com implicações para além das fronteiras nacionais, o que confere especificidade à década (CARVALHO, 2007, p. 85).

A hipótese da autora é a de que a política não foi um resultado somente de ordem externa, apesar da intimidação de ordem econômica e política; pontua que a proximidade entre as agendas governamental e a sistêmica, de cunho neoliberal, assim como a ação dos atores sociais e políticos nos anos de 1990, em especial entre 1995 e 2002, conformaram a implementação, em parte, diferenciada daquela constante dos textos oficiais e das recomendações do Banco Mundial.

Nos artigos 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 15, 18, 19, 21, 22 e 23 os autores tratam da temática das políticas públicas e relatam em suas conclusões que as políticas governamentais para a educação superior na modalidade a distância levaram a concentração da expansão ao setor privado, ocasionando um enriquecimento das instituições de serviços educacionais. Assinalam que há uma elitização da educação superior e a perda de controle estatal sobre as instituições de ensino, o que podem ocasionar na queda da qualidade.

Nessa categoria de análise, observamos que as políticas públicas consistem na categoria mais discutida dentre os artigos pesquisados no período de 2001-2014 por ser um tema polêmico e de grande influência em todo o processo político-econômico-social. Devemos considerar que, em sua maioria, os artigos dessa categoria de análise traçam uma crítica às políticas públicas das últimas décadas.

Ressaltamos que nessa categoria de análise as opiniões dos autores com relação à EAD e à intervenção dos organismos internacionais são uniformes, pois em sua totalidade acreditam que o Banco Mundial assume um papel de articulador das ideias-eixos como globalização, mercado, mercadoria, mercado financeiro, dívida externa, ajuste fiscal, países centrais e em desenvolvimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre as políticas públicas para a Educação Superior na modalidade a distância é fundamental para entendermos a conjuntura educacional atual de nosso país. Esse foi o objetivo central desta dissertação, e para alcançá-lo, empreendemos esta pesquisa em que nos propusemos a identificar, nos periódicos publicados na ferramenta de busca *Jurn* e no portal de periódicos da Capes, delimitando o período de 2001-2014, artigos científicos que discutem a influência direta ou indireta dos organismos internacionais nas políticas públicas para a educação superior na modalidade a distância.

Delimitamos também os objetivos específicos da pesquisa, os quais foram alcançados: a) apresentar a reforma do Estado e as políticas públicas para a educação superior no final do século XX e início do século XXI; b) mapear os artigos publicados no período de 2001-2014 que tratam da intervenção dos organismos internacionais nas políticas públicas para a educação superior a distância no Brasil; c) identificar, nas discussões dos artigos mapeados, em que medida aparece a intervenção dos organismos internacionais nas políticas públicas para a educação superior a distância no Brasil.

Optamos pela realização de uma pesquisa do tipo Estado do Conhecimento, pois nesta dissertação utilizamos somente um setor das publicações: os periódicos. A metodologia escolhida é a bibliográfica, exploratória e de cunho qualitativo por acreditarmos que é a que melhor atende à pesquisa proposta.

Nas análises dos artigos, identificamos três categorias: trabalho docente; formação de professores e políticas públicas. Em cada uma das categorias encontradas observamos de forma distinta a influência dos organismos internacionais na elaboração das políticas públicas para a educação superior na modalidade a distância.

Na categoria trabalho docente, verificamos que a abertura do Brasil à intervenção dos organismos internacionais causou grande impacto na prática dos professores, em grande parte de forma negativa, tendo em vista que o estímulo à privatização concentrou a expansão do ensino superior, modalidade a distância, nas instituições particulares. Esse fato nos levou a refletir sobre as reformas

educacionais realizadas no ensino superior até o momento, reformas estas que compreendem a concepção neoliberal.

Na categoria formação de professores, o eixo central da discussão é a democratização da educação superior por meio da educação a distância. Os autores dos artigos que contemplam essa categoria concordam que a educação a distância proporcionou a democratização e o acesso à educação aos professores.

Na categoria políticas públicas se concentrou a maior quantidade de publicações dos artigos, cujos autores, em suas discussões, pontuam que a abertura do país à intervenção dos organismos internacionais culminou na concentração da expansão da educação superior no setor privado, o que levou a um enriquecimento das IES que prestam serviços educacionais. Apontam ainda que houve uma elitização do ensino superior e a perda de controle, por parte do governo, sobre as IES, o que pode levar a uma queda na qualidade da educação ofertada.

A apreciação dos artigos científicos, sistematizados e analisados, permitiu-nos mapear várias concepções e posicionamentos acerca da intervenção dos organismos internacionais nas políticas públicas para a educação superior na modalidade a distância no Brasil.

Embora constatamos uma escassez nas publicações relativas a essa temática no período delimitado para nosso estudo, nos artigos selecionados os autores apresentam suas inquietações, opiniões e conclusões sobre a intervenção exercida pelos organismos internacionais na elaboração e aplicação das políticas públicas para o ensino superior na modalidade a distância. Esta pesquisa evidenciou que é evidente essa influência.

Com opiniões muito distintas, os autores dos artigos selecionados sinalizam que a privatização da educação superior no Brasil tem impacto nas diversas ordens, sobretudo na diminuição da cidadania, na mercantilização dos direitos sociais e na naturalização do mercado como eixo de sociabilidade.

Destacamos que o neoliberalismo, influenciado pelo Banco Mundial e pelos organismos internacionais, interveio na elaboração das políticas públicas de grande parte dos países na década de 1990, sendo implantado de forma diferente em cada país, de acordo com a estrutura socioeconômica e política ali vigente.

No Brasil, o neoliberalismo foi introduzido por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado no período em que Fernando Henrique Cardoso

estava na Presidência da República (1995 – 2002), cujas diretrizes inspiraram um conjunto de reformas investido em sua gestão e que permanecem até os dias atuais.

Ressaltamos que boa parte das políticas públicas voltadas para a educação, formuladas nas últimas décadas, encontram-se atreladas às determinações dos organismos internacionais, os quais, por seu turno, buscam a qualidade, o desempenho e a produtividade, visando à diminuição dos gastos públicos, com incentivo à privatização.

Destacamos, dentre os artigos analisados, o artigo “Revolução passiva e educação: uma leitura política sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil”, de Marcos Vinícius Pansardi, por ser o artigo que mais pontuou, de forma crítica, a intervenção dos organismos internacionais na formulação das políticas públicas educacionais brasileiras.

O seu autor ressalta que nos discursos internacionais está implícito que é responsabilidade dos países subdesenvolvidos a solução dos seus problemas: “Assim, se compreende mais facilmente a centralidade da educação fundamental nos discursos do Banco desenvolvidos, mas sim reduzir sua miséria, ao ponto desta não ser mais um fator de instabilidade internacional, de constrangimento ao crescimento dos países mais ricos” (PANSARDI, 2007, p. 160). Para este autor, o objetivo do Banco Mundial não é transformar os países subdesenvolvidos em desenvolvidos, assim como não é erradicar a pobreza, mas sim reduzir sua miséria ao ponto de esta não ser mais um fator de instabilidade internacional, de constrangimento ao crescimento dos países mais ricos.

De forma geral, salientamos que os autores dos artigos analisados nesta pesquisa assinalam que a educação a distância se configura cada vez mais como uma ação neoliberal no campo educacional, uma vez que forma profissionais aptos para atuarem no mercado de trabalho e para suprirem as necessidades que esse mercado impõe, se apresentando como alternativa de acesso ao ensino superior.

Após a realização da pesquisa, concluímos que todos os artigos analisados apontam claramente para a influência dos organismos internacionais na formulação das políticas públicas educacionais brasileiras. As recomendações do Banco Mundial e de outras organizações internacionais ainda se fazem presentes na elaboração das políticas educacionais dos países em desenvolvimento da América Latina, e de forma mais expressiva no Brasil.

No entanto, não podemos conceber a educação a distância somente pela lógica neoliberal, ou seja, como uma mercadoria que é vendida para satisfazer aos anseios da formação de mão de obra para o mercado de trabalho. A EaD foi implementada como uma estratégia para a democratização do acesso à educação pública de qualidade, mas idealizá-la de forma diferente não condiz com as lutas e a trajetória histórica que essa modalidade de ensino tem enfrentado para que de fato tenhamos uma educação pública de qualidade para todos.

A EaD não se trata de um “modismo tecnológico”, pois essa modalidade de ensino existe há mais de dois séculos, no entanto a sua expansão ocorreu nas três últimas décadas, impulsionada nos anos de 1990 pelo surgimento das grandes universidades que procuravam reproduzir a Universidade Aberta de Londres, fundada em 1969. A fim de atender à demanda da população que carecia de acesso ao ensino superior, os governos começaram a se interessar pela EaD, pois esse modelo permite atender um grande número de alunos com um custo reduzido (OLIVEIRA, 2003).

Nesse sentido, as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) propiciaram, de forma gradativa, uma maior acessibilidade e flexibilidade à cultura, à educação e à formação profissional, contribuindo assim para a “criação de sistemas educacionais no futuro” (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

A EaD é muito mais do que utilizar as tecnologias em sala de aula, pois envolve uma visão mais ampla, nela há a interatividade, a relação biunívoca entre professor e aluno, apresentando como ganho a aquisição do conhecimento (NISKIER, 1999). Nesse contexto, ressaltamos ainda que a educação a distância deverá capacitar para a: racionalização e resolução de problemas em longo prazo; refrear as incertezas; separar os objetivos possíveis dos menos prováveis; antecipar os possíveis tipos de educação que podem ser implantados; democratizar o acesso a educação do maior número de pessoas; permitir a flexibilidade; enriquecer a experiência individual; promover a habilidade de observação; propiciar a utilização de diversos recursos de multimídia; promover a autonomia do aluno; educar para a construção do conhecimento (NISKIER, 1999).

Belloni (2001, p. 3) pontua que a EaD está cada vez mais presente no contexto educacional da sociedade contemporânea, pois consiste em “uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na nova ordem

econômica mundial” (BELLONI, 2001, p. 3). Para esta autora, a EaD caminha para se tornar um elemento regulador dos sistemas de ensino, imprescindível não somente para atender à demanda de grupos específicos, mas também para ganhar destaque no ensino superior e na formação continuada.

Nesse sentido, Belloni (2001) enfatiza que a EaD se gere em um contexto de novos sujeitos, oriundo das mudanças ocorridas nas relações entre cidadania, aprendizagem e trabalho. Nesse cenário, estes novos sujeitos deverão apresentar alguns saberes estratégicos para a vida cidadã em um contexto democrático como trabalhar em grupo, localizar informações e utilizá-las com criatividade, serem críticos quanto aos meios de comunicação, compreenderem o seu meio e saberem atuar nele e dominar as linguagens.

Nesse sentido, diante da EaD e da complexidade com que ela se apresenta, ainda encontramos os que pensam que fazer um curso por meio da educação a distância é reproduzir os conteúdos trabalhados presencialmente de forma interessante, conforme aponta Ramal (2003). Acreditamos que ensinar e aprender por meio da EAD não seja tão simples, pois demanda que o material seja bem selecionado e planejado, com linguagem dialógica, a fim de que prenda a atenção dos alunos. Do aluno, a EAD exige disciplina de estudo, autonomia e pró-atividade, uma vez que há uma distância transacional entre aluno e professor.

É imprescindível salientar que a EaD propiciou a diminuição das barreiras que impediam o acesso a educação e a educação continuada. Pois, por meio desta modalidade de ensino, milhares de pessoas, que residem em qualquer região do Brasil, que nunca tiveram a oportunidade de realizar um curso superior, encontraram nessa modalidade de ensino uma alternativa, seja por que não possuem uma universidade na região onde reside, seja por que não possui disponibilidade de cursar um curso presencial. O fato é que a EaD vem formando milhares de profissionais, tornando o sonho do ensino superior realidade.

O fato é que a EAD tem contribuído para a democratização do acesso à educação, uma vez que propicia a formação em nível superior de milhões de pessoas que não teriam uma formação universitária se esta não fosse ofertada nessa modalidade de ensino. Embora ainda existam preconceitos com relação à EaD, ela tem-se socializado atingindo todas as camadas populares (SILVA; OLIVEIRA, 2012).

Em um país de proporções continentais como o Brasil, que possui diferenças sociais e contraste cultural atarrador muito ainda há de se discutir e por em prática no que se refere à educação. No entanto, não podemos negar que a EaD se apresenta como uma possibilidade real de democratização do ensino superior. Não tivemos a intenção de esgotar o assunto, mas sim, contribuir para as futuras discussões sobre a intervenção dos organismos internacionais na elaboração das políticas públicas para a educação superior na modalidade a distância.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Brasília, DF: ENAP, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación**. Washington, DC: Banco Mundial, 1996. Disponível em: <[http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/06/13/000160016\\_20050613172136/Rendered/PDF/14948010spanish.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/06/13/000160016_20050613172136/Rendered/PDF/14948010spanish.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2014.

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologias na formação de professores: o discurso do mec. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 271-286, jul./dez. 2003.

BARROS, Antonilda Vasconcelos de; MOREIRA, Carlos José de Melo; CARNEIRO, Verônica Lima. As políticas educacionais, a avaliação e o trabalho docente na educação superior no Brasil. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 21, p. 279-291, jul./dez. 2013.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BORGES, Maria Creusa de Araújo. A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. **RBPAE**, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 367-375, maio/ago. 2010.

BRASIL. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96). Brasília, DF: MEC, 1998a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998**. Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC, 1998b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2561.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2561.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006a**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de Educação Superior e Cursos Superiores de Graduação e Seqüenciais no Sistema Federal de Ensino. Brasília, DF: MEC, 2006a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006b**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF: MEC, 2006b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007**. Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de Educação Superior e Cursos Superiores de Graduação e Seqüenciais no Sistema Federal de Ensino. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Historia e Missão**. Brasília, DF: CAPES, 2008. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 22 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Classificação da produção intelectual**. Qualis-Periódicos. Brasília, DF: CAPES, 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 22 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=12265&Itemid=823](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12265&Itemid=823)>. Acesso em: 20 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. **Censo Demográfico 1996-2013**. Resultados gerais da amostra. IBGE. Brasília. DF: Secretaria de Política Econômica, 1996-2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 21 maio 2015.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesq. Plan. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3-24, abr. 1991.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e mercado: o público não-estatal. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 15-48.

CARDOSO, Zelina. Políticas e reformas educacionais no contexto neoliberal. **Revista Transversal**, Marília, v. 5, n. 5, p. 86-111, 2007. Disponível em: <<http://www.ieda.edu.br/transversal/edicoes-anteriores.asp>>. Acesso em: 22 out. 2015.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, Marília, ano 2, n. 3, p. 37-46, dez. 2008. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Revistas Eletronicas/Aurora/aurora\\_n3\\_misclanea\\_01.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Revistas_Eletronicas/Aurora/aurora_n3_misclanea_01.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2014.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Agenda neoliberal e a política pública para o Ensino Superior nos anos 90. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 21, p. 83-101, maio/ago. 2007.

COSTA, Renata Luiza. Rede e-tec: expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ou expansão do neoliberalismo? **Em Debat: Rev. Dig.**, Florianópolis, n. 8, p. 90-109, jul./dez. 2012.

COSTA, Maria Luisa Furlan. História e políticas para o ensino superior a distância no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Educação a distância no Brasil: avanços e perspectivas**. Maringá: Eduem, 2013. p. 21-45.

DEMO, Pedro. **Conhecer & aprender: sabedoria dos limites e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, 2003. p. 19-54.

FARIAS, Saulo Cezar Guimarães de. Descentralização, neoliberalismo e as políticas educacionais brasileiras. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 7, n. 1, p. 122-142, jan./abr. 2011.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FIORI, José Luís. Ajustes e milagres latino americanos. In: \_\_\_\_\_. **Os Moedeiros Falsos**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1997. p. 65-78.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 57-70, jan./abr. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOLO, Jaime. Educação a distância: tensões entre o público e o privado. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out./dez. 2010.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

HADDAD, Marli Elisa Dalmaz de. **Formação de professores no Brasil (1990-1998)**. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2002 (Estado do Conhecimento, n. 6).

JURN. **News from JURN.org**. Search tool for open access content. Disponível em: <[https://jurnsearch.wordpress.com/about/Notícias de JURN.org](https://jurnsearch.wordpress.com/about/Notícias%20de%20JURN.org)>. Acesso em: 22 jul. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Política de ensino superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 19-47, jan./jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Organismos internacionais do capital e reforma da educação superior na periferia do capitalismo. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 27, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1813>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

LOUREIRO, Bráulio Roberto C. Contexto neoliberal: as recomendações educacionais do Banco Mundial como resposta à crise estrutural do capital. **Verinoti – Revista on-line de Educação e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, ano 6, n. 11, p. 14-22, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.26875767695602.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

LUCCHESI, Martha Abrahão Saad. Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sul-americano: convergências e transformações na passagem do século. **RBPAE**, Goiânia, v. 23, n. 3, p. 513-528, set./dez. 2007.

MARI, Cezar Luiz de. Educação Superior e sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 1, p. 167-190, jan./maio 2009.

MARI, Cezar Luiz de; GRADE, Marlene. Reformas da educação superior: banco mundial, conhecimento e consensos ativos. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 312-330, jul./dez. 2010.

MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti; LARA, Ângela Mara de Barros. A política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de Estado. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9., 2009. Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, out. 2009. p. 3279-3293. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3126\\_1394.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3126_1394.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2014.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; SOUZA, Michele Borges de. A Expansão da Educação Superior no Brasil e as Políticas de Formação de Professores. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 45, p. 68-81, maio/ago. 2013.

MESSINA, Graciela. Estudio sobre el estado da arte de la investigacion acerca del a formación docente en los noventa. Organización de Estados Ibero Americanos para La Educación, La Ciência y La Cultura. In: REÚNION DE CONSULTA TÉCNICA SOBRE INVESTIGACIÓN EN FORMACIÓN DEL PROFESSORADO, 1998. **Anais...** México, 1998. p. 1853-1871.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/michaelis>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

MOTA JÚNIOR, William Pessoa da; MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 2º sem. 1996.

NISKIER, Arnaldo. Fundamentos da Educação a Distância. In: \_\_\_\_\_. **Educação à Distância: a tecnologia da esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 49-75.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. **Educação a Distância na Transição Paradigmática**. Campinas, SP: Papyrus, 2003 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PANSARDI, Marcos Vinícius. Revolução passiva e educação: uma leitura política sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 149-164, jul./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. A formação de professores e o Banco Mundial. **EccoS - Rev. Cient.**, São Paulo, n. 25, p. 127-142, jan./jun. 2011.

RAMAL, Andrea Cecilia. Educação a Distância: entre mitos e desafios. In: ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane. **Educação a Distância**: uma nova concepção de aprendizagem e interatividade. São Paulo: Futura, 2003. p. 43-50.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **As licenciaturas no Brasil**: um balanço das teses e dissertações dos anos 90. 2002. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, Ademar Sousa dos. A reforma administrativa do Estado brasileiro nos anos 90 e a proposta de descentralização educacional. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 7, n. 11, p. 53-72, 2011a. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/710/677>>. Acesso em: 22 out. 2014.

SANTOS, Fabiano Cunha dos. **UAB como política de democratização do ensino superior via EAD**. 2011b. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simpósio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0184.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A inserção da educação a distância no ensino superior do Brasil: diretrizes e marcos regulatórios. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 89-118, jan./abr. 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ilse Gomes. A reforma do Estado Brasileiro nos anos 90: processos e contradições. **Lutas Sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 7, p. 81-94, jan./dez. 2001.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 78-94, set./dez. 2003.

SILVA, Renata Gomes da; OLIVEIRA, Eloiza Gomes de. A EAD contribui para a democratização do acesso à educação pública? In: SIED – Simpósio Internacional de Educação a Distância; EnPED – Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2012. São Carlos. **Anais...** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, 2012. Disponível em: <<http://sistemas3.sEAD.ufscar.br/ojs/Trabalhos/171-1039-1-ED.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

SILVA, Gilvanir Batista da. A reforma do aparelho do Estado, o projeto neoliberal e a política de avaliação para o ensino superior no Brasil. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, v. 16, n. 2, p. 270-287, jul./dez. 2013.

SILVA, Sandra Siqueira da. Os impactos das políticas de expansão do ensino superior, e os seus reflexos nas relações de trabalho na educação a distância: flexibilização e precarização do trabalho docente. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 1, p. 1-13, jul./dez. 2010.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca. Avaliação da Educação Básica. In: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Alfabetização**. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2001, p. 1-173. (Série Estado do Conhecimento).

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 15-40.

SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha. Universidade Aberta do Brasil (UAB) como política de formação de professores. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 119-148, jan./abr. 2012.

SOUZA, Raquel Aparecida; SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Organismos multilaterais e educação a distância. **RBPAE**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 35-47, jan./abr. 2012.

TAVARES, Pedro Henrique de Sousa; MAUÉS, Olgaises Cabral. Expansão da educação superior pós-LDB de 1996 e constituição de oligopólios transnacionais no estado do Pará. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 31-43, jun. 2012.

WAISMANN, Moisés; CORSETTI, Berenice. O Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 331-341, set./dez. 2014.

ZANATTA, Regina Maria. Educação a distância no Brasil: aspectos legais. In: COSTA, Maria Luisa Furlan; ZANATTA, Regina Maria (Org.). **Educação a distância no Brasil: aspectos históricos, legais, políticos e metodológicos**. Maringá: Eduem, 2014. p. 23-42.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A DADOS DOS ARTIGOS ANALISADOS

**Tabela 13:** Dados do artigo 1 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca *Jurn*

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Educação e Pesquisa	v. 29, n. 2	271-286	2003	Educação	A1
<b>Título</b>	Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC				
<b>Autor(es)</b>	Raquel Goulart Barreto				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivo</b>	Analisar o discurso das políticas de formação de professores em curso no Brasil				
<b>Conclusões</b>	A autora conclui que o artigo retomando o discurso do MEC e afirmando que para que haja a reversão necessária é necessário políticas e práticas que se centrem na “presença da tecnologia e nas suas múltiplas possibilidades para os sujeitos”.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 14:** Dados do artigo 2 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca *Jurn*

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista REDD	v. 3, n. 1	1-13	2010	Sociologia	B3
<b>Título</b>	Os impactos das políticas de expansão do Ensino Superior, e os seus reflexos nas relações de trabalho na educação a distância: flexibilização e precarização do trabalho docente				
<b>Autor(es)</b>	Sandra Siqueira da Silva				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Fazer uma breve exposição sobre a mercantilização do Ensino Superior, as políticas de expansão do mesmo, e as implicações de tal processo.				
<b>Conclusões</b>	Concluir que seguindo a lógica do capital o mercado se torna excludente e seletivo e a educação se torna uma mercadoria, neste sentido, há uma precarização do trabalho docente como exploração e desvalorização que ainda não foram superados “nas relações do mundo do trabalho”.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 15:** Dados do artigo 3 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca *Jurn*

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Perspectiva	v. 29, n. 1	19-47	2011	Educação	B3
<b>Título</b>	Política de ensino superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo				
<b>Autor(es)</b>	Kátia Regina de Souza Lima				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Analisar as bases de fundamentação teórica da política de ensino superior a distância no Brasil nos anos de 1990 e na primeira década do novo século.				
<b>Conclusões</b>	Que são as políticas governamentais que conduzem o processo no período estudado (1990-2011) o que levou a um enriquecimento das instituições que ofertam os serviços educacionais, no setor privado, local e internacionalmente, tendo em vista a “adequação da educação a nova fase de acumulação do capital”.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 16:** Dados do artigo 4 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca *Jurn*

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Atos da Pesquisa em Educação	v. 7, n. 1	122-142	2011	Educação	B2
<b>Título</b>	Descentralização, neoliberalismo e as políticas educacionais brasileiras				
<b>Autor(es)</b>	Saulo Cezar Guimarães de Farias				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Analisar sobre o processo de descentralização das políticas públicas brasileiras apoiadas no âmbito da reforma neoliberal implementada pelo governo no período pós ditadura militar				
<b>Conclusões</b>	O autor sinaliza que a saída é a implementação de uma democracia participativa, como as estruturas conselhistas.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 17:** Dados do artigo 5 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca *Jurn*

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Germinal: marxismo e educação em debate	v. 4, n. 1	31-43	2012	Educação	B2
<b>Título</b>	Expansão da educação superior pós-LDB de 1996 e constituição de oligopólios transnacionais no estado do Pará				
<b>Autor(es)</b>	Pedro Henrique de Souza Tavares Olgaíses Cabral Maués				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa documental				
<b>Objetivos</b>	Analisar as “políticas públicas educacionais no período pós aprovação da Lei 9.394 de 1996, que institui as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação brasileira”.				
<b>Conclusões</b>	A privatização da educação superior no Brasil tem impacto nas diversas ordens “sobretudo na diminuição da cidadania, na mercantilização dos direitos sociais, e, sobretudo na naturalização do mercado como eixo de sociabilidade”.				

**Fonte:** elaborado pela autora (2016).

**Tabela 18:** Dados do artigo 6 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca *Jurn*

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista RBPAE	v. 28, n.1	35-47	2012	Educação	A2
<b>Título</b>	Organismos multilaterais e educação a distância				
<b>Autor(es)</b>	Raquel Aparecida de Souza Marcelo Soares Pereira da Silva				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa documental				
<b>Objetivos</b>	Analisar a dinâmica estabelecida pelos organismos internacionais para fortalecer a implantação de programas e políticas para a educação a distância (EaD)”.				
<b>Conclusões</b>	A educação a distância, se configura cada vez mais como uma ação neoliberal no campo educacional, uma vez que forma profissionais aptos para atuar no mercado de trabalho e suprir as necessidades que este mercado impõe, e se apresenta como uma alternativa de acesso ao Ensino Superior.				

**Fonte:** elaborada pela autora (2016).

**Tabela 19:** Dados do artigo 7 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca *Jurn*

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Em debat: ver. dig.	n. 8	90-109	2012	Sociologia	B5
<b>Título</b>	Rede e-Tec: expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ou expansão do neoliberalismo?				
<b>Autor(es)</b>	Renata Luiza Costa				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Apresentar dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (EPT), os reais interesses da implantação da Rede e-Tec Brasil.				
<b>Conclusões</b>	A Rede e-Tec contribui de forma determinante “na consolidação dos ideais neoliberais dentro da EPT, no Brasil, haja vista a permanência da dualidade estrutural entre o técnico e o humano, e a forte presença de empresas privadas atuando de diversas formas dentro do ensino público”.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 20:** Dados do artigo 1 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A1

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Brasileira de Educação	n. 24	78-94	2003	Educação	A1
<b>Título</b>	Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas				
<b>Autor(es)</b>	João dos Reis Silva Júnior				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Analisar “a formação de professores através da educação a distância, a partir das reformas do Estado, da educação e da mudança paradigmática da ciência produzida nessas instituições”				
<b>Conclusões</b>	O artigo destacando que a educação a distância é uma forma de auxiliar os professores na formação em exercício, no entanto, não poderá ser a única forma.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 21:** Dados do artigo 2 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A1

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Brasileira de Educação	v. 13, n. 37	57-70	2008	Educação	A1
<b>Título</b>	Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década				
<b>Autor(es)</b>	Bernadete Angelina Gatti				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Discutir “a forma como processos de educação continuada, presenciais ou a distância, têm sido implementadas no contexto das políticas educacionais da União, de estados e municípios, na última década”				
<b>Conclusões</b>	O artigo realizando uma reflexão, a qual questiona se não seria melhor realizar investimentos no orçamento público, a fim de ampliar as vagas e as condições para formação de licenciados nas instituições públicas e delegar a educação continuada os cursos de aperfeiçoamento e especializações?				

Fonte: elaborado pela autora (2016).

**Tabela 22:** Dados do artigo 3 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A1

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Educação & Realidade	v. 39, n. 4	1137-1152	2014	Educação	A1
<b>Título</b>	O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras				
<b>Autor(es)</b>	William Pessoa da Mota Junior Olgaíses Cabral Maúes				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Analisar o balanço feito pelo Banco Mundial sobre os resultados das políticas educacionais implementadas pelo Estado brasileiro nas últimas duas décadas, bem como identificar as novas orientações propostas em termos de política educacional e os pressupostos teóricos da visão de sociedade e de educação deste organismo internacional.				
<b>Conclusões</b>	As políticas neoliberais expressam uma “concepção burguesa de sociedade e de educação”, em que a educação é baseada na “Teoria do Capital Humano”, esta necessária para a preservação da “ordem geopolítica internacional”.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 23:** Dados do artigo 1 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A2

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista RBPAAE	v. 23, n. 3	513-528	2007	Educação	A2
<b>Título</b>	Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sul-americano: convergências e transformações na passagem do século				
<b>Autor(es)</b>	Martha Abrahão Saad Lucchesi				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa documental e bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Elucidar as “questões pertinentes à Educação Superior nos países do Cone Sul da América Latina, através do estudo comparativo de suas políticas públicas de educação”.				
<b>Conclusões</b>	A autora enfatiza que a expansão do Ensino Superior está concentrada predominantemente nas instituições privadas, ainda pontua que o resultado deste fator “não é apenas a elitização cada vez maior do Ensino Superior, resultante do empobrecimento das populações, mas, sobretudo, o risco de queda na qualidade da educação, devido à perda do controle estatal sobre o ensino”.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 24:** Dados do artigo 2 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A2

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista RBPAAE	v. 23, n. 2	367-375	2010	Educação	A2
<b>Título</b>	A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina				
<b>Autor(es)</b>	Maria Creusa de Araújo Borges				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa documental				
<b>Objetivos</b>	Examinar “os documentos internacionais, produzidos pelo Banco Mundial, focalizando-se a visão de educação superior defendida por este organismo”.				
<b>Conclusões</b>	Os documentos analisados tem influenciado nas políticas educacionais da América Latina. Os discursos do Banco Mundial e de outras organizações internacionais repercutiram na elaboração das políticas educacionais dos países em desenvolvimento da América Latina.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 25:** Dados do artigo 3 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A2

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Educação em Questão	v. 42, n. 28	89-118	2012	Educação	A2
<b>Título</b>	A inserção da educação a distância no Ensino Superior do Brasil: diretrizes e marcos regulatórios				
<b>Autor(es)</b>	Stella Cecilia Duarte Segenreich				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa documental				
<b>Objetivos</b>	Fazer uma reflexão crítica sobre os marcos regulatórios que nortearam a institucionalização da Educação Superior a Distância no Brasil (EAD), tomando como referência 50 (cinquenta) documentos analisados para a pesquisa <i>Expansão do Ensino Superior pós-LDB/96</i> .				
<b>Conclusões</b>	Inicialmente houve a explosão da educação a distância sem que houvesse uma legislação efetiva, no entanto, posteriormente, essa legislação foi criada, a fim de que a educação a distância pudesse crescer sem perder a qualidade.				

**Fonte:** elaborada pela autora (2016).

**Tabela 26:** Dados do artigo 4 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A2

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Educação em Questão	v. 42, n. 28	119-148	2012	Educação	A2
<b>Título</b>	Universidade Aberta do Brasil (UAB) como política de formação de professores				
<b>Autor(es)</b>	Andréia da Silva Quintanilha Sousa				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Discutir “a abrangência e o marco regulatório da Universidade Aberta do Brasil (UAB), cuja ênfase principal é a formação inicial e continuada de professores da educação básica”.				
<b>Conclusões</b>	A autora conclui a UAB é uma possibilidade real de formação de professores a distância, uma vez que favorece a democratização da educação.				

**Fonte:** elaborada pela autora (2016).

**Tabela 27:** Dados do artigo 5 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis A2

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Educação Unisinos	v. 18, n. 3	331-341	2014	Educação	A2
<b>Título</b>	O Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil				
<b>Autor(es)</b>	Moisés Waismann Berenice Corsetti				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa documental				
<b>Objetivos</b>	Verificar as mudanças ocorridas neste sistema de ensino nas variáveis docentes, concluintes e na remuneração dos docentes e dos trabalhadores com escolaridade superior.				
<b>Conclusões</b>	Percebeu-se, através dos indicadores utilizados, que as orientações formuladas pelo Banco Mundial foram aplicadas no campo da educação superior, o que teve como consequência uma expansão do setor que foi adequada às formulações dessa agência multinacional				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 28:** Dados do artigo 1 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B1

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Educação e Cultura Contemporânea	v. 10, n. 21	279-291	2013	Educação	B1
<b>Título</b>	As políticas educacionais, a avaliação e o trabalho docente na educação superior no Brasil				
<b>Autor(es)</b>	Antonilda Vasconcelos de Barros Carlos José de Melo Moreira Verônica Lima Carneiro				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Analisar e compreender as relações mantidas entre essas três vertentes (políticas educacionais, avaliação e trabalho docente na educação superior no Brasil) no âmbito educacional				
<b>Conclusões</b>	Que as reformas realizadas e das avaliações implementadas resultaram em um forte impacto no trabalho docente no ensino superior. Também é possível observar que há um grande estímulo à privatização da educação, em decorrência da desresponsabilidade do Estado “impactando diretamente sobre o trabalho do professor que, cada vez mais é submetido à lógica exploratória mercadológica do produtivismo acadêmico, com repercussões negativas sobre a saúde docente”.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 29:** Dados do artigo 2 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B1

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Cadernos de Educação	n. 45	68-81	2013	Educação	B1
<b>Título</b>	A expansão da educação superior no Brasil e as políticas de formação de professores				
<b>Autor(es)</b>	Olgaíses Cabral Maues Michele Borges de Souza				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Investigar a relação entre expansão, formatos institucionais e as políticas de formação de professores.				
<b>Conclusões</b>	Apesar da queda na procura por cursos de formação de professores, em alguns períodos, este sofreu um aumento nas últimas décadas, mas isso não se deve as políticas de expansão do Ensino Superior.				

Fonte: elaborado pela autora (2016).

**Tabela 30:** Dados do artigo 1 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B2

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Cadernos de Pesquisa		149-164	2007	Educação	B2
<b>Título</b>	Revolução passiva e educação: uma leitura política sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil				
<b>Autor(es)</b>	Marcos Vinícius Pansardi				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Analisar as políticas públicas de formação de professores propostas pelo Banco Mundial.				
<b>Conclusões</b>	O objetivo do Banco Mundial não é transformar os países subdesenvolvidos em desenvolvidos, assim como não é erradicar a pobreza, “mas sim reduzir sua miséria, ao ponto desta não ser mais um fator de instabilidade internacional, de constrangimento ao crescimento dos países mais ricos”.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 31:** Dados do artigo 2 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B2

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Conjectura	v. 14, n. 1	167-190	2009	Educação	B2
<b>Título</b>	Educação Superior e sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90				
<b>Autor(es)</b>	Cezar Luiz de Mari				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Analisar as orientações para a educação superior da segunda metade da década de 90 e início do século XXI.				
<b>Conclusões</b>	Não é na universidade que haverá a resolução dos problemas e das crises, no entanto, para o Banco Mundial a educação absorve o desenvolvimento, o crescimento econômico e as questões sociais.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 32:** Dados do artigo 3 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B2

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Científica Eccos	n. 25	127-142	2011	Educação	B2
<b>Título</b>	A formação de professores e o Banco Mundial				
<b>Autor(es)</b>	Marcos Vinícius Pansardi				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Analisar as políticas para formação de professores proposta pelo Banco Mundial				
<b>Conclusões</b>	O objetivo do Banco Mundial não é transformar os países subdesenvolvidos em desenvolvidos, assim como não é erradicar a pobreza, “mas sim reduzir sua miséria, ao ponto desta não ser mais um fator de instabilidade internacional, de constrangimento ao crescimento dos países mais ricos”.				

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Tabela 33:** Dados do artigo 4 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B2

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Educação em Perspectiva	v. 1, n. 2	312-330	2010	Educação	B2
<b>Título</b>	Reformas da educação superior: banco mundial, conhecimento e consensos ativos				
<b>Autor(es)</b>	Cezar Luiz de Mari Marlene Grade				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Analisar a função intelectual do Banco Mundial (BM) como produtor e fomentador de conhecimentos diante das mudanças sociais econômicas, políticas e culturais do final do século XX e início do século XXI				
<b>Conclusões</b>	O planejamento do BM, como intelectual coletivo, tem esbarrado na incapacidade de produzir adequadamente o senso comum relativo à produção de conhecimentos: primeiro pela debilidade da ideia que busca aliar conhecimento com crescimento econômico, diminuição da pobreza, democracia e justiça social, e depois, pela fragilidade dos projetos que o referendam.				

**Fonte:** elaborado pela autora (2016).

**Tabela 34:** Dados do artigo 5 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B2

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Educação & Linguagem	v. 16, n. 2	270-287	2013	Educação	B2
<b>Título</b>	A reforma do aparelho do Estado, o projeto neoliberal e a política de avaliação para o Ensino Superior no Brasil				
<b>Autor(es)</b>	Gilvanir Batista da Silva				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Identificar certas noções do Plano Diretor que se conectam ao projeto neoliberal e sustentam o programa de avaliação do Ensino Superior do Exame Nacional de Cursos (ENC), implantado no período.				
<b>Conclusões</b>	Boa parcela das políticas educacionais dos últimos anos, a avaliação do Ensino Superior inclusive, encontra-se eivada por determinações de fundo neoliberais, sendo orientada pela busca da produtividade, da qualidade, de metas de desempenho e voltada à privatização e à diminuição dos gastos públicos dessa faixa do ensino.				

**Fonte:** elaborada pela autora (2016).

**Tabela 35:** Dados do artigo 1 selecionado para análise por meio da ferramenta de busca Periódicos da Capes, Revistas Qualis B5

Periódico	Volume/Número	Página	Ano	Área de avaliação	Qualis
Revista Diálogo Educacional	v. 7, n. 21	83-101	2007	Educação	B5
<b>Título</b>	Agenda neoliberal e as políticas públicas para o Ensino Superior nos anos 90				
<b>Autor(es)</b>	Cristina Helena Almeida de Carvalho				
<b>Aspectos metodológicos</b>	Pesquisa bibliográfica				
<b>Objetivos</b>	Discutir a relação entre a agenda neoliberal e a implementação da política pública para o Ensino Superior no Brasil nos anos 90.				
<b>Conclusões</b>	A proximidade entre as agendas governamental e à sistêmica, de cunho neoliberal, “a ação dos atores sociais e políticos, nos anos 90, em especial, entre 1995 e 2002, conformaram a implementação, em parte, diferenciada àquela constante dos textos oficiais e das recomendações do Banco Mundial”.				

**Fonte:** elaborada pela autora (2016).

APÊNDICE B RESUMO DOS ARTIGOS ANALISADOS

**Quadro 9:** Artigos selecionados com a ferramenta de busca *Jurn*

ARTIGOS SELECIONADOS COM A FERRAMENTA DE BUSCA <i>JURN</i>		
1	<b>Ano:</b> 2003	<b>RESUMO</b>  Como síntese da pesquisa Tecnologias da informação e da comunicação e educação a distância: o discurso do MEC, o presente artigo analisa o discurso das políticas de formação de professores em curso no Brasil. Está organizado em quatro seções. A primeira aborda os sentidos atribuídos às tecnologias na educação, na sua relação com os modos pelos quais as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm sido incorporadas aos processos educacionais. Para tanto, focaliza as perspectivas e propostas definidoras da recontextualização das TIC no discurso pedagógico. A segunda seção discute o conjunto das ressignificações que têm sustentado as políticas de formação de professores, com especial destaque para noções como a do “divisor digital”, bem como para as relações entre o deslocamento do trabalho docente para atividade e tarefa, a proposta da formação baseada em competências e o uso intensivo de tecnologias. Em outras palavras, está centrada na relação entre as TIC e a educação a distância (EaD), nas suas múltiplas dimensões. A terceira seção explicita as reduções operadas na incorporação das tecnologias na educação, a partir da análise de discurso dos textos do MEC, cujo movimento principal tem sido o de priorizar a formação de professores à distância, em consonância com as recomendações dos organismos internacionais aos países em desenvolvimento. Finalmente, a quarta seção pontua as tendências atuais das políticas de formação de professores, retomando e remetendo às questões relativas aos sentidos das tecnologias e aos modos da sua apropriação educacional, em diferentes contextos.  <b>Palavras-chave:</b> Tecnologias. Formação de Professores. Discurso.
	<b>Título:</b> Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC	
	<b>Autora:</b> Raquel Goulart Barreto	
	Revista Educação e Pesquisa	
2	<b>Ano:</b> 2010	<b>RESUMO</b>  O estudo analisa a dinâmica estabelecida pelos organismos internacionais para fortalecer a implantação de programas e políticas para a educação a distância (EaD). Por meio dessa análise, busca apreender se ela tem se configurado como uma ação de cunho neoliberalista, através de um estudo documental, associado à análise do movimento reformista, proposto para a educação a partir dos anos de 1990, no Brasil. Algumas
	<b>Título:</b> Os impactos das políticas de expansão do ensino superior, e os seus	

	reflexos nas relações de trabalho na educação a distância: flexibilização e precarização do trabalho docente	conclusões mostram que, de fato, a EaD vem se configurando como uma ação neoliberalista no campo educacional, pois está presente a visão de que ela pode formar profissionais aptos às necessidades atuais do mercado e representa uma forma de diversificação de acesso ao ensino superior.
	<b>Autora:</b> Sandra Siqueira da Silva	<b>Palavras-chave:</b> Organismos multilaterais; reforma gerencial; educação a distância.
	REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão	
3	<b>Ano:</b> 2011	
	<b>Título:</b> Política de Ensino Superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo	<b>RESUMO</b>  O artigo trata da base de fundamentação teórica da política de Ensino Superior a distância no Brasil nos anos 1990 e na primeira década do novo século. Parte da consideração de que essa política está inscrita na reforma neoliberal da educação realizada no referido período em consonância com as políticas elaboradas, difundidas e monitoradas pelos organismos internacionais. Apresenta as principais ações e legislações em ensino a distância no período de 1995 a 2010, identificando os eixos centrais desta política – “atualização tecnológica” e “ampliação do acesso ao ensino” – e sua fundamentação teórica nas noções de “globalização econômica” e “sociedade da informação”, ambas difundidas pelas escolas estadunidenses de administração de empresas e pelos organismos internacionais. Problematisa em que medida o ensino a distância, particularmente o Ensino Superior a distância no Brasil, viabiliza a massificação da formação e aprofunda a mercantilização da educação por meio da ampliação do número de instituições e cursos privados a distância. Conclui que processo é conduzido pelas políticas governamentais no referido período, garantindo a lucratividade da burguesia de serviços educacionais (local e internacional) pela adequação da educação a nova fase de acumulação do capital.
	<b>Autora:</b> Kátia Regina de Souza Lima	
	Revista Perspectiva	
		<b>Palavras-chave:</b> Política educacional. Ensino a distância. Mercantilização da educação superior.
4	<b>Ano:</b> 2011	<b>RESUMO</b>  O presente artigo traz uma breve análise sobre o processo de descentralização das políticas públicas brasileiras apoiadas no âmbito da reforma neoliberal implementada pelo governo no período pós ditadura militar. Analisa as intervenções dos organismos internacionais pressionando o governo brasileiro a seguir um planejamento estratégico capitalista na formulação de suas políticas sociais. Também discute a criação e efetividade dos conselhos municipais de educação como agentes de participação social na esfera política e sua funcionalidade nas decisões e deliberações nas políticas públicas municipais aprofundando uma discussão conceitual e teórica sobre a real profundidade da democracia na sociedade como forma de se
	<b>Título:</b> Descentralização, neoliberalismo e as políticas educacionais brasileiras	
	<b>Autor:</b> Saulo Cezar Guimarães	

	de Farias	atender as demandas sociais, apontando as estruturas conselhistas como instrumentos viáveis de se implementar uma democracia participativa.
	Revista Atos de pesquisa em educação	
		<b>Palavras-chave:</b> Descentralização. Neoliberalismo. Educação. Políticas Públicas.
5	<b>Ano:</b> 2012	<b>RESUMO</b>  Este trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa referente aos traços da expansão da educação superior brasileira no período pós-LDB, tendo como recorte o Estado do Pará, tomando como base aspectos concernentes a uma possível nova configuração do segmento de Ensino Superior, o que confirma o segmento privado como o eixo de expansão, regulado por meio de reformas educacionais, que estavam em consonância com as orientações de Organismos Internacionais, notadamente o Banco Mundial. Mais recentemente, a entrada do capital internacional nas instituições de Ensino Superior privadas e a conformação de uma nova regulação supranacional de políticas educacionais têm apontado para a tendência de formação de oligopólios na educação superior no setor privado, em atendimento a reivindicações da Organização Mundial do Comércio (OMC).
	<b>Título:</b> Expansão da educação superior pós-LDB de 1996 e constituição de oligopólios transnacionais no estado do Pará	
	<b>Autores:</b> Pedro Henrique de Sousa Tavares e Olgaíses Cabral Maués	
	Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate	
		<b>Palavras-chave:</b> Ensino Superior; Expansão; Oligopólios Transnacionais.
6	<b>Ano:</b> 2012	<b>RESUMO</b>  O estudo analisa a dinâmica estabelecida pelos organismos internacionais para fortalecer a implantação de programas e políticas para a educação a distância (EaD). Por meio dessa análise, busca apreender se ela tem se configurado como uma ação de cunho neoliberalista, através de um estudo documental, associado à análise do movimento reformista, proposto para a educação a partir dos anos de 1990, no Brasil. Algumas conclusões mostram que, de fato, a EaD vem se configurando como uma ação neoliberalista no campo educacional, pois está presente a visão de que ela pode formar profissionais aptos às necessidades atuais do mercado e representa uma forma de diversificação de acesso ao Ensino Superior.
	<b>Título:</b> Organismos multilaterais e educação a distância	
	<b>Autoras:</b> Raquel Aparecida Souza e Marcelo Soares Pereira da Silva	
	Revista RBPAE	
		<b>Palavras-chave:</b> Organismos multilaterais; reforma gerencial; educação a distância.
7	<b>Ano:</b> 2012	<b>RESUMO</b>  Neste texto é feita uma análise dos programas Universidade para Todos (ProUni) e Universidade Aberta do Brasil (UAB) como estratégias de Educação a Distância promovidas pelo governo Lula na expansão e democratização do Ensino Superior. Questões tais como o número elevado de pólos, sua dispersão e
	<b>Título:</b> REDE E-TEC: expansão da rede federal de	

	educação profissional e tecnológica ou expansão do neoliberalismo?	<p>distanciamento da sede da instituição promotora dos cursos, assim como a falta de avaliação da efetiva qualidade de ensino são desafios colocados ao ProUni, especificamente. No que se refere aos dois programas em conjunto, surgiram questões referentes ao modelo de pólo presencial adotado e ao conceito de tutoria e seu impacto na configuração do corpo docente das universidades. Constatou-se, ainda, um avanço significativo no reconhecimento de que a educação a distância não se resume a uma estratégia de mercantilização e privatização do ensino e que precisa ser pesquisada intensamente em termos de sua utilização como política de Estado e em termos das novas questões de ordem institucional e pedagógica que suscita.</p> <p><b>Palavras-chave:</b> educação a distância; ProUni; UAB; expansão do Ensino Superior; democratização do Ensino Superior; avaliação.</p>
	<b>Autora:</b> Renata Luiza Costa	
	Revista Em Debat: Rev. Dig	

**Fonte:** elaborada pela autora (2016).

**Quadro 10:** Artigos selecionados no portal de periódicos da CAPES – QUALIS A1

<b>ARTIGOS SELECIONADOS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES – QUALIS A1</b>		
1	<p><b>Ano:</b> 2003</p> <p><b>Título:</b> Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas</p> <p><b>Autor:</b> João dos Silva Reis</p> <p>Revista Brasileira de Educação</p>	<p><b>RESUMO</b></p> <p>Analisa a formação de professores através da educação a distância, a partir das reformas do Estado, da educação e da mudança paradigmática da ciência produzida nessas instituições.</p> <p><b>Palavras-chave:</b> reforma do Estado; reforma da educação; formação de professores; educação a distância.</p>
2	<p><b>Ano:</b> 2008</p> <p><b>Título:</b></p>	<p><b>RESUMO</b></p> <p>Esse artigo discute a forma como processos de educação continuada, presenciais ou a distância, têm sido</p>

	Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década	implementados no contexto das políticas educacionais da União, de estados e municípios, na última década. Mostra a multiplicidade de iniciativas desenvolvidas em diferentes modalidades metodológicas, visando variados tipos de formação, com foco em professores de diversos níveis de ensino e suas especialidades. Coloca a questão no contexto internacional pela exposição de vários documentos de organismos internacionais. Discute o papel da legislação brasileira, o impulso que propiciou às iniciativas de educação continuada no Brasil, os problemas que emergiram e as novas legislações emergentes.
	<b>Autora:</b> Bernardete A. Gatti	
	Revista Brasileira de Educação	<b>Palavras-chave:</b> educação continuada; política educacional; legislação educacional; formação de professores; educação a distância
3	<b>Ano:</b> 2014	<b>RESUMO</b>  O artigo analisa o documento elaborado pelo Banco Mundial <i>Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: Próximos Passos</i> , o qual realiza um balanço dos últimos vinte anos das políticas educacionais implementadas no Brasil e traça perspectivas para os próximos anos, segundo a concepção de educação e sociedade do Banco. Este organismo internacional avalia positivamente o caráter das políticas educacionais implementadas e os resultados atingidos no período assinalado. Questiona-se e problematiza-se os critérios da avaliação, o balanço e as perspectivas traçados pelo Banco Mundial sobre a educação brasileira.
	<b>Título:</b> O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras	
	<b>Autores:</b> William Pessoa da Mota Júnior e Olgaíses Cabral Maués	
	Revista Educação e realidade	
		<b>Palavras-chave:</b> Políticas Educacionais. Banco Mundial. Brasil.

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Quadro 11:** Artigos selecionados no portal de periódicos da CAPES – QUALIS A2

ARTIGOS SELECIONADOS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES – QUALIS A2		
1	<b>Ano:</b> 2007	<b>RESUMO</b>  O presente artigo apresenta uma análise crítica das políticas elaboradas pelos organismos internacionais do capital, especialmente Banco Mundial, UNESCO e OMC, que vêm orientando um conjunto de reformas nos países da periferia do capitalismo. Estas reformas configuram o projeto neoliberal de sociabilidade vigente no contexto mundial pós anos 70 do século passado. Neste conjunto de reformas, que articula a reestruturação
	<b>Título:</b> Organismos internacionais do capital e reforma da educação	

	<p>superior na periferia do capitalismo</p> <p><b>Autora:</b> Kátia Regina de Souza Lima</p> <p>Revista Cadernos de Educação</p>	<p>da esfera produtiva, as alterações no papel dos estados nacionais e a formação de uma nova sociabilidade burguesa, estão inseridas as reformas educacionais, especialmente a reforma da educação superior, realizada nos países periféricos e que atravessaram o final do século XX e o início do século XXI.</p> <p><b>Palavras-chave:</b> capitalismo, organismos internacionais e reforma da educação superior.</p>
2	<p><b>Ano:</b> 2007</p> <p><b>Título:</b> Agenda neoliberal e a política pública para o Ensino Superior nos anos 90</p> <p><b>Autora:</b> Cristina Helena Almeida de Carvalho</p> <p>Revista Diálogo Educacional</p>	<p><b>RESUMO</b></p> <p>Este texto tem como objetivo discutir a relação entre a agenda neoliberal e a implementação da política pública para o Ensino Superior no Brasil nos anos 90. A hipótese central é que apesar dos constrangimentos de ordem econômica e política, esta política não foi resultado exclusivo da intervenção externa. O Banco Mundial é um ator que, apesar de amplos recursos de poder, não consegue se impor por completo à agenda governamental e ao processo decisório. Na primeira parte, o texto pretende expor os principais pressupostos teóricos da agenda neoliberal. Em seguida, procura estruturar o ambiente, no qual o Ensino Superior se insere, para compreender quais as opções, as restrições e as motivações de mudança ou continuidade da política pública. Na última parte, a investigação segue para essa política, de forma a traçar um paralelo entre seus elementos constitutivos e as recomendações do Banco Mundial. A intenção é examinar semelhanças e divergências entre a agenda governamental e a agenda sistêmica neoliberal.</p> <p><b>Palavras-chave:</b> Neoliberalismo; Política pública; Banco Mundial.</p>
3	<p><b>Ano:</b> 2007</p> <p><b>Título:</b> Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sul-americano: convergências e transformações na passagem do século</p> <p><b>Autora:</b> Martha Abrahão Saad Lucchesi</p> <p>Revista RBPAE</p>	<p><b>RESUMO</b></p> <p>Este trabalho visa a elucidação de questões pertinentes à Educação Superior nos países do Cone Sul da América Latina, através do estudo comparativo de suas políticas públicas de educação. As políticas privatizadoras da educação, preconizadas pelo Banco Mundial e outras agências internacionais, foram implantadas de diferentes modos e com diferentes intensidades no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Conseqüentemente, diferentes foram também os resultados obtidos. O conglomerado educativo superior do Mercosul manifesta notável heterogeneidade em suas dimensões, qualidades e recursos. Contudo, a privatização foi adotada por todos os países mencionados, destacando-se o Chile e o Brasil, em comparação com os demais países da região.</p> <p><b>Palavras-chave:</b> Educação Superior, políticas públicas, Mercosul, Banco Mundial, privatização.</p>

4	<b>Ano:</b> 2010	<b>RESUMO</b>  O texto apresenta a visão de educação superior do Banco Mundial, divulgada em duas publicações sobre a formulação de políticas educativas para a América Latina: <i>La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia</i> (1995) e <i>La educación en los países endesarrollados: peligros y promesas</i> (2000). Os documentos apresentam o discurso do Banco sobre a educação voltada para a redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Na discussão das políticas de educação superior, as recomendações do Banco se concentram nas instituições universitárias.  <b>Palavras-chave:</b> educação superior; universidade; Banco Mundial; políticas educativas.
	<b>Título:</b> A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina	
	<b>Autora:</b> Maria Creusa de Araújo Borges	
	Revista RBPAAE	
5	<b>Ano:</b> 2012	<b>RESUMO</b>  O estudo analisa a dinâmica estabelecida pelos organismos internacionais para fortalecer a implantação de programas e políticas para a educação a distância (EaD). Por meio dessa análise, busca apreender se ela tem se configurado como uma ação de cunho neoliberalista, através de um estudo documental, associado à análise do movimento reformista, proposto para a educação a partir dos anos de 1990, no Brasil. Algumas conclusões mostram que, de fato, a EaD vem se configurando como uma ação neoliberalista no campo educacional, pois está presente a visão de que ela pode formar profissionais aptos às necessidades atuais do mercado e representa uma forma de diversificação de acesso ao Ensino Superior.  <b>Palavras-chave:</b> Organismos multilaterais; reforma gerencial; educação a distância.
	<b>Título:</b> Organismos multilaterais e educação a distância	
	<b>Autores:</b> Raquel Aparecida Souza, Marcelo Soares Pereira da Silva	
Revista RBPAAE		
6	<b>Ano:</b> 2012	<b>RESUMO</b>  O artigo objetiva fazer uma reflexão crítica sobre os marcos regulatórios que nortearam a institucionalização da Educação Superior a Distância no Brasil (EAD), tomando como referência 50 (cinquenta) documentos analisados para a pesquisa <i>Expansão do Ensino Superior pós – LDB/96</i> . Verificou-se que a necessidade de sistematização da EAD, legitimada por essa lei, encontrava-se nas diretrizes dos organismos internacionais como estratégia de expansão da educação superior, e que as primeiras iniciativas do governo brasileiro estavam associadas à utilização das tecnologias na educação. A análise contextualizada dos marcos regulatórios, evidenciou, inicialmente, a explosão quantitativa e massificada da EAD, sem que o Estado estivesse instrumentalizado para sua regulação efetiva. A partir de 2005, novos atos regulatórios e a criação da Universidade Aberta do Brasil procuram manter essa expansão sem perder de vista a qualidade.
	<b>Título:</b> A inserção da educação a distância no Ensino Superior do Brasil: diretrizes e marcos regulatórios	
<b>Autoras:</b> Stella Cecilia Duarte Segenreich		

	Alda Maria Duarte Araújo Castro	<b>Palavras-chave:</b> Ensino Superior. Educação a distância. Marcos regulatórios.
	Revista Educação em Questão	
7	<b>Ano:</b> 2012	<b>RESUMO</b>  O trabalho discute a abrangência e o marco regulatório da Universidade Aberta do Brasil (UAB), cuja ênfase principal é a formação inicial e continuada de professores da educação básica. A análise está alicerçada na vertente epistemológica crítico-dialética, pois a investigação recupera o contexto social e as condições históricas do fenômeno educativo estudado. Nesse sentido, a legislação e a política de expansão da educação superior associadas às exigências da reestruturação do capital, em âmbito global, revelam que a UAB atende aos interesses do capital bem como amplia o número de docentes qualificados em nível superior, na modalidade a distância e em serviço. Essas orientações estão em consonância com as diretrizes políticas emanadas pelos Organismos Internacionais para os países subdesenvolvidos. Destaca que a regulação, a supervisão e a avaliação do sistema UAB podem impactar o processo de ensino-aprendizagem se uma reflexão crítica acerca dos marcos regulatórios, para além da definição de normas e procedimentos, objetivar garantir credibilidade e qualidade ao processo e aos seus desdobramentos nas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) que adotam a UAB.  <b>Palavras-chave:</b> Política. Formação de professores. Universidade Aberta do Brasil.
	<b>Título:</b> Universidade Aberta do Brasil (UAB) como política de formação de professores	
	<b>Autora:</b> Andréia da Silva Quintanilha Sousa	
	Revista Educação em Questão	
8	<b>Ano:</b> 2013	<b>RESUMO</b>  A expansão da educação superior no Brasil vem ocorrendo por meio de um aparato legal que diferencia as instituições e as modalidades de ensino e de cursos. Ações e políticas vêm sendo desenvolvidas visando ampliar a oferta de vagas na educação superior. No bojo dessa expansão, a questão da formação de professores de forma presencial ou a distância, ou que combine as duas formas, tem também tido um papel significativo. As recomendações dos organismos internacionais sobre a formação, o papel do governo brasileiro definindo políticas de formação são os elementos que serão considerados, buscando-se identificar alguma relação desses últimos aspectos com a expansão de matrículas no Ensino Superior.  <b>Palavras-chave:</b> Expansão da Educação Superior; Organismos Internacionais; Políticas de Formação.
	<b>Título:</b> A Expansão da Educação Superior no Brasil e as Políticas de Formação de Professores	
	<b>Autores:</b> Olgaíses Cabral Maués, Michele Borges de Souza	
	Revista Cadernos de Educação	

**Fonte:** elaborada pela autora (2016).

**Quadro 12:** Artigos selecionados no portal de periódicos da CAPES – QUALIS B1

ARTIGOS SELECIONADOS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES – QUALIS B1		
1	<b>Ano:</b> 2013	<b>RESUMO</b>  O presente trabalho resulta de uma pesquisa de natureza teórica sobre as políticas educacionais, a avaliação e o trabalho docente na educação superior no Brasil, na perspectiva de analisar e compreender as relações mantidas entre essas três vertentes no âmbito educacional. A metodologia utilizada para a realização do estudo foi de caráter qualitativa. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e documental, considerando-se a literatura atualizada da área, bem como o estudo dos documentos oficiais que tratam sobre a avaliação na educação superior, na perspectiva de compreender seus impactos sobre o trabalho docente no atual contexto das políticas educacionais. Os resultados aferidos a partir do estudo evidenciaram que são significativos os impactos decorrentes das reformas educacionais e das avaliações implementadas no Ensino Superior sobre o trabalho docente. Além disso, dadas as orientações dos organismos internacionais relacionadas à focalização na educação básica, observa-se uma crescente desresponsabilização do Estado para com o Ensino Superior, num forte estímulo à privatização e mercantilização desse nível de ensino, impactando diretamente sobre o trabalho do professor que, cada vez mais é submetido à lógica exploratória mercadológica do produtivismo acadêmico, com repercussões negativas sobre a saúde docente.  <b>Palavras-chave:</b> Políticas educacionais. Avaliação. Trabalho docente na educação superior.
	<b>Título:</b> As políticas educacionais, a avaliação e o trabalho docente na educação superior no Brasil	
	<b>Autores:</b> Antonilda Vasconcelos De Barros, Carlos José De Melo Moreira, Verônica Lima Carneiro	
	Revista Educação e cultura contemporânea	
2	<b>Ano:</b> 2014	<b>RESUMO</b>  O estudo das alterações no sistema de Ensino Superior a partir da influência dos organismos internacionais foca a análise no Estado brasileiro no período de 1995 a 2010. O objetivo é verificar as mudanças ocorridas neste sistema de ensino nas variáveis docentes, concluintes e na remuneração dos docentes e dos trabalhadores com escolaridade superior. A pesquisa situa-se no campo da Economia da Educação e pretende analisar o movimento de articulação do Ensino Superior diante da ordem econômica neoliberal, na perspectiva do debate crítico. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo e de base documental. Observou-se que os docentes, ainda que mais preparados e com uma carga maior de alunos, ganham 24% menos, no período estudado; também se verificou que uma maior quantidade de concluintes resulta em mais trabalhadores com Ensino Superior empregados no mercado formal de trabalho, e esta maior qualificação disponível para o mercado não resulta em maiores salários; ao contrário, este é reduzido em 27% no período estudado. Percebeu-se, através dos indicadores utilizados, que as orientações
	<b>Título:</b> O Banco Mundial e as políticas públicas para o Ensino Superior no Brasil	
	<b>Autores:</b> Moisés Waismann, Berenice Corsetti	
	Revista Educação Unisinos	

	<p>formuladas pelo Banco Mundial foram aplicadas no campo da educação superior, o que teve como consequência uma expansão do setor que foi adequada às formulações dessa agência multinacional.</p> <p><b>Palavras-chave:</b> Banco Mundial, Economia da Educação, educação superior, política educacional, política pública, planejamento educacional.</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborada pela autora (2016).

**Quadro 13:** Artigos selecionados no portal de periódicos da CAPES – QUALIS B2

ARTIGOS SELECIONADOS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES – QUALIS B2		
1	<b>Ano:</b> 2007	<p><b>RESUMO</b></p> <p>A história do Banco Mundial, instituição criada em 1944, não é linear. Desde os seus primeiros anos de vida, até os dias de hoje, seu caminho tem revelado mudanças periódicas de orientação e de direção. Sua preocupação primordial evoluiu dos temas da reconstrução econômica do pós-guerra para os países europeus nos anos 40, do financiamento da infra-estrutura dos países periféricos nos anos 50 e 60, para os temas ligados à agricultura destes países nos anos 70. Por fim, o discurso central do combate à pobreza através da valorização da educação é mais um belo exemplo do transformismo a que se referia Gramsci.</p> <p><b>Palavras-chave:</b> Banco Mundial. Revolução Passiva. Brasil.</p>
	<b>Título:</b> Revolução passiva e educação: uma leitura política sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil	
	<b>Autor:</b> Marcos Vinícius Pansardi Revista Cadernos de Pesquisa	
2	<b>Ano:</b> 2009	<p><b>RESUMO</b></p> <p>A década de 90 e o início do século XXI estão marcados por reformas que atingem as estruturas do Estado brasileiro e com ela também a Educação Superior. Reformas que recambiam a noção de direito público à educação, ao conhecimento, à função do Estado, aos financiamentos, regidas pela agência Banco Mundial (BM). Nesse movimento, a terminologia <i>sociedade do conhecimento</i> emerge como fundamento epistemológico condicionando à universidade o papel de produtora de conhecimentos de valor econômico e de consenso. Mobiliza-se, assim, um conjunto de orientações e discursos de agentes nacionais e internacionais para dar legitimidade às reformas tornando a Educação Superior objeto crescente de disputa de mercados e de espaços de resolução de problemas da pobreza e do desenvolvimento. Analisamos</p>
	<b>Título:</b> Educação Superior e sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90	
	<b>Autora:</b>	

	Cezar Luiz de Mari	documentos nacionais e internacionais e literaturas especializadas para compor nosso debate. Partimos de dados documentais buscando compreender o conjunto das orientações às políticas para o Ensino Superior e as implicações em termos de reformas no País. Defendemos a hipótese de que os conhecimentos são orientados para produzir consenso social por meio de discursos de equidade e desenvolvimento, discursos que encobrem a verdadeira natureza das reformas que se caracterizam pelo monopólio do conhecimento e perpetuação da exclusão social.
	Revista Conjectura	<b>Palavras-chave:</b> Conhecimento. Educação Superior. Reforma. Consenso.
3	<b>Ano:</b> 2011	<b>RESUMO</b>
	<b>Título:</b> A formação de professores e o Banco Mundial	O objetivo neste trabalho é analisar as políticas para formação de professores proposta pelo Banco Mundial. Utilizando-se do referencial teórico neogramsciano desenvolvido, principalmente por R. Cox e S. Gill, no campo das Relações Internacionais, busca-se compreender o papel desta instituição internacional, originária da chamada “sociedade civil internacional”, na formulação das políticas públicas brasileiras. A centralidade da educação básica reflete a visão do Banco sobre o papel da educação no processo de desenvolvimento brasileiro, como também o papel do Brasil na nova divisão internacional do trabalho.
	<b>Autor:</b> Marcos Vinícius Pansardi	
	Revista Eccos	<b>Palavras-chave:</b> Banco Mundial. Formação de professores. Políticas públicas em educação.
4	<b>Ano:</b> 2010	<b>RESUMO</b>
	<b>Título:</b> Reformas da educação superior: banco mundial, conhecimento e consensos ativos	O presente trabalho busca analisar a função intelectual do Banco Mundial (BM) como produtor e fomentador de conhecimentos diante das mudanças sociais econômicas, políticas e culturais do final do século XX e início do século XXI. As análises estão fundamentadas em fontes de documentos oficiais, nacionais e internacionais e em bibliografias especializadas. Enfocamos os discursos da agência BM sobre o conhecimento, suas concepções e finalidades diante do quadro de reformas educacionais buscando analisar quais os conhecimentos orientados nesse campo. Nessa direção, procuramos mostrar que o BM articula-se como intelectual coletivo, agência de pensamento dos países centrais, produzindo e fortalecendo ações que coadunem com os interesses corporativos dos estados nações no campo educacional.
	<b>Autore:</b> Cezar Luiz de Mari e Marlene Grade	
	Revista Educação em Perspectiva	<b>Palavras-chave:</b> Intelectual coletivo; educação superior; conhecimento; consenso ativo.
5	<b>Ano:</b> 2013	<b>RESUMO</b>
	<b>Título:</b> A reforma do aparelho do Estado, o projeto	As reformas do Estado no Brasil dos anos 1990 inspiraram-se no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), cujas medidas apontaram à substituição da administração pública burocrática pela administração pública gerencial. No mesmo compasso, o projeto neoliberal emerge na agenda dos Estados

neoliberal e a política de avaliação para o Ensino Superior no Brasil	em nível mundial, com ênfase para as demandas do Consenso de Washington, cuja plataforma é disseminada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O artigo identifica certas noções do Plano Diretor que se conectam ao projeto neoliberal e sustentam o programa de avaliação do Ensino Superior do Exame Nacional de Cursos (ENC), implantado no período. Ademais, observa a metodologia, em boa medida semelhante, do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), programa de avaliação do setor vigente.
<b>Autor:</b> Gilvanir Batista da Silva	
Revista Educação e linguagem	
<b>Palavras-chave:</b> neoliberalismo, reformas do estado, avaliação, Ensino Superior.	

**Fonte:** elaborada pela autora (2016).